



**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARIZA SALETE BACKES SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIAS: A ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU
ANTONIO JOÃO RIBEIRO DO DISTRITO DE INDÁPOLIS - MS (1973 - 1988)**



DOURADOS – MS

2019

MARIZA SALETE BACKES SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIAS: A ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU
ANTONIO JOÃO RIBEIRO DO DISTRITO DE INDÁPOLIS - MS (1973 - 1988)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.
Linha de Pesquisa: História, Memória e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Alessandra Cristina Furtado.

DOURADOS – MS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586h Silva, Mariza Salete Backes

História e memórias: a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis - MS (1973 - 1988) [recurso eletrônico] / Mariza Salete Backes Silva. -- 2019.

Arquivo em formato pdf.

Orientador: Alessandra Cristina Furtado.

Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. História de Instituição Escolar. 2. Escola Rural. 3. Distrito de Indápolis. I. Furtado, Alessandra Cristina. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

MARIZA SALETE BACKES SILVA

**HISTÓRIA E MEMÓRIAS: A ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU
ANTONIO JOÃO RIBEIRO DO DISTRITO DE INDÁPOLIS - MS (1973 - 1988)**

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM EDUCAÇÃO

Prof.^a. Dr.^a. Alessandra Cristina Furtado – FAED/UFGD

Presidente da Comissão e orientadora

Prof.^a. Dr.^a. Analete Regina Schelbauer – UEM

Titular da Banca

Prof.^a. Dr.^a. Magda Carmelita Sarat de Oliveira – FAED/UFGD

Titular da Banca

DOURADOS – MS

2019

*E tudo quanto fizerdes, fazei-o de todo o coração, como para o
Senhor!*

Colossenses (3-4)

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado as professoras leigas que fizeram e ainda fazem a diferença na educação rural deste país, especialmente, a minha mãe, Teresinha Ana Backes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente...

A Deus, meu maravilhoso Pai e Senhor da minha vida. Sem o seu amor, a sua graça e a sua misericórdia jamais teria chegado até aqui. A Ti Bendito Rei, minha eterna gratidão;

Ao meu amado esposo, Celso, mais que um companheiro, um amigo fiel, que me incentivou mesmo quando nem eu mesma achava que daria conta de concluir tudo. Obrigada pelo carinho e paciência, amo a sua vida;

À minha princesa Leticia, um pedacinho do céu chamado “alegria”. Você me faz a mulher mais feliz do mundo pelo simples privilégio em poder ser chamada de mãe;

Àquela que me deu a vida, me deu amor e me levou à docência, toda gratidão para a minha mãe Teresinha, seu exemplo é tudo para mim;

Ao meu saudoso pai Edeimar (*in memoriam*). Como o senhor me faz falta. Seu caráter e generosidade jamais serão esquecidos;

Às minhas irmãs Beatriz, Marinete, Marlize e ao cunhado, Mário, obrigada pelo cuidado, disposição e suporte. Vocês são uma benção;

Aos meus queridos sobrinhos, Eduardo, Tatiane, Rafael e Andressa, pelo apoio tecnológico de vocês desde a fase de seleção até a conclusão do mestrado. Foi incrível. Recebam o meu reconhecimento. E os pequenos, Gabriel, Miguel e Lorenzo, vocês são um renovo de Deus para a nossa família;

Aos meus amados líderes, intercessores e irmãos em Cristo, que oraram e torceram por mim desde o processo seletivo para o ingresso no mestrado. Louvado seja Deus por cada um que me incentivou nesta trajetória acadêmica;

À Professora Dr^a. Alessandra Cristina Furtado, muito mais que orientadora da pesquisa, uma pessoa especial e generosa nessa trajetória. Obrigada pela paciência, dedicação e competência. Com seu conhecimento ímpar, seus direcionamentos foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. Que Deus lhe retribua tudo o que me auxiliou, receba a minha admiração e gratidão;

Às participantes da Banca Examinadora da Dissertação, professora Dr^a. Analete Regina Schelbauer e a professora Dra. Magda Carmelita Sarat de Oliveira, muito obrigada pelo aceite do convite para compor a banca. Suas contribuições foram fundamentais para o enriquecimento da pesquisa;

Ao programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), pela oportunidade de obter o título de mestre e aos professores do PPGEdu/FAED/UFGD, pelos ensinamentos e generosidade em compartilhar novos saberes comigo. Também às secretárias Eliza Sanches Silva e Valquíria Lopes Martinez, pelo suporte administrativo;

Às professoras Ma. Ana Lucia Pereira Borges Ebenritter e Ma. Fanny Silva Valdez, meu reconhecimento pela ajuda, incentivo e orações, que Deus recompense vocês por toda a dedicação para comigo;

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa de História da Educação Memória e Sociedade – GEPHEMES, pelos diálogos e reflexões acerca das pesquisas em História da Educação. À Técnica Administrativa Ma. Markley Florentino Carvalho e ao Laboratório de Documentação História da Educação e Memória da Faculdade de Educação – LADHEME, pelo apoio;

Aos colegas de turma do mestrado, o apoio e parceria de cada um de vocês foi determinante para a conclusão deste tempo de estudos. Com gratidão aos amigos Laura da Anunciação Salomão, Wesley Fernando de Andrade Hilário e, em especial à Rosângela Farias da Silva que cedeu seu tempo, seu carinho e muitas, não poucas vezes secou as minhas lágrimas diante dos obstáculos da jornada acadêmica;

À psicóloga e consultora Patrícia Ranzi, seus conselhos e a sua generosidade foram impagáveis durante a fase de construção deste trabalho;

Ao Núcleo de Estatística e Supervisão Técnica da Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), especialmente, às funcionárias Célia Marques Garcia da Silva, Mariza Rodrigues Boeira Valdivino e Sandra Maria Silva, que não mediram esforços em organizar os documentos para que esta pesquisa se realizasse;

À Secretaria Municipal de Planejamento, na pessoa do senhor Marcos Geraldini pela liberação dos mapas dos distritos e a Ivanir Martins de Souza do (CDR) pelo escâner da planta da escola. Também à ex-secretária municipal de educação de Dourados, professora Sireunise Camargo Dorta pela contribuição neste trabalho;

Às professoras Irene Clára Esculachio Salmasio Torquette e Maria Elena Alves Marques Sotolani, minha gratidão por partilharem as suas memórias, abrirem as suas casas e cederem o seu tempo para realizarmos as entrevistas. Foram muito preciosos os seus relatos para valorizar a figura do docente leigo na educação rural;

À família Kushida, especialmente o senhor Yasuhiko Kushida e a senhora Toshiko Kida Kushida, obrigada pelo carinho e a atenção para realizarmos as entrevistas e compormos a pesquisa;

Aos antigos moradores do distrito de Indápoliss, o senhor Arno Sedlcek e a esposa Benedita Silva Sedlceck, ao senhor Anizio da Silva e a esposa Therezinha de Santi da Silva. Também às funcionárias do Museu da Colônia Agrícola de Dourados, Cleusa da Silva Moraes dos Santos e Maura Ferreira da Silva, por compartilharem suas memórias;

À Professora Doutora Juliane Ferreira Vieira, pelas revisões;

Aos meus alunos, quão grande é o desafio de ser educador no século XXI, mas também como é gratificante poder mediar o aprendizado de vocês;

À cada um que fez parte deste trabalho direta ou indiretamente, gratidão é a palavra. Muito obrigada a todos que caminharam comigo, que seguraram a minha mão, que sorriram para mim, que secaram as minhas lágrimas, que liberaram palavras de incentivo, que acreditam em mim e que me disseram: “você é capaz”.

SILVA, Mariza Salete Backes. **História e Memórias: A Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis - Ms (1973 - 1988)**. Orientadora: Alessandra Cristina Furtado. 2019. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2019.

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos os resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), na Linha de História da Educação, Memória e Sociedade, que analisa a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, do distrito de Indápolis (antigo distrito de Serraria), situada na Linha do Barreirão, no município de Dourados, no período de 1973 a 1988. O recorte temporal no ano de 1973 marca a construção dessa escola no distrito, mediante ao convênio do Ministério de Educação e Cultura (MEC) com o Comando da 8ª Região Militar (RM). Já 1988 sinaliza o ano de Promulgação de uma nova Constituição para o Brasil, após vinte anos de ditadura militar, pois com essa Constituição o direito à Educação passa a ser tomado como um direito de todos, tornando-a o dever do Estado em ofertá-la. A pesquisa pautou-se nos referenciais da História, História da Educação, Ensino Rural, e, ainda na análise de fontes documentais provenientes da Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), do Centro de Documentação Regional da UFGD, do Museu da Colônia Agrícola de Dourados. As entrevistas com antigos moradores do distrito, ex-professoras e ex-alunos dessa escola também foram utilizadas. Por meio das fontes consultadas e do referencial abordado, constatou-se que essa escola teve o seu terreno doado por uma família de imigrantes de descendência japonesa, moradores do Núcleo Colonial de Dourados e o seu prédio construído por militares do Exército do município de Campo Grande. Pode-se, que essa escola foi criada e, também, posta em funcionamento durante o regime militar no Brasil e em Mato Grosso para atender aos filhos dos pequenos proprietários rurais e dos seus funcionários, tendo como professores, no seu início, docentes habilitados no Curso de Magistério, e outros ainda em fase de formação nesse curso. Como resultado, considera-se que a criação dessa escola teve um papel relevante frente à escolarização de crianças, jovens e adultos moradores dessa localidade, uma vez que, a instalação de uma instituição dessa natureza já era almejada há muitos anos pela população local. Por fim, no que diz respeito à organização do seu ensino, verifica-se que essa escola se pautou, desde o início nas prescrições da Lei nº. 5.692/71, bem como nas regulamentações do ensino de Mato Grosso. As professoras, mesmo trabalhando em salas de aula multisseriadas, não podiam contar com muitos equipamentos e materiais didático-pedagógicos, apenas com o uso da Cartilha “Caminho Suave”. Além disso, essas docentes recebiam poucas orientações da SEMED, situação essa que passou por mudanças apenas na década de 1980, quando as reuniões para orientação do trabalho docente se intensificaram por parte deste órgão. Contudo, pode-se concluir que essa escola mesmo contando com poucos equipamentos e materiais didático-pedagógicos contribuiu para o processo de escolarização dessa localidade situada no meio rural, do atual estado de Mato Grosso do Sul (antigo sul de Mato Grosso).

Palavras-chave: História de Instituição Escolar. Escola Rural. Distrito de Indápolis.

ABSTRACT

In this paper we present the results of the master's research developed in the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Grande Dourados (UFGD), in the search area of History of Education, Memory and Society, which analyzed the history of the Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, of the district of Indápolis (old Serraria's district), located in the Region of Barreirão, in Dourados, between 1973 and 1988. The year 1973 means the construction of this school in the district, through the the Ministry of Education and Culture (MEC) with the Command of the 8th Military Region (RM). 1988 marked the year of the promulgation of a new Constitution for Brazil, for 20 years of military dictatorship, for that reason the Constitution the right to education becomes a right of all, becoming the duty of the State offer it. The research was based on the references of History, History of Education, and on the analysis of sources of documentation of the Municipal Secretariat of Education of Dourados (SEMED), the Regional Documentation Center of the UFGD, the Museum of the Agricultural Colony of Dourados. Interviews with district residents, former teachers and alumni were used too. Through the sources consulted and the referential addressed, the statistics of his country were made by a family of Japanese immigrants, the residents of the Colonial Nucleus of Dourados and his army were promoted by the army of the Municipality of Campo Grande. We can be said this school was created and also put into operation during the military regime in Brazil and in Mato Grosso to attend the children of the small rural owners and their employees, having as teachers, at the beginning, qualified in the Course of Teaching and others still undergoing training in this course. We consider that the creation of this school had a significant role in the schooling of children, young people and adults living in this locality, since the establishment of an institution of this nature had long been desired by the local population. Finally, with regard to the organization of its teaching, we verified that this school was based, from the beginning on the prescriptions of Law nº 5.692/71, as well as in the teaching regulations of Mato Grosso. The teachers, even working in multi-series classrooms, could not count on many didactic-pedagogical equipment and materials, only with the use of the "Smooth Path" Primer. These teachers were given few guidance from SEMED, a situation that underwent changes only in the 1980s, when meetings for orientation of teaching work intensified on the part of this institution. However, we can conclude this school, even with few didactic-pedagogical equipment and materials, has contributed to the schooling process in this rural locality, from the present state of Mato Grosso do Sul (formerly Mato Grosso).

Keywords: History of School Institution. Rural School. District of Indápolis.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAND	Colônia Nacional Agrícola de Dourados
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DM	Divisão Militar
CDR	Centro de Documentação Regional
CNE	Conselho Estadual de Educação
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
GEPHEMES	Grupo de Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade
HIE	História das Instituições Educacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LADHEME	Laboratório de Documentação História da Educação e Memória
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério de Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MHD	Museu Histórico de Dourados
MCNAD	Museu da Colônia Nacional Agrícola de Dourados
NCD	Núcleo Colonial de Dourados
PMD	Prefeitura Municipal de Dourados
PAMP	Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
RM	Região Militar
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Dourados
SED	Secretaria de Educação do Estado
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Edição do Jornal O Progresso, em 1953.....	56
FIGURA 2 - Certidão de doação do terreno pela família Kushida para a construção da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.....	62
FIGURA 3 - Localização da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro na Linha do Barreirão.....	67
FIGURA 4 - Planta baixa da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.....	72
FIGURA 5 - Documento com o Quadro de Lotação de Professoras da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro, em 1984.....	93
FIGURA 6 - Relação Nominal – Corpo Docente e Administrativo da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro, em 1987.....	94
FIGURA 7 - Tabela do pessoal sob regime da CLT, em 1983.....	95
FIGURA 8 – Carteira de Trabalho, em 1984.....	98
FIGURA 9 – Cartilha Caminho Suave.....	116
FIGURA 10 – Mimeógrafo.....	120
FIGURA 11 – Calendário escolar de 1983.....	122

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FOTOGRAFIA 1 - Foto do casal Kushida.....	59
FOTOGRAFIA 2 - Placa de Fundação da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro.....	68
FOTOGRAFIA 3 - Vista parcial da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.....	74
FOTOGRAFIA 4 – Desfile de 7 de setembro da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em 1978.....	123
FOTOGRAFIA 5 – Foto do Dia das Crianças na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em 1984.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Quantidade de alunos matriculados na 1ª série no período entre 1974 a 1988.....	82
GRÁFICO 2 - Quantidade de alunos matriculados na 2ª série no período entre 1974 a 1988.....	83
GRÁFICO 3 - Quantidade de alunos matriculados na 3ª série no período entre 1974 a 1988.....	83
GRÁFICO 4 - Quantidade de alunos matriculados na 4ª série no período entre 1974 a 1988.....	84

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Mapa dos distritos de Dourados/MS.....	42
MAPA 2 - Mapa da Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.....	46

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Dissertações e teses sobre história das instituições escolares rurais (2000 a 2018)	27
QUADRO 2 - Origem e formação das professoras entrevistadas.....	99
QUADRO 3 - Estrutura Curricular de 1 ^a a 4 ^a série entre os anos de 1974 a 1988.....	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- População Censitária de 1940 a 1960.....	49
TABELA 2 - Quantidade de alunos matriculados por série entre os anos de 1974 a 1988.....	79
TABELA 3 - Quantidade de alunos matriculados por série e por gênero entre os anos de 1974 a 1988.....	80
TABELA 4 - Quantidade de alunos com descendência japonesa matriculados na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, entre os anos de 1974 a 1988.....	87

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO I.....	40
A CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO E SEUS ANTECEDENTES	40
1.1 O distrito de Indápolis no Contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)	41
1.2 A CAND e a família Kushida: a criação da escola na Linha do Barreirão.....	53
CAPÍTULO II.....	64
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO E SEUS SUJEITOS.....	64
2.1 A Linha do Barreirão, a família Kushida e a escola.....	65
2.2 Os alunos.....	78
2.3 As professoras.....	90
CAPÍTULO III.....	100
VESTÍGIOS DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA: DOS DOCUMENTOS DOS ACERVOS ÀS VOZES DOS DEPOENTES	100
3.1 Vestígios da organização do ensino na escola: estrutura curricular, programas e práticas educativas	103
3.2 Os materiais didáticos e os equipamentos utilizados na escola.....	114
3.3 Atividades Cívicas e Comemorativas.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICES.....	146
Apêndice 1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	147
Apêndice 2 Roteiro de entrevistas (antigos moradores do distrito)	148
Apêndice 3 Roteiro de entrevistas (antigas professoras da escola)	149
Apêndice 4 Roteiro de entrevistas (antiga secretária de educação)	150
Apêndice 5 Acervo iconográfico.....	151
Apêndice 6 Acervo iconográfico.....	152
Apêndice 7 Acervo iconográfico.....	153

APRESENTAÇÃO

*[...] Aprender a conhecer, aprender a fazer,
aprender a viver juntos, aprender a ser.
Magalhães (2004, p. 17)*

Início este trabalho com um breve, mas contundente relato da minha trajetória pessoal, não sendo somente uma pesquisadora, mas sim, como alguém que literalmente vivenciou uma infância rural, que teve uma alfabetização leiga como norte educacional e que sabe perfeitamente o que é caminhar “no barro” para chegar até a escola para estudar. Essas recordações permitem rememorar fatos ligados à minha família, iniciados ainda na minha infância até chegar ao contexto escolar, acadêmico e profissional.

Recordar essas memórias apontam para o meu engajamento e desempenho no campo da História da Educação para desvelar a história e a memória de uma instituição educacional rural. Neste contexto, o meu interesse por esta temática enquanto pesquisadora refere-se tanto a motivos subjetivos ligados à trajetória pessoal e profissional, quanto à necessidade de pesquisas sobre a história das instituições escolares rurais situadas no município de Dourados, instituições essas que contribuíram para o desenvolvimento da escolarização nessa região, especialmente o distrito de Indápolis.

Diante disso, compilo, neste relato, lembranças acerca da minha trajetória de vida e formação escolar. Nasci em uma propriedade rural no interior do estado do Paraná, sendo a terceira filha de um pequeno agricultor e de uma professora leiga¹ e por ela fui alfabetizada em nossa casa. Em meados da década de 1972, quando com pouco mais de um ano de idade, meus pais se mudaram para o antigo sul de Mato Grosso, para trabalharem em uma fazenda, próxima ao distrito de Itahum. Desta forma, eu e minhas duas irmãs mais velhas demoramos mais que o “normal” da faixa etária para frequentarmos a escola regular, devido à extensa distância entre onde nós morávamos e a instituição escolar mais próxima de nossa casa. Por esse motivo minha mãe, que havia

¹ Terezinha Ana Backes nasceu em Tapera, no Rio Grande do Sul (RS) em 04/03/1944. Estudou até o 5º ano primário no Colégio Interno das Irmãs em São Borja (RS), onde permaneceu um ano sem voltar para a casa dos pais. Após fazer o exame de admissão para lecionar, foi morar com a família em Alto Alegre, no interior do (RS). Com essa mudança, deslocava-se diariamente montada em um cavalo da família para lecionar até a Colônia de Aparecidinha (RS), a mais de 5 km, em um local que tinha somente uma escola e uma igreja. Nessa instituição de ensino, lecionava para uma sala de aula multisseriada, na qual desempenhava não apenas a função de professora, mas também a de diretora, merendeira e auxiliar nos serviços gerais de manutenção da escola.

exercido o magistério leigo em uma cidade pequena do interior do estado do Rio Grande do Sul, antes de se casar, tomou a direção de nossa alfabetização.

Após um período aproximado de cinco anos e com mais uma irmã, nascida ainda em terras mato-grossenses, retornamos ao estado do Paraná, onde iniciei os meus estudos primários em uma escola regular, mas já estava alfabetizada pela minha mãe. Uma lembrança muito peculiar que me acompanha com relação à docência leiga rural é a escola em que minha tia² lecionava nas salas de aula multisseriadas³ também no interior do estado do Paraná, pois quando tinha a oportunidade de ir passear no sítio dela que ficava próximo desta escola, me sentia atraída de alguma forma pela instituição escolar, mas não sabia explicar a razão.

Ao iniciar os estudos primários, passei a observar as professoras lecionando, isso me fascinava muito, pois via toda aquela organização e dinâmica para conduzir uma classe, o que me impressionava bastante. Como aluna dedicada, debruçava-me nos livros e minha leitura e escrita eram elogiadas pelas professoras que tive ao longo de meus anos de estudos iniciais.

Neste contexto de relembrar a minha infância até a trajetória profissional, faço um paralelo que a minha história de vida estava mesmo sendo reservada para o sul de Mato Grosso do Sul, pois na minha adolescência, aos dezesseis anos retornamos para o então dividido estado do MS, e meu pai voltou a trabalhar em uma fazenda, mas nós fixamos residência na cidade de Dourados. Neste período de mudança, precisei interromper meus estudos devido a não ter conseguido vaga em uma escola próxima da nossa casa, chorei muito por este motivo, pois estudar para mim era muito importante.

Outo fator que gerou dificuldades para eu estudar foi que comecei a trabalhar no comércio local para auxiliar nas despesas da família, mas apesar desses contratemplos, no ano seguinte, retornei aos estudos e concluí o que na época era denominado de colegial ou conclusão de segundo grau. Não tive a oportunidade neste período de ir para a faculdade, era tudo muito difícil e isso somente ocorreu praticamente oito anos depois, quando ingressei no Curso de Pedagogia. Após a minha graduação, fui exercer o

² Maria Vivaldina Bonfanti nasceu em Tapera, no Rio Grande do Sul (RS), em 24/5/1938. Mudou-se para a cidade de Capitão Leônidas Marques, no interior do estado do Paraná, onde lecionou por mais de 27 anos como professora com habilitação para o Magistério em uma sala multisseriada na zona rural, chamada de Linha do Gato.

³ As classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino na qual o professor (a) leciona, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo de atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes (STEPNHANOU; BASTOS, 2009, p. 280).

magistério alguns anos mais tarde, quando já estava casada e com uma filha. Devo confessar que concluir a graduação e me tornar uma professora reforçaram os laços familiares ligados à educação e ao magistério, e isso me contagiou de tal forma, que, mesmo diante dos obstáculos da profissão, não me imagino longe dela. Além da graduação em Pedagogia, cursei a Especialização em Educação, Formação de Profissionais da Educação, na Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD.

Assim, os motivos de aproximação pessoal e profissional com a temática se devem porque possuo estreitos laços familiares com docentes aposentadas, que lecionaram em escolas rurais no interior dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, nas chamadas salas multisseriadas e, também, por ser Pedagoga e atuar na docência nos anos iniciais do ensino fundamental.

Esses fatos me instigaram a ingressar no Mestrado em Educação, na UFGD, com o interesse em desvelar a história e as memórias de uma instituição escolar situada no meio rural do município de Dourados, a Escola⁴ Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, localizada na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis. Vale a pena ressaltar que, essa instituição educacional criada em 1973, funcionou por 34 anos até o ano de 2007 e, apesar de já estar fechada há mais de uma década, merece todo o nosso esforço e empenho para que as memórias ali instauradas não se percam no silenciamento, haja vista ter sido, uma escola rural que fez a diferença para a vida escolar de muitas crianças pertencentes a esta localidade e a entornos, bem como contribuiu para o desenvolvimento sócio educacional do distrito de Indápolis.

⁴ A foto de abertura deste trabalho, mesmo não estando totalmente legível, foi mantida, por marcar nosso primeiro acesso à instituição educacional pesquisada. A imagem foi tirada de cima do muro que cerca a escola e faz parte de um acervo iconográfico memorialístico, que para nós, enquanto pesquisadora foi o marco fundamental para que essa pesquisa se iniciasse e se consolidasse.

INTRODUÇÃO

A história das instituições educativas cumpre este triplo registro de conhecimento do passado, problematização do presente, perspectivação do futuro.

Magalhães (2004, p. 71)

Esta Dissertação de Mestrado em Educação está no arrolamento das investigações voltadas para a História das Instituições Educacionais (HIE), viés da História da Educação. Para tanto, buscamos analisar a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro⁵, situada na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis, município de Dourados, Mato Grosso do Sul (MS), no período de 1973 a 1988. Procuramos examinar o processo de criação e de instalação dessa escola, identificar o perfil dos seus alunos, caracterizar o seu quadro de professores e, por fim, analisar como era o ensino oferecido por essa instituição escolar rural.

O recorte temporal é justificado pelos seguintes argumentos: o ano de 1973 marca a construção da escola no distrito, mediante ao convênio do Ministério de Educação e Cultura (MEC) com o Comando da 8ª Região Militar (RM). Já 1988 sinaliza o ano de Promulgação de uma nova Constituição⁶ para o Brasil, após vinte anos de ditadura militar, pois com essa Constituição o direito à Educação passa a ser tomado como um direito de todos, tornando-a o dever do Estado em ofertá-la. Isso influenciou no funcionamento da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis, fazendo com que esta instituição escolar passasse a ter mais responsabilidade na garantia do aprendizado dos seus alunos, uma vez que, se os estudantes têm o direito de aprender, as escolas e os professores têm o dever de ensinar, pois nessa Constituição o conceito de

⁵ Embora a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro fosse uma instituição escolar situada no meio rural, na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis, município de Dourados, na documentação pesquisada, sobretudo, nos arquivos da Secretaria Municipal da Educação de Dourados (SEMED), o termo rural nunca apareceu em seu nome. Ainda que os documentos da SEMED, a classificasse como escola rural. (DOCUMENTOS GERAIS, SEMED, 1981, p.1).

⁶ Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. Ficou conhecida como "Constituição Cidadã" por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964–1985). Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/publicacoes/GeneseConstituicao/pdf/genese-cf-1988-1.pdf>> Acesso em: 8 Mar. 2019.

escolarização obrigatória foi ampliado. Mas também, o ano de 1988 marca os primeiros quatro anos de funcionamento dessa escola, após a sua regulamentação, com a solicitação de validação dos estudos dos alunos junto à Secretaria Municipal da Educação de Dourados (SEMED), sob o processo de nº. 01162/84.

Estas validações ocorreram em outras instituições haja vista, os alunos que concluíam os seus estudos primários precisavam estar devidamente regularizados para conseguirem se matricular em outras escolas que ofertavam o ginásio que se referia a sequência da 6ª a 8ª série, e assim prosseguirem os estudos (VALIDAÇÃO DOS ESTUDOS, 1984, p.1).

A opção pela escolha de realizar a pesquisa sobre esta escola especificamente, ocorreu pelo fato dessa instituição escolar fazer parte de um espaço geográfico marcado por colonização recente, resultante da política do então presidente da república Getúlio Dornelles Vargas⁷, chamada de Marcha para o Oeste⁸, na década de 1940. O projeto do presidente acabou promovendo o crescimento demográfico dessa região situada no sul de Mato Grosso. É oportuno lembrar aqui que esse espaço geográfico, mesmo antes do processo de colonização, já era habitado por índios e nativos das terras e, deste modo estes “espaços vazios” não estavam totalmente desocupados, mesmo que geograficamente haviam muitas terras sem habitações ou cultivo agrícola, por parte dos indígenas (CARLI, 2008).

Em Mato Grosso, mais precisamente na parte sul do estado, no caso do município de Dourados, a “Marcha para o Oeste” teve o objetivo de povoar a região. O projeto colonizador de Vargas discursado, planejado e, posteriormente, implantado incluiu a circulação de propagandas na imprensa, principalmente, pelo rádio. Assim, as famílias se deslocavam para essa região, com intuito de reocupar as terras e, também, recebê-las gratuitamente como reforçava a campanha “Marcha para o Oeste”. A esse respeito, Carli (2008, p. 30) afirma que o,

[...] governo de Vargas veio a definir não só ideologicamente a Marcha para Oeste, como também institucionalmente, vinculada a uma nova forma de poder, para garantir, segundo os discursos da época, a

⁷ Getúlio Dornelles Vargas foi presidente do Brasil em dois mandatos (1930 – 1945 e 1951 – 1954). Disponível em: < <https://www.historiadobrasil.net/getuliovargas/>>. Acesso em: 12 Out. 2018.

⁸ A Marcha para o Oeste foi um programa idealizado e executado pelo governo de Getúlio Vargas para incentivar o progresso e a ocupação do Centro-Oeste, o objetivo desta ação era que as pessoas migrassem para o centro do Brasil, onde havia muitas terras desocupadas, mesmo que a presença de indígenas era muito grande nesta região, haviam muitos espaços que podiam ser colonizados. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/2285/000317288.pdf>>. Acesso em 10 Nov. 2018).

implantação do processo de povoamento, colonização e desenvolvimento econômico por meio da expansão das fronteiras agrícolas, de uma região até então considerada desprotegida em sua área fronteira e esparsamente habitada.

De acordo com Carli (2008, p. 61) “ O discurso de Vargas, de fato, tocou os trabalhadores rurais, movimentando a população do país para abrir caminhos, colonizar e reocupar espaços [...]”, deste modo, foram atraídas para a região do sul de Mato Grosso, milhares de pessoas oriundas das mais diversas regiões do país e até mesmo de fora dele. “[...] como paulistas, mineiros, nordestinos, japoneses, paraguaios. Todos em busca de realizar seu principal objetivo, o de adquirir um pedaço de terra, para sua subsistência por meio da agricultura.”

O processo referente à implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) demorou algum tempo para ser colocado em prática, saindo do campo discursivo de Vargas, sendo demarcado apenas por Eurico Gaspar Dutra⁹, militar brasileiro, décimo sexto Presidente do Brasil de 1946 a 1951 e o único presidente oriundo do antigo estado do Mato Grosso.

Importa destacarmos que a criação da CAND não foi alicerçada apenas na vontade do governo central, mas também em uma reivindicação por parte de setores da comunidade douradense para efetivação do projeto de colonização em Dourados. Os solicitantes viam a CAND como uma oportunidade para o desenvolvimento econômico da região. Para discutir essas questões, formaram uma comissão de “douradenses notáveis”¹⁰, quando da visita de Getúlio Vargas ao sul do Mato Grosso, em 1941. Na oportunidade, solicitaram a implantação do projeto colonizador (NAGLIS, 2014, p.41). A solicitação foi atendida e essa “[...] colônia passou a receber migrantes mais intensamente a partir de 1948 e foi consolidado durante a década de 1950” (MENEZES, 2012, p.28).

As terras, onde foi implantada a CAND, possuíam imensa capacidade produtiva, a qual era divulgada em todo o Brasil, atraindo cada vez mais migrantes, os quais cultivaram muitos gêneros agrícolas, que por sua vez foram destinados tanto à subsistência (como muitos puderam ser comercializados) e outros podiam ser classificados como de agricultura comercial (MENEZES, 2012).

⁹ Nasceu em 18 de maio de 1883, em Cuiabá – MT.

¹⁰ Essa comissão de “douradenses notáveis” era constituída por Manoel Pompeo Capilé (proprietário), Januário Pereira de Araújo (hoteleiro) e Emídio Rosa (comerciante e agente dos Bancos do Brasil e do Estado de São Paulo), (NAGLIS, 2014).

Desse modo, esta pesquisa traz uma narrativa de parte da história da educação local e regional do município de Dourados, a partir da abordagem da história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, do distrito de Indápolis, ao analisar o processo de criação e o seu funcionamento, ao compreender a sua dinâmica de funcionamento nesta localidade e, ainda, ao examinar elementos de sua cultura escolar, presentes em documentos e vivificadas nas memórias daqueles que por ali transitaram e fizeram parte dessa história situada em um espaço marcado por colonização recente no sul de Mato Grosso.

Pautada nessas considerações iniciais, tornou-se necessário elaborar algumas questões que nortearam a pesquisa: Por que a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi criada e instalada na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis? Como foi o processo de criação e instalação dessa escola? Quais pessoas estiveram envolvidas nesse processo de criação? Os moradores locais se envolveram na criação dessa escola ou apenas o poder público? A instalação dessa escola contribuiu para o processo de escolarização da localidade e de seu entorno? Qual a clientela atendida pela escola? Quem eram os docentes desta instituição? Como era organizado o ensino nessa escola?

Como hipótese, supomos que o processo de criação da referida escola, no início da década de 1970, se materializou por diferentes fatores que influenciaram a sua instalação e funcionamento no distrito de Indápolis, desencadeadas por meio do interesse dos moradores da localidade e da necessidade de um espaço educacional nesse meio rural.

É oportuno ressaltar aqui que, dos anos de 1990 em diante, as produções sobre a história das instituições escolares têm se ampliado no campo de estudos da história da educação. Já as investigações de temas ligados à educação rural estão sendo elencados nos últimos anos. A esse respeito Bastos (2010, p.7), ao prefaciar o livro “Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores”, de organização de Werle, (2010), registra que os estudos sobre “[...] a educação rural e a formação de professores permite preencher uma lacuna da história da historiografia da história da educação na América Latina e, especialmente, no Brasil.” Ainda para Bastos (2010, p.7), “Adentrar esse campo de estudos, que permaneceu na sombra, permite vislumbrar as particularidades e experiências que foram realizadas para atender a população rural no século XIX e XX, muitas vezes excluídas das políticas governamentais.”

Em 2013, Ávila (2013), em sua tese de doutorado intitulada “História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952)” e defendida na Universidade

Estadual Paulista, Campus de Araraquara (UNESP), realizou um levantamento da produção acadêmica sobre a abordagem histórica da educação rural no Brasil. Com base nesse levantamento, a tese apresentou que, apesar de ter localizado investigações específicas sobre o tema educação rural, pesquisas sobre essa temática ainda permanecem na “[...] lacuna de estudos historiográficos relativos ao contexto em que se desenvolveram as políticas educacionais e a introdução de modelos educativos para o ensino primário rural no transcorrer do século 20 no Brasil” (ÁVILA, 2013, p. 22).

Porém, recentemente, Ávila (2018, p. 2) publicou um artigo intitulado “Educação Rural em Perspectiva Histórica” e registra que esse quadro da produção historiográfica sobre a educação rural no Brasil “[...] apresentou uma sensível mudança entre os anos de 2010 e 2016, quando se observa um interesse maior por um campo de pesquisa ainda pouco explorado.” Essas considerações conseguiram ser tecidas por Ávila (2018) com base na produção da pesquisa na área da História da Educação, em teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em educação, artigos publicados em periódicos de circulação nacional, bem como em livro digital (e-book) com download gratuito.

Diante desse quadro de produções acadêmicas, podemos dizer que pesquisar e escrever a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro passa de um lado pela importância de investigar um objeto de estudo como a história das instituições escolares, que se tornou de interesse na História da Educação, sobretudo, a partir dos anos de 1990 e, de outro, por versar sobre um tema ligado à história da educação rural, uma temática que na historiografia educacional brasileira tem se observado um crescimento da produção nos últimos anos, conforme mencionado por Ávila (2018).

Com o objetivo de situar esta pesquisa na historiografia da educação, mais especificamente na historiografia da educação no sul de Mato Grosso, recorreremos ao site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), para pesquisar teses e dissertações que privilegiassem o termo: “a educação rural em perspectiva histórica”, no período de 2000 a 2018.

No entanto, com o número de trabalhos levantados, optou-se por realizarmos uma filtragem dessa produção acadêmica, por meio do termo “história das instituições escolares”, que se constituiu na temática que mais se aproximava à abordagem realizada nesta dissertação.

Além disso, para a construção deste quadro foi consultado também o artigo “Educação Rural em Perspectiva História”, de autoria de Virgínia Pereira da Silva de

Ávila, publicado no volume 4, número 2, de 2018, na Pensar em Educação em Revista, da Universidade Federal de Minas Gerais. Diante disso, foram selecionadas Teses e Dissertações, conforme aparecem registradas no Quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações e teses sobre história das instituições escolares rurais (2000 a 2018).

Autor	Título	Natureza do trabalho	Instituição	Ano de Defesa
Valdirene Gomes dos Santos Jesus	Instituição Educação Rural em Mato Grosso do Sul: uma análise histórica	Dissertação	UFSCar	2002
Denise Guilherme da Silva	Ilhas de Saber: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo: 1930-1940	Dissertação	PUC-SP	2004
Roberto Kennedy Franco Gomes	Raízes e memórias: o florescimento histórico educativo em Esperantina (1930-1960)	Dissertação	UFPI	2004
Tania Cristina de Oliveira	História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia/MG, 1934 a 1953)	Dissertação	UFG	2008
Ângela Beirith	O ensino da leitura em escolas isoladas de Florianópolis: entre o prescrito e o ensinado (1946-1956)	Dissertação	UDESC	2009
Cristiane Angélica Ribeiro	Escola rural e alfabetização: Uberlândia (1936 a 1946)	Dissertação	UFU	2009
Cibele Introvini	Da escola isolada ao grupo escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, PR (1947 a 1971)	Dissertação	UEM	2009
Reginaldo Anselmo Teixeira	Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti: estudo	Dissertação	UNESP	2009

	histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária no meio rural (1942-1988)			
Claudemir Pereira Madeira	Da multisseriação à nucleação: A Escola Municipal Alfredo Dias de Cerrito/RS (1980 a 1990)	Dissertação	UFPEL	2010
Ademilson Batista Paes	A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano (1889-1942)	Tese	UNESP/Araraquara	2011
Tatiane Modesti	A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)	Dissertação	UFSC	2011
Célia de Jesus Silva Magalhães	Escolas Municipais de Missão Velha-CE: práticas pedagógicas do Ensino no Meio Rural (1963-1989)	Dissertação	UEPB	2011
Jaqueline Kugler Tibucheski	Educação rural no município de Araucária/PR: de escolas isoladas a escolas consolidadas	Dissertação	UTP	2011
Ana Paula Fernandes da Silva Piacentine	História da Formação de Professores Leigos rurais: o curso de magistério rural em Dourados, na década de 1970.	Dissertação	UFGD	2012
Marineide de Oliveira da Silva	Escola Rural: trilhar caminhos e transpor barreiras na Educação (1927-1945)	Dissertação	UFMT	2012
Humberto Correa Santos	Escolas municipais rurais de Patos de Minas – MG (1941-	Dissertação	UNIUEBE	2012

	1998): da expansão à nucleação			
Raimundo Gomes Ribeiro Junior	As escolas elementares rurais no Ceará: paisagens e protagonismo na Fazenda Almas - Cariré (1940 - 1950)	Dissertação	UFC	2013
Clóvis Irala	Educação Rural em Dourados: A Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982)	Dissertação	UFGD	2013
Daniel Amaro Cirino de Medeiros	O grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá: das escolas isoladas à escola idolatrada (1890 -1910)	Dissertação	USF	2013
Agnes Iara Domingos Moraes	Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)	Dissertação	UNESP	2014
Carla Cattelan	Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 A 1981: A Escola Multisseriada	Dissertação	UNIOESTE	2014
Denise Sikora	A Escola de Trabalhadores Rurais Arlindo Ribeiro: uma expressão da política nacional e estadual	Dissertação	UNICENTRO	2014
Carolina Moraes Gimenes	Resgate histórico das escolas rurais em São João da Boa Vista - SP	Dissertação	UFG	2014
Silvia Aparecida Caixeta Issa	Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola	Dissertação	UFG	2014

Gilson Leske	A trajetória da educação rural no Paraná: das escolas rurais às escolas do campo (1961 a 2006)	Dissertação	UNIOESTE	2014
Elena Pericin Gomes Cornicelli	História da educação rural de Astorga: práticas educativas e organização institucional da Escola Rural Água Astorga (1957-1980)	Dissertação	UEM	2015
Rosangela de Lima	História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990)	Dissertação	UEM	2015
Ana Flavia Flores	Grupos escolares rurais na antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP)	Dissertação	UFSCar	2015
Katia Maria kunntz Beck	Vivências e memórias: a cultura escolar da Escola Rural Mista Municipal Santo Antonio em Tangará da Serra - MT (1965-1983)	Dissertação	UFMT	2015
Lais Alcantara Rios Lima	O significado das Escolas Rurais Multisseriadas no contexto do Município de São Gonçalo dos Campos-Ba	Dissertação	UEFS	2015
Wilker Solidade Silva	Grupo Escolar Presidente Vargas – distrito de Vila Vargas – Dourados/MT: um perfil da Escola Primário Urbano/Rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1970)	Dissertação	UFGD	2015

Rony Rei do Nascimento Silva	Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe (1947-1951)	Dissertação	UNIT	2016
Maricelia Aparecida Nurmberg	História da Educação do Município de Enéas Marques – 1960 a 1992: das escolas rurais à nuclearização	Dissertação	UNIOESTE	2017
Roseli Teresinha Pereira	Os templos na roça: entre memória, práticas, e representações docentes na escola rural (1960-1970)	Dissertação	CUML	2017
Luciana Vicência do Carmo de Assis e Silva	Na Cadência das Águas, no Ritmo da Política: a escola pública rural no município de Poconé – MT (1930-1945)	Tese	UFMT	2018
Manuela Garcia de Oliveira	Entre história e memória: modos de organização e funcionamento de um centro de educação rural (Petrolina - PE, 1977 - 1984)	Dissertação	UFPE	2018
Ana Lúcia Pereira Borges Ebenritter	Da Escola na Casa à Escola Municipal Fazenda Miya do distrito do Guassú – MT (1965 -1977)	Dissertação	UFGD	2018
Silvana Maria da Silva	Memórias da Escola Rural: Representações da cultura escolar da Escola Rural Mista de Bom Sucesso na memória de ex-alunos e uma ex-professora (1937-1952)	Dissertação	UFMT	2018

Fernanda Piletti	Memórias de escolarização no meio rural de Farroupilha/RS: o grupo escolar Jansen (1937-1958)	Dissertação	UCS	2018
Jordana Ferreira de Faria	A cultura escolar como produto de um lugar: uma escola primária rural do interior paranaense (1950-1970)	Dissertação	UEM	2018
Thalita Pavani Vargas de Castro	Do Direito à Educação da Infância Rural do município de Cuiabá – MT (1937-1945): dos quintais aos bancos escolares	Dissertação	UFMT	2018

Fonte: - Elaborado com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e, também a partir do artigo de Ávila (2018), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Esse levantamento preliminar, permite compreender que a produção historiográfica sobre a história das instituições escolares rurais vem crescendo e se consolidando no cenário acadêmico, a partir de 2009, mais precisamente na última década. Observamos que essa produção acadêmica está sendo produzida, sobretudo, na forma de dissertações, pois ainda temos poucas teses de doutorado que tenham se dedicado a esse objeto de estudo voltado ao meio rural. Também foi possível verificar que essa produção contempla diferentes programas de pós-graduação em Educação. Esses programas estão situados em diferentes Estados e regiões do Brasil e assim notamos que essas produções vêm sendo realizadas em programas pertencentes a diversas regiões brasileiras. No entanto, percebemos que a maior concentração dessas produções está nas regiões Sudeste e Sul do país. No caso, da região Sudeste concentrada, principalmente, em programas de pós-graduação do estado de São Paulo, e na região Sul, sobretudo, nos programas de pós-graduação do estado do Paraná.

No caso de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o levantamento ainda permite verificar que essa produção historiográfica em torno da história das instituições escolares rurais também se iniciou e se intensificou nos últimos anos. Percebemos, também que, essa produção se encontra mais consolidada em torno de dissertações do que em teses, pois ainda há poucas teses que se dedicaram ao estudo dessa temática sobre a educação

primária rural e, neste caso localizamos apenas duas. Uma que fora defendida em 2011, na Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, e outra mais recente defendida na Universidade Federal de Mato Grosso, no ano de 2018.

Sendo assim, constatamos que essa produção historiográfica se centra mais na história, memória e cultura escolar das escolas primárias rurais. Produção essa voltada tanto para pesquisas em escolas primárias rurais situadas tanto na parte norte quanto sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, realizadas por dois programas de pós-graduação em Educação, o da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMS) e o da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O Quadro 1 aponta dois trabalhos de tese localizados acerca da temática investigada, mas um não foi defendido em universidades do MS e do MT, neste caso, a Tese de Doutorado de Ademilson Batista Paes, defendida na UNESP.

Tendo em vista que a produção historiográfica educacional sobre a história das instituições escolares no Brasil e, também, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul constitui-se em um campo de investigações em construção e aberto a pesquisas, foi proposto uma investigação sobre a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, localizada na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis. Essa localidade está situada no antigo Núcleo Colonial de Dourados, marcada por colonização recente advinda do projeto de governo de Getúlio Vargas, nomeado de Marcha para o Oeste. O que certamente torna esta pesquisa relevante e, de interesse para a produção historiográfica educacional em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que nos últimos anos, conforme revelaram os dados do Quadro 1, tem se debruçado a investigar e a escrever sobre a história das instituições escolares rurais.

Assim, convém destacarmos que esta pesquisa de mestrado contribui para o crescimento dos estudos a respeito da história da educação rural em Mato Grosso e mais especificamente para a história das instituições escolares rurais do sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), principalmente, para a história das instituições escolares rurais do município de Dourados.

Neste prisma, podemos constatar que o levantamento realizado da produção da historiografia educacional sobre a história das instituições escolares rurais no Brasil, em teses e dissertações, não só permitiu situar a pesquisa sobre a história da escola pesquisada no campo da produção historiográfica, mas outrossim, a sua relevância para a história da educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ademais, possibilitou tecer sentidos

para o entendimento da temática e do objeto em estudo e, ainda, abriu caminhos para o desenvolvimento da pesquisa.

Para desenvolver a investigação sobre a história da escola pesquisada, foi necessário recorrer aos referenciais ligados à história, historiografia da educação, história de Mato Grosso e ensino rural.

A pesquisa orienta-se na perspectiva da Nova História Cultural, uma vez que se pretende percorrer esse viés por meio dos escritos de Chartier (1990; 2002; 2010) e de autores que versam sobre essa perspectiva da História das instituições educativas, como Magalhães (2004), pois permitem a base teórica e atendem ao objetivo desta pesquisa. Deste modo, no entendimento de Chartier (2002, p. 14), a Nova História Cultural surgiu da,

[...] emergência de novos objetos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.

O objeto principal da Nova História Cultural é “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, e que “[...] as representações do mundo social, assim construídas”, [...] são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza” (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

A influência da Nova História Cultural na História da Educação fez com que a pesquisa nesta área percorresse novos caminhos, como aponta Carvalho (1998, p. 32),

[...] penetrar a caixa preta escolar, apenando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise - como gênero - e recortar temas - como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração.

Deste modo, Chartier (2010, p. 33) ainda contribui destacando que nestes “[...] últimos anos, tal como demonstram as numerosas obras que se esforçam por delimitar os objetivos e os métodos, a história cultural se tornou um dos campos mais vigorosos e debatidos do âmbito histórico.”

Assim, podemos pontuar que novos objetos, temas e procedimentos de análise se integraram à pesquisa em História da Educação, favorecendo outros caminhos para o seu estudo, como é o caso das investigações sobre a história das instituições escolares. Desse modo, Magalhães (2004) se constitui uma referência relevante para a pesquisa sobre a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, do distrito de Indápolis, pois de acordo com o autor,

[...] Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zona de influência (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134).

Ainda segundo Magalhães (2004), mediante a compreensão da existência histórica de uma instituição escolar, compreendemos que ela não apenas se efetiva pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região e ao sistematizar o seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade confere, no seu entendimento, um sentido histórico e nessa perspectiva, busca-se compreender o processo histórico de instalação e funcionamento da escola pesquisada no distrito de Indápolis.

Com relação ao processo de colonização do território onde se localiza o município de Dourados, ao sul do então Mato Grosso, foi necessário recorrer aos estudos de Oliveira (1999; 2013), Ponciano (2006), Arakaki (2008), Queiroz (2008), Menezes (2012), Naglis (2014), dentre outros.

A pesquisa documental foi realizada no arquivo da Secretaria Municipal de Educação de Dourados (SEMED), no acervo do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR), no Museu Histórico de Dourados e no Museu da Colônia Nacional Agrícola de Dourados (CAND). A busca inicial pela documentação deu-se por meio da consulta na SEMED para localizar o arquivo das escolas recolhidas do município, com vistas a levantar e coletar documentos como: decretos de criação da escola, listas de matrículas, atas, relatórios, pastas de professores, fotografias, entre outros documentos que auxiliassem na elaboração da pesquisa.

Posteriormente, a pesquisa documental se direcionou para o acervo do CDR a fim de localizarmos documentos que pudessem tratar da escola investigada e de jornais que circularam no período do recorte temporal. Também foram consultados os acervos do Museu Histórico de Dourados e do Museu da Colônia Nacional Agrícola de Dourados.

No Museu Histórico de Dourados, não foi possível localizar no acervo nenhum documento de interesse para esta pesquisa, embora esperássemos lá encontrar pelo menos fotografias da escola, no entanto nada foi encontrado que pudesse auxiliar nesta investigação. Já no Museu da Colônia Nacional Agrícola de Dourados, embora não houve a possibilidade de encontrarmos documentos sobre a escola pesquisada, foram localizados documentos do período da colonização recente, desencadeada no governo de Vargas, como termos de posse dos antigos colonos. Não se pode deixar de registrar aqui que a legislação educacional do período também foi utilizada como fonte documental.

Depois do levantamento dos documentos nesses acervos, foi necessário desenvolver um trabalho minucioso de coleta e de organização dessa documentação, com a separação e classificação do material, conforme sua natureza, temática e cronologia. Isto fez com que nós, enquanto pesquisadora, estabelecêssemos uma ordem classificatória à documentação, dividindo-a em categorias, a fim de que se revelassem o sentido e o conteúdo das fontes com as quais operava.

Foi fundamental recorrer às entrevistas. Para tanto, foram selecionados nove sujeitos: duas antigas professoras, dois ex-alunos, uma ex-secretária municipal de educação de Dourados e quatro antigos moradores do distrito de Indápolis. O critério que usamos para definir as antigas professoras constituiu no tempo de profissão exercido na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, considerando que o período fosse superior a quatro anos e correspondesse ainda ao período delimitado nesta pesquisa. Em relação aos critérios para definir os ex-alunos, foi levado em consideração, inicialmente, aqueles que estudaram nessa escola rural; e segundo, alunos que tivessem frequentado de 1ª a 4ª séries na instituição ou pelo menos dois anos letivos. Quanto à definição da secretária da educação, consideramos como critério o fato de ela ter ocupado o cargo de secretária do município pelos menos durante uma gestão de um prefeito no período do nosso recorte temporal de pesquisa. E, por fim, a escolha dos antigos moradores do distrito de Indápolis ocorreu levando em consideração, como primeiro critério, a relação destes com a escola e, segundo, a sua relação com a história do distrito de Indápolis. Entretanto, a nossa preocupação e intenção não era entrevistar um número grande de sujeitos, mas sim localizar depoentes que além da aproximação com o nosso objeto de estudo, pudessem colaborar realmente com esta pesquisa, por meio de seus relatos, memórias e fontes iconográficas.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro de perguntas semiestruturadas, que se encontra em anexo nesta Dissertação e seguiu o critério,

conforme o grau de atuação do entrevistado na instituição escolar e no distrito Indápolis. Os depoimentos foram todos gravados, recorrendo à técnica do gravador, que, de acordo com Queiroz (1991, p.56), “[...] permite acompanhar com fidelidade os monólogos dos informantes, ou o diálogo entre o informante e o pesquisador” e, ainda, guardá-los ou interpretá-los posteriormente. Para autorizar os diálogos, todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cedendo à pesquisadora os direitos de utilizar os dados das entrevistas nesta pesquisa com posterior publicação. O modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido está indexado ao trabalho.

Nesta investigação, não foi proposto a História Oral Pura, visto que não está sendo trabalhando com todos os procedimentos metodológicos da História Oral.

A história Oral, em função de sua utilidade pelo historiador, divide-se em dois ramos principais: a História Oral Híbrida e a História Oral Pura. No primeiro caso trata-se da conjunção da coleta de depoimentos combinada com outras fontes. Nesta situação, a História Oral cumpre um papel, digamos, complementar. [...] A história Oral Pura, cuida apenas de testemunhos e obedece à valorização única do que foi dito (MEIHY, 2005, p. 60).

Neste contexto, a pesquisa foi realizada com a História Oral na perspectiva da entrevista, sob a luz dos objetivos propostos neste trabalho de analisar a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, por meio das memórias de sujeitos que estiveram envolvidos, sobretudo, com a história dessa escola e do distrito de Indápolis.

Para Meihy (2005, p. 53), a História Oral é mais que arquivo de gravação, é elaboração de um documento “[...] que pode ser num primeiro momento a transcrição do testemunho e, em outra etapa, a sua análise”. Para Sarat e Santos (2010, p. 51),

A História Oral é vista por uma grande maioria de pesquisadores como uma metodologia ou método de pesquisa que utiliza a técnica da entrevista para registrar as narrativas das experiências das pessoas, histórias que há muito as pessoas sabiam e contavam, mas que estavam à margem da documentação produzida pela História Oficial.

Diante disso, a entrevista buscou na memória individual dos depoentes as experiências do passado, fazendo um diálogo com o presente. Para Bosi (1994, p.55), “[...] na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar

com imagem e ideia de hoje, a experiência do passado, memória não é um sonho é trabalho.”

No entendimento de Alberti (2005, p. 67), “[...] a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é identidade”. O caráter seletivo da memória faz lembrar acontecimentos que por alguma razão foram significativos e, ao serem rememorados, apresentam aspectos sobre a existência individual contida em determinados períodos históricos.

As entrevistas coletadas foram transcritas e utilizadas na perspectiva de fazer um diálogo com outras fontes da pesquisa, conforme aparecerá no decorrer desta dissertação.

Sendo assim, a dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “A criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro e seus antecedentes”, em um primeiro momento, aborda o processo de implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e o surgimento do distrito de Indápolis (antigo distrito de Serraria), neste contexto. Na sequência, trata da chegada dos migrantes e imigrantes para a CAND, focalizando, principalmente, a vinda da família Kushida e o seu estabelecimento nessa área do Núcleo Colonial de Dourados.

O segundo capítulo intitulado “A institucionalização da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro e seus sujeitos” inicialmente, analisa o processo de criação dessa escola, focalizando a construção do prédio escolar e sua organização interna. Em um segundo momento, discute o perfil dos sujeitos que fizeram parte desta instituição, no caso, alunos e professores.

E, por fim, o terceiro capítulo intitulado “Vestígios da organização do ensino na escola: dos documentos dos acervos às vozes dos depoentes” discute como era o ensino na escola, tomando como fonte os documentos localizados no acervo da SEMED e, também, com os dados que foram coletados nas entrevistas com as antigas professoras da escola, ex-alunos e ex-secretária da educação do município de Dourados, no período pesquisado.

Esperamos que este estudo evidencie a importância de investigar a história das instituições escolares, sobretudo, a história das escolas situadas fora do meio urbano, como é o caso da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, instituição aqui pesquisada, situada no distrito de Indápolis, no município de Dourados, localizada em uma área rural dessa localidade. Área essa marcada por um processo de colonização

recente no sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Deste modo, almejamos que este trabalho possa elencar contribuições para pesquisas futuras sobre a temática.

CAPÍTULO I

A CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO E SEUS ANTECEDENTES

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

*Fragmento extraído do texto Gaiolas e Asas
Rubem Alves*

Para compreender a existência histórica de uma instituição de ensino, como a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, do distrito de Indápolis (antigo distrito de Serraria), faz-se necessário, conforme menciona Magalhães (2004), compreender a sua existência não só pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região. Sendo assim, este primeiro capítulo visa a discutir aspectos que marcaram a história do distrito de Indápolis, onde essa escola foi criada. Assim, procuramos, como aponta Magalhães (2004), sistematizar seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo no seu entendimento, um sentido histórico.

Diante disso, o capítulo foi organizado em duas partes que se complementem, a primeira versa sobre o distrito de Indápolis no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). E a segunda parte aborda, inicialmente, a chegada e a inserção da família Kushida na CAND, para num segundo momento, tratar da doação do terreno por essa família de descendentes de imigrantes japoneses para a construção da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no distrito de Indápolis.

1.1 O distrito de Indápolis no Contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)

O distrito de Indápolis¹¹ foi criado pela Lei Estadual nº. 2101 de 20 de dezembro de 1983. Porém, entre as décadas de 1940 e 1970, a localidade era denominada de Serraria. Esta denominação se devia ao fato de essa localidade, entre os anos de 1940 e 1950, possuir grande parte das serrarias existentes na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). A esse respeito, um antigo morador dessa localidade, Anízio da Silva, em entrevista relatou que “[...] esse distrito recebeu esse nome por causa de uma serraria que cortava as madeiras para os colonos que aqui chegavam, construíssem as suas casas” (SILVA, Entrevista, 2018).

Indápolis constituiu-se em um dos oito distritos localizados no município de Dourados. Esse município abrange uma área de total de 4.086.387 Km² e, atualmente, é a segunda maior cidade do estado de Mato Grosso do Sul. Além da área urbana (40,68 km²), o município possui oito distritos: Guassú, Indápolis, Itahum, Panambi, Picadinha, Vila Formosa, Vila de São Pedro e Vila Vargas. Também, compreende uma área de

¹¹ O nome “Indápolis” significa “Instituto do Desenvolvimento Agrário” (SCHNEIDER, 2002, p. 27 apud TAVARES, 2004, p.150).

reserva indígena, conforme se pode observar no Mapa 1, representativo do município de Dourados.

Mapa 1 – Mapa dos distritos de Dourados/MS.



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados/MS (2018).

O demonstrativo com o mapa do município de Dourados e seus distritos permite observar que o distrito de Indápolis, assinalado na cor azul escura, não se constitui em um dos distritos de maiores dimensões territoriais, como os de Itahum e Guassú. Apesar disso, podemos dizer que Indápolis é um distrito de médio porte, como os da Picadinha e da Vila Formosa.

Uma retomada na história de Dourados faz-se necessária para compreender o desenvolvimento do município com a CAND, bem como a relação do distrito de Indápolis neste contexto. Dourados foi fundada como uma Colônia Militar, em 10 de maio de 1861, sob o comando do Tenente Antonio João Ribeiro (cujo nome foi dado à escola em homenagem ao tenente), quando aconteceu a invasão pelos paraguaios. Foi elevado a distrito da Paz de Dourados no dia 15 de junho de 1914, pela Lei nº. 658. Porém, esse distrito ficou subordinado a Ponta Porã até 20 de dezembro de 1935, quando ocorreu a

sua emancipação político-administrativa por meio do decreto nº. 30, assinado pelo governador Mário Corrêa, tornando-se município. O decreto assinalava que o,

[...] governador do Estado de Matto Grosso, tendo em vista a representação que lhe dirigiram os habitantes de Dourados sobre a necessidade de ser elevado aquelle districto a município, e considerando que o districto de Dourados, possuindo uma população superior a 15 mil almas, vem assignalando o seu crescente desenvolvimento pela exportação em grande escala de herva-matte, gado-vacum, cereaes e outros productos, considerando que, o referido districto, além de sua situação geographica, está ainda dotado de elementos necessários à sua elevação a município, considerando que ao poder público cabe prover as necessidades dos núcleos de população para a sua pronta expansão formando os municípios como cellula da grandeza do Estado, usando das faculdades de que são conferidas por lei. DECRETA: Art. Único – Fica criado o município de Dourados [...].

Assim, o município de Dourados foi criado durante o período da segunda República (1930-1945). Inicialmente, o seu crescimento foi lento, em virtude das dificuldades de acesso, comunicação e transporte.

Mesmo com todas as dificuldades apresentadas e a precariedade de recursos básicos para habitação, a região chamou atenção de muitas pessoas que buscava riqueza e novas terras, principalmente, pela qualidade do solo, cuja fertilidade fez com que Dourados se tornasse um município em ascensão, com grande aumento populacional (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991).

Esse momento de grande crescimento populacional em Dourados foi marcado, durante o governo de Getúlio Vargas, mais precisamente entre os anos de 1937 a 1945, período denominado Estado Novo, pelo lançamento da Campanha Marcha para o Oeste, que consistia na política de incentivo ao povoamento da parte oeste brasileira. De acordo com Arakaki (2008, p. 26) a,

[...] campanha se assentava nos fundamentos da geopolítica, concepção que remonta às vésperas da primeira guerra mundial, quando os países envolvidos lutavam em busca de expansão territorial, denominada de ‘espaço vital’. A Marcha para o Oeste, diferentemente daquela concepção, buscava a expansão interna, isto é, dentro do território brasileiro.

Entre os objetivos dessa política estava a nacionalização das fronteiras, pois o governo Varguista pretendia fortalecer o poder do Estado e, para isso, as oligarquias regionais deveriam ser combatidas, resultando em maior relação entre as regiões do Brasil, o que culminaria em uma maior força da economia. No caso específico de Mato

Grosso, onde o município de Dourados estava situado na parte sul do estado, um dos incentivadores da Marcha para o Oeste era o povoamento dessa região, tendo como alvo enfraquecer o monopólio da Empresa Mate Laranjeira, instalada em 1881 por Thomas Laranjeira, um empresário gaúcho que atuou nessa região por quase setenta anos na exploração dos ervais.

É oportuno explicar aqui que, do mesmo modo que, ocorreu em outras áreas do Brasil, marcadas por colonização, na parte sul de Mato Grosso, onde o município de Dourados se situava, no período em que Getúlio Vargas articulou esse processo de colonização, essa localidade outrora não era desabitada, pois já possuía um contingente populacional, sobretudo, constituído por indígenas (IWAMOTO, 2016). Neste contexto, Schelbauer (2014, p. 79), pesquisando acerca da colonização no Paraná, também advertiu que no [...] “momento em que a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP articulou a colonização, o território não era inóspito e nem desabitado, havia a presença de caboclos e índios”. Desse modo, essas áreas de colonização no Brasil sejam via companhias de terras ou de estímulo pelo governo brasileiro, como foi o caso de Getúlio Vargas no sul de Mato Grosso, muitas vezes, propiciou a colonização de terras que já tinham habitantes, como os indígenas.

Conforme relatado anteriormente, Getúlio Vargas, além de propor o povoamento dessa parte sul de Mato Grosso, tinha o objetivo de enfraquecer o monopólio econômico da Empresa Mate Laranjeira. Não podemos deixar de registrar que essa empresa obteve sucesso rápido no Brasil e, a partir de 1883, ganhou força com a entrada dos acionistas Joaquim Murinho e Francisco Murinho, uma vez que a união de capital fez nascer a Companhia, que passou a produzir e exportar a erva com exclusividade para a firma Francisco Mendes & Companhia, de Buenos Aires. Com o ingresso de novos sócios na Empresa, novas formas de escoamento da erva-mate foram estudadas, resultando na construção de um porto que foi chamado de Porto Murinho. Outra via de escoamento passou a ser utilizada como os canais de navegação dos cursos d'água que desaguavam no rio Paraná, como os rios Amambaí, Iguatemi, Dourados, Brilhante e Ivinhema.

A Companhia Mate Laranjeira foi efetivamente erigida na cidade do Rio de Janeiro, em 5 de setembro de 1891, sendo constituída por 15.000 ações no valor de 3 mil contos de réis cada uma. Na mesma data, foi fundado o Banco Rio Branco, que recebeu 14.540 ações, sendo o Mantenedor dessa Companhia. A partir de então, a ação de Francisco Mendes Gonçalves, Thomás Laranjeira e de outros sócios se converteu numa ação Empresarial. A extração da erva-mate era o negócio mais lucrativo do sul do Estado

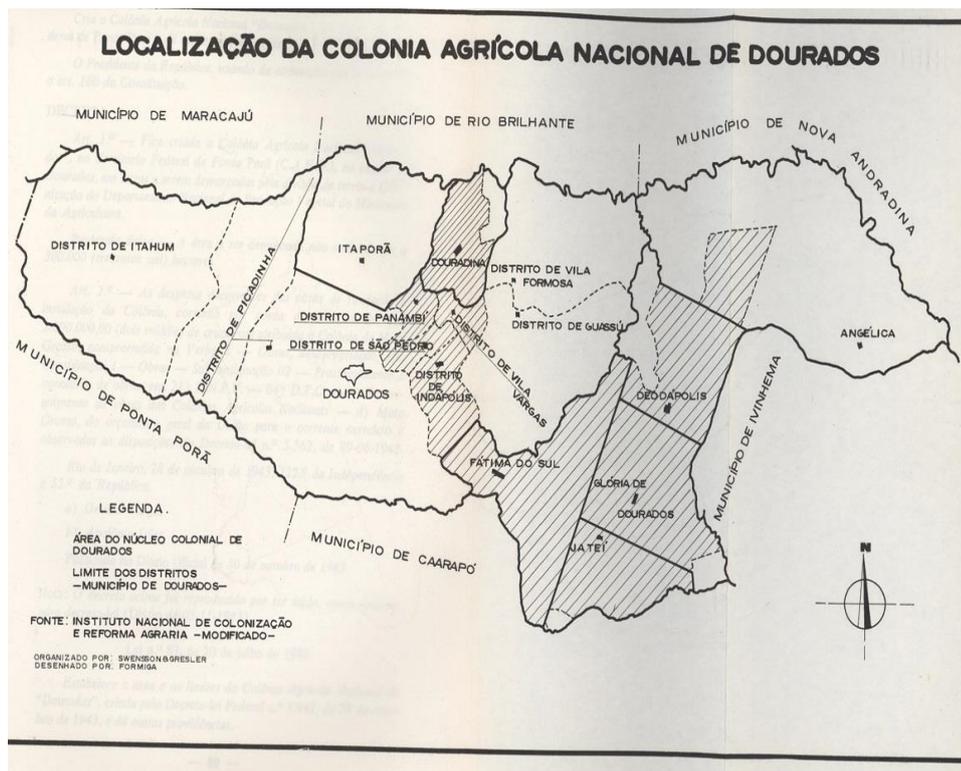
de Mato Grosso, pois já tinha um mercado consumidor seguro, o que atraiu imigrantes e migrantes, uns com intuito de explorar ervais, outros de fornecer mão-de-obra, em especial, os paraguaios.

Contudo, essa Companhia Mate Laranjeira manteve o seu domínio nos ervais do sul do antigo Estado de Mato Grosso até meados da década de 1940, quando o governo de Getúlio Vargas passou a não renovar o contrato de direito à exploração da erva-mate nessa região. Certamente, a não concessão de exploração deve ser compreendida dentro do contexto de suas propostas de política estado novista, pois a política de Marcha para o Oeste tinha como objetivos a nacionalização das fronteiras e o povoamento da região Centro-Oeste. E, no caso da parte sul de Mato Grosso, onde a referida Companhia estava, por décadas, explorou-se a erva-mate, sem a preocupação com a fixação de pessoas. Podemos ressaltar que política de Getúlio Vargas foi “[...] parte integrante de um projeto nacionalizador que possibilitou, ao governo federal, um maior controle na fronteira com as repúblicas vizinhas do Paraguai e da Bolívia” (OLIVEIRA, 2013, p. 23), favorecendo, ainda, o aumento populacional da região e desencadeando o desenvolvimento econômico, não mais marcado pela exploração dos monopólios, como foi a atuação da Companhia Mate Laranjeira na região.

O projeto de colonização idealizado por Getúlio Vargas estabelecia-se, dentre suas políticas, pela criação de colônias. Esse projeto político estava diretamente ligado à fixação do homem no campo por meio da implantação da pequena propriedade, tendo em vista a necessidade de expansão das relações capitalistas de produção (OLIVEIRA, 1999).

No caso do sul de Mato Grosso, foi criada a CAND pelo Decreto-Lei nº. 5.941, de 28 de outubro de 1943. Porém, a real implantação dessa Colônia somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando da demarcação, pelo governo federal, por meio do Decreto-Lei nº. 87, dos seus limites, com a reserva de uma área não inferior a 300.000 hectares. Essa demarcação ocorreu em duas etapas: na primeira foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares e, na segunda etapa, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos (PONCIANO, 2006). O Mapa 2 apresenta a localização da CAND.

Mapa 2 – Mapa da Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.



Fonte: GRESSLER (1998, p. 40).

O mapa de localização da CAND permite verificar que o Núcleo Colonial ocupou uma grande área do município de Dourados. Área essa constituída, atualmente, por distritos e municípios situados no seu entorno. Sobre o território da CAND, Queiroz (2008) registra que esse englobava os atuais municípios de Dourados (os distritos de Vila São Pedro, Vila Vargas, Vila Formosa, Panambi e Indápolis), Fátima do Sul, Vicentina¹², Glória de Dourados, Jateí, Douradina e Deodápolis. A área total delimitada pelo Governo Federal à CAND era de 300.000 hectares, mas acabou sendo reduzida para 267.000 hectares e divididas em duas zonas: uma à esquerda do rio Dourados, com 68.000 ha, e a segunda com 199.000 ha, à direita do rio.

O projeto colonizador no sul do então estado de Mato Grosso foi viabilizado pelo governo por meio de uma intensa propaganda da imprensa, já que havia elementos (homens e mulheres) dispostos a enfrentarem os desafios de migrarem para outras regiões do país, na tentativa de melhorarem de vida, ou seja, havia uma força de trabalho disponível e, principalmente, barata e desqualificada (OLIVEIRA, 1999).

¹² Vicentina não aparece no Mapa 2, pois na época era um distrito que fazia parte do município de Fátima do Sul.

Muitas famílias se deslocaram para a Colônia, atraídas pelas propagandas emitidas por Vargas nos veículos de comunicação oficial ou por informações de familiares e amigos que, ao tomarem conhecimento da doação dessas terras, apressavam-se em avisar suas famílias. A distribuição dos lotes da Colônia seguiu alguns critérios. Eram doados para cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, que se declarassem pobres e que se comprometessem a morar nos lotes rurais. Não poderiam “[...] ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse” (OLIVEIRA, 2013, p. 23).

Para reocupar as terras da CAND, vieram migrantes de quase todas as regiões do país, principalmente, do Nordeste. Na época, também se deslocaram para a Colônia imigrantes de países da América Latina, Europa e Ásia. Sobre a vinda de imigrantes e da formação da Colônia Agrícola, Oliveira (1999, p. 23) sublinha que

[...] a política de colonização e nacionalização das fronteiras, no Sul do Mato Grosso, como parte integrante da Marcha para Oeste, consolidou-se com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e o encaminhamento de contingentes de trabalhadores, os quais foram assentados sob a proteção do Estado.

O projeto estadista voltou-se para a especulação febril da terra, agora valorizado pela existência de mão-de obra-disponível e barata. Esse processo foi favorecido pelas alianças empresariais e eleitorais patrocinadas por grupos econômicos e políticos, que incidiram sobre o controle da distribuição das terras (as melhores) devolutas do Estado. As terras da Colônia foram cobiçadas e tornaram-se objeto de desenfreada especulação.

No processo de reocupação da Colônia era exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista que eles tinham de entrar na área e iniciar as roças por meio da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o Governo dos gastos para tal tarefa. “Desse modo, as famílias cadastradas e organizadas pelo governo federal iniciaram os desmatamentos para a construção das casas e iniciarem o plantio em suas lavouras” (OLIVEIRA, 2011, p. 95).

Portanto, as terras reocupadas pelos colonos eram propícias à agricultura, tanto que grande parte deles se dedicou a ela, mesmo que muitos não tivessem prática com o trato agrícola (MENEZES; QUEIROZ, 2008). Na CAND, a agricultura “[...] organizou-se também no quadro e nas condições oferecidas pela natureza, assim o ecossistema no qual se inseriu a Colônia era bastante propício para o desenvolvimento agrícola tão almejado pelos idealizadores do projeto” (MENEZES, 2012, p. 99).

Embora fosse uma colônia agrícola e a agricultura constituísse em sua principal atividade econômica, esta não foi a única, pois paralelamente à preparação da terra para o cultivo a exploração da madeira foi outra prática constante surgida como consequência desse processo, sendo esta, em toda a extensão da localidade alvo de disputas e de irregularidades. Além desta exploração, desde o início da colonização e que perpassou toda a história da CAND, os colonos também se dedicaram a outras atividades, como o pequeno comércio de artigos industrializados, muito bem representados pelos inúmeros “bolichos”¹³ que surgiram em toda a extensão territorial. Esses bolichos foram mais frequentes no interior, onde se vendiam diversos produtos. Outra atividade, segundo Menezes (2012), que de imediato os colonos se dedicaram foi à extração e elaboração da erva-mate nativa, uma vez que, como já dito anteriormente, a colônia foi instalada em região ervateira.

Menezes (2012, p. 75) destaca que as serrarias tiveram grande contribuição no desenvolvimento da atividade madeireira dentro da CAND, pois nestes locais tanto eram serradas as madeiras para a construção das casas dos colonos, como em grande parte era comercializado este produto. Nesse contexto, a CAND contava com uma serraria oficial cuja finalidade teoricamente era atender à administração e, sobretudo, aos colonos no tocante à construção de casas e, no fornecimento de móveis. A referida serraria foi instalada na sede da administração que atualmente corresponde ao território onde se localiza o distrito de Indápolis, local ainda hoje conhecido pela população como “Serraria”. Deste local, a colônia se estendia ao Leste e ao Sul com a maior parte de seu território coberto por mata virgem.

A existência de uma serraria fazia parte da infraestrutura básica, sendo nesse contexto indispensável para o funcionamento da colônia. Por mais que ela não tenha dado conta de atender às necessidades dos colonos, aliás, o atendimento deficitário foi marca da administração como um todo, a serraria teve um papel significativo na participação das atividades desenvolvidas por estes, envolvendo-se nas relações comerciais que perpassaram a exploração madeireira. No entanto, no caso dessa colônia, oficialmente deveriam ser preservados 3,5 alqueires de cada lote, uma vez que estes eram doados na medida de 30 ha ou 12,5 alqueires. Na prática, sabemos que essa exigência legal não foi respeitada, ocorrendo o desmatamento de forma indiscriminada. Na primeira zona da CAND, este se deu tanto como consequência da colonização, bem como sob estímulos

¹³ Pequeno comércio, onde era possível adquirir os mais variados produtos, geralmente eram localizados à beira da estrada. (Fonte: <https://www.dicionarioinformal.com.br>).

comerciais (MENEZES, 2012, p. 73-75). Algumas madeiras eram mais procuradas devido ao seu valor comercial, por exemplo, a aroeira, o angico, o marinheiro, a canafístula, o amendoim e o jacarandá.

O processo de ocupação e povoamento alterou o cenário rural e urbano do município de Dourados e região à medida que proporcionou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias extremamente pobres, que acabaram por promover um significativo aumento populacional, como demonstrado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – População Censitária de 1940 a 1960.

Ano	Urbana	Rural	Total
1940	1.821	13.164	14.985
1950	4.730	18.104	22.834
1960	16.468	68.483	84.955

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de Mato Grosso 1940 a 1960.

Os dados da Tabela 1 permitem comprovar o crescimento populacional ocorrido entre 1940 e 1960, no município de Dourados, decorrente da implantação da CAND. A tabela possibilita observarmos que a população urbana e rural do município, em 1940, era de 14.985 habitantes e passou para 84.955, em 1960, um crescimento de 69.970 habitantes. Em percentuais, esse número representava 466,03% a mais da população. Certamente, o crescimento populacional ocorria em maior proporção na área rural, conforme revela os dados da tabela. Aspecto esse que pode ser explicado pelo fato de que a Colônia tinha os seus objetivos mais voltados à produção agrícola, com o plantio do algodão, arroz, milho, café, feijão, entre outros.

Entretanto, a implantação da CAND não proporcionou, para o município de Dourados, apenas a expansão demográfica, mas trouxe, transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Essas mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano com a instalação, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinema, clubes, linha telefônica, bem como a ampliação do comércio, os loteamentos imobiliários e, ainda, a criação de associações de classe e, também, de mais escolas. Assim sendo, cumpre concordar com Naglis (2014), de que a implantação da CAND, nas décadas de 1940 e 1950, constituiu um processo de grande envergadura histórica, firmemente articulado com a política nacional daquela época e responsável por decisivas transformações econômicas, sociais,

políticas e culturais no sul de Mato Grosso (a porção meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul).

Do mesmo modo ocorreu na parte sul de Mato Grosso com o processo de colonização desencadeado pela Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, que promoveu a instalação da CAND e acabou por proporcionar expansão demográfica, transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e desenvolvimento urbano, trazendo modernização e progresso para essa parte de Mato Grosso. Schelbauer (2014, p. 77-78), realizando pesquisas sobre a colonização recente no norte do Paraná, também destacou que esse processo propiciou,

[...] a ocupação do território, aumento populacional, surgimento dos novos centros urbanos e colonização das áreas rurais; movimento que, não sem conflitos, foi vislumbrado pelas pessoas da época como um período de progresso e modernização, no qual a educação foi enfatizada como um dos fatores desta modernidade.

Assim, podemos dizer que esse processo de colonização tanto no sul de Mato Grosso quanto no norte do Paraná trouxe a essas regiões brasileiras modernização e progresso, os quais puderam ser vislumbrados em vários setores, entre eles, a educação, enfatizada como um dos fatores desta modernidade.

No caso do sul de Mato Grosso, um dos resultados posteriores desse aumento populacional desencadeado por esse processo de colonização foi a criação de municípios dentro da região compreendida pela CAND, entre eles: Fátima do Sul, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis, Angélica, Douradina e Vicentina. Houve ainda a criação de alguns distritos que pertencem ao município de Dourados, como Indápolis, Vila São Pedro, Vila Vargas, Panambi.

Convém lembrar que no contexto da CAND, as terras foram divididas em duas zonas. A esse respeito, Menezes (2012, p. 26) explica que os,

[...]267.000 ha que constituíam a colônia federal ficaram divididos em duas zonas, separadas pelo rio Dourados, a primeira localizada à esquerda do rio com 68.000 ha e a segunda à direita daquele com uma área de 199.000 ha. A referida colônia englobava o território dos atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Glória de Dourados, Jateí, Deodápolis e Douradina.

Essa divisão se deu em virtude de um obstáculo natural - o rio Dourados - que cortava a CAND. A segunda zona ficava mais ao interior da colônia, que se estendia ao

leste e ao sul. Em virtude de alguns fatores, esta parte foi colonizada tardiamente em relação à primeira zona. Convém destacar aqui que, conforme chegavam, os colonos iam superlotando a primeira zona, que possuía uma área pequena (68.000ha) em relação ao grande número de pessoas que recebia. O restante da área, “[...] os outros 199.000 ha à margem direita do rio Dourados permaneciam coberto por florestas enquanto muitos colonos se viam sem alternativas esperando providências administrativas” (MENEZES, 2012, p. 48). Desse modo, “[...] estas duas áreas tiveram características distintas, o desenvolvimento agrícola, o comércio e demais atividades possuem suas especificidades em relação à primeira zona” conforme Menezes (2012, p. 48). Portanto, a primeira zona constitui-se em um espaço mais acessível ao comércio, educação, infraestrutura, dentre outros, enquanto que a segunda zona, por se interiorizar mais, demorou um tempo maior para receber os benefícios encontrados na primeira zona já nos inícios de sua colonização, com especificidade para a educação.

Em 1954, a primeira zona já estava toda colonizada, contando com sua infraestrutura básica, como estradas abertas, escolas construídas e lotes demarcados. Porém, muitos colonos aguardavam ainda, juntamente com os que chegavam, uma solução para si, pois estavam na colônia e ainda não possuíam seu lote por falta de espaço (MENEZES, 2012, p. 48).

Os atuais distritos de Indápolis e de Vila São Pedro situavam-se na segunda zona da CAND e ficavam na região da sede da Colônia. De acordo com Naglis (2007), “a primeira zona teve um desenvolvimento rápido devido à implantação de infraestrutura, principalmente, na demarcação dos lotes, localizada na região da Vila São Pedro, município de Dourados”. Enquanto que na segunda zona surgiu primeiro um povoado chamado Vila Brasil (atual município de Fátima do Sul), onde a demarcação dos lotes foi um processo mais demorado. Embora as duas zonas de povoamento tenham ocorrido dentro da CAND, ambas tiveram uma povoação bem distinta.

A área delimitada pela criação da Colônia Nacional foi dividida em duas partes, denominadas zonas. A 1ª Zona, que recebeu uma atenção maior, teve desenvolvimento rápido por conta da implantação de uma infraestrutura mais centrada, sobretudo, no que se refere à demarcação dos lotes. “A conclusão das áreas demarcadas foi paralela à distribuição destas, ainda na primeira fase de instalação da Colônia” (NAGLIS, 2007, p. 40). Já na segunda zona, onde surgiram os povoados de Vila Brasil e Vila Glória, a demarcação dos lotes enfrentou morosidade maior, recheada de conflitos, “o que abriu precedentes para a atuação de grupos posseiros e tantos outros que vendiam ilegalmente

as terras da Colônia, pondo abaixo a própria estrutura tão almejada pela política municipal” (SILVA, 2014, p. 86).

Para uma melhor compreensão das divisões geográficas, Silva (2014, p. 105) ressalta que “[...] as duas zonas foram divididas para melhor distribuir os colonos e as terras loteadas, considerando a distância destas em relação a Sede Administrativa” e, assim, nessas zonas realizou-se de forma distinta o processo de povoamento,

[...] partindo da confluência do córrego da Picada, no Rio Dourados, pela margem esquerda e subindo pelo referido córrego da Picada até a sua cabeceira; deste ponto segue pelas divisas das propriedades de Ciro Melo e outros até encontrara a cabeceira do córrego Laranja Lima, abaixo até a barra com o córrego Laranja Doce; daí, pelo Laranja Doce abaixo até a sua confluência com o Rio Brilhante; pelo Rio Brilhante acima até a barra do córrego Panambi; pelo córrego Panambi acima, dividindo com terras da Colônia Municipal de Dourados, até a sua cabeceira; daí pela divisa das terras de Aral Moreira, até a confluência dos córregos Barreirinho e Saltinho; daí, pelo Saltinho acima até encontrar a linha do Patrimônio de Dourados seguindo por essa divisa até a cabeceira do córrego do Engano; pelo córrego do Engano abaixo até a sua barra no Rio Dourados; daí pelo Rio Dourados abaixo até a confluência do córrego São Francisco” (COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS, 1954, p. 1 apud SILVA, 2014, p. 105).

Nesse contexto, por conta da situação geográfica, percebemos que a primeira zona recebeu um maior percentual inicial de colonos devido à sua localização ser um pouco mais privilegiada, enquanto que a segunda zona demorou mais para ser colonizada pelos administradores da CAND por requerer mais iniciativas nas demarcações das terras, porque neste espaço as matas ainda estavam intactas, segundo o senhor Arno Sedlcek, que chegou à região em 1951 “Foi mais fácil lotear inicialmente a primeira zona, porque ficava mais próxima das serrarias, porque quanto mais a colônia adentrava na segunda zona, mais precisava desmatar para demarcar os terrenos doados” (SEDLCEK, Entrevista, 2018).

Contudo, o aumento demográfico, o progresso e a modernização, proporcionada pela colonização na parte Sul de Mato Grosso, com a criação e instalação da CAND promovida pela Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas, não foram marcados de forma pacífica, como apontou Iwamoto (2016), pois o processo de distribuição das terras nas áreas da CAND acabou gerando conflitos entre os indígenas e os novos moradores que se estabeleceram na localidade. Em outras regiões do Brasil, esse processo também foi

marcado por conflitos. Schelbauer (2014) pesquisando essa questão no Paraná assinalou que em,

[...] relação ao movimento de colonização do Paraná importante observar que o mesmo não ocorreu de forma pacífica, mas resultou em graves conflitos de terras motivados pela especulação financeira e pela grilagem, impondo a necessidade de criação da Chefatura de Polícia, a partir do desmembramento da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública em 1948 (SCHELBAUER, 2014, p. 77-78).

Apesar de os conflitos de terras nessas localidades de colonização terem ocorrido tanto no norte do Paraná quanto no sul de Mato Grosso, é inegável que esses processos mesmo assim trouxeram desenvolvimento para essas localidades para além da expansão demográfica. Além disso, dentro deste desenvolvimento na busca por progresso local, as escolas ocuparam um papel importante. Afinal, na segunda parte deste capítulo, o foco, mesmo direcionado à CAND e à vinda de família Kushida, família essa de descendentes de imigrantes japoneses que se estabeleceram nessa região do sul de Mato Grosso, estará na criação de uma escola na localidade, a qual foi almejada, nos anos de 1970, nessas antigas áreas do núcleo colonial de Dourados.

1.2 - A CAND e a família Kushida: a criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro

Mesmo que a CAND privilegiasse uma política de caráter nacionalista, em que valorizava, de fato, a presença de colonos brasileiros, não se pode deixar de mencionar que o número de imigrantes foi bastante significativo, tendo destaque especial os japoneses. “Ainda não sabemos os motivos reais dessa significativa presença, o que sabemos é que os japoneses tiveram uma acolhida especial em terras mato-grossenses” (MENEZES, 2012, p. 43).

Assim, vários imigrantes japoneses se tornaram colonos e tiveram uma presença significativa nas terras da CAND (MENEZES, 2012), como foi o caso da família Kushida. Contudo, a chegada de imigrantes japoneses em Mato Grosso não pode ser compreendida somente a partir da criação e instalação da CAND, na parte sul do Estado, pois há de se considerar também que a chegada dos primeiros imigrantes japoneses para Mato Grosso esteve ligada à “[...] construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que

ligava Bauru (SP) às margens do rio Paraguai no Porto Esperança, próximo a Corumbá (MT) no ano de 1909” (INAGAKI, 2008, p. 32). Com o término da construção da estrada de ferro, muitos trabalhadores permaneceram em terras mato-grossenses, como algumas famílias japonesas. Elas se interessaram em permanecer residindo no estado de Mato Grosso, com o propósito de engajar em trabalhos como arrendatários ou de ameia¹⁴, “[...] de início das plantações de café, posteriormente, passaram para o cultivo do arroz, pecuária, comércio e serviços” (RACHI, 2003, p. 94). Para isso, os imigrantes japoneses não mediram esforços em obter uma autonomia econômica, fazendo investimentos com aquisição de terras em solo brasileiro, especialmente escolhendo territórios em torno das estradas de ferro.

Apesar disso, um maior movimento migratório de japoneses ocorreu para o município de Dourados, com a implantação da CAND, que passou a receber migrantes e imigrantes mais intensamente a partir de 1948 e foi consolidado durante a década de 1950. A esse respeito, Menezes (2012) assinala que a imigração japonesa para essa localidade obteve o maior movimento migratório em 1952, quando 22 famílias chegaram, totalizando 112 pessoas. Essas famílias de imigrantes japoneses vieram diretamente para se estabelecer nesta localidade.

Entre as primeiras levas de imigrantes japoneses a se fixarem em terras na CAND e seus entornos, destacam-se a do núcleo de Laranja Lima, localizado em Vila Vargas, distrito de Dourados, com sua organização entre os anos de 1953 e 1955, com terras que eram banhadas pelo córrego Laranja Lima, tendo como atividade agrícola a plantação de café.

Nas áreas de abrangência da localidade, a Colônia Matsubara tinha um destaque em sua organização, sendo formada por estrangeiros japoneses. “A Colônia Matsubara foi organizada pelo senhor Yasutaro Matsubara com a entrada de 60 famílias, todos imigrantes japoneses” (RACHI, 2003, p. 90). Essa Colônia localizava-se próximo à Vila Brasil, hoje território pertencente ao município de Fátima do Sul.

No ano de 1953, chegaram os imigrantes japoneses na Colônia Matsubara e os primeiros japoneses na Colônia de Kyoei, localizada na Linha do Barreirão, hoje estrada que liga o município de Fátima do Sul ao município de Dourados. É oportuno lembrar

¹⁴ Expressão dada a terras que são arrendadas para o trabalho de plantio e colheita realizado por outra pessoa que não seja o proprietário.

que, em 1953, já havia reiniciado a imigração de japoneses para o Brasil, após anos de isolamento durante a Segunda Guerra Mundial. Esse reinício da imigração representou novos tempos, sem perseguição e humilhação, além de reencontro com patrícios. Rachi (2003, p.88) aponta que “[...] desde a chegada ao Porto de Santos no ano de 1953, até o desembarque em Dourados, os novos imigrantes foram saudados com alegria.”

Kochi (2017, p. 38) destaca que “ No Brasil, logo depois que Getúlio Vargas se elegeu como Presidente da República do Brasil nas eleições de janeiro de 1951, houve uma negociação excepcional, de caráter privado, de entrada de imigrantes japoneses na região de Dourados.”

Deste modo, o senhor Yasutaro Matsubara, de Marília-SP, por manter relações políticas próximas ao presidente, solicitou autorizações para que a imigração japonesa se consolidasse no Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, assim é possível apontar que,

[...] Vargas autorizou a entrada de 4 mil famílias a Yasutaro Matsubara, alegando que ainda vigoravam as cotas estabelecidas antes da guerra em relação à imigração nipônica. Tratava-se de uma decisão de caráter excepcional do Presidente. Como condição para a autorização, Vargas determinava a participação e colaboração no esforço de desenvolvimento do interior do país empenhado pelo governo. Para isso, os imigrantes deviam ingressar nas colônias federais ou estaduais adrede preparadas para essa finalidade (UMA EPOPÉIA, 1992, p. 382 apud KOCHI, 2017, p.38).

Neste prisma a autora Ebenritter (2018, p.50) esclarece que,

[...] Embora esses japoneses tenham vindo para as terras do sul de Mato Grosso, em área de abrangência da CAND e tenham contribuído para o desenvolvimento econômico da localidade com atividades agrícolas como o plantio de cereais e café, a presença dos imigrantes japoneses com os brasileiros não foi amena.”

Iwamoto (2016, p. 18) aponta que “ [...] nessa perspectiva, as diferenças geográficas e culturais entre o grupo e a sociedade receptora corroboraram para as divergências. O estranhamento quanto ao clima, à língua, à alimentação e às condições do trabalho provocaram grandes desilusões.” O que se percebe nos diálogos das autoras Kochi (2017), Eberintter (2018) e Iwamoto (2016), que a chegada das imigrações japonesas ao Brasil e, especificamente ao sul de Mato Grosso foram permeadas de desafios transculturais.

Destacamos ainda que, a presença dos imigrantes japoneses na CAND foi marcada por notícias de conflitos entre brasileiros e japoneses, como aponta o jornal “O Progresso” em sua edição de 14 de junho do ano de 1953, que publicou uma matéria sobre os

possíveis motivos dessas desavenças. A Figura 1 aponta esta notícia intitulada “O deslocamento de colonos nacionais para a entrada de japoneses.”

Figura 1- Imagem do Jornal O Progresso, do ano de 1953.

O deslocamento de colonos nacionais para a entrada de japoneses

Circularam nesta cidade insistentes notícias de que o Administrador da Colonia Federal havia dado ordens para que fosse desocupada uma grande area daquela Colonia, já totalmente tomada por numerosas familias de colonos brasileiros, para que ali se instalassem colonos japoneses.

Noticia que parecia mais um verdadeiro absurdo foi ela, entretanto confirmada logo após com a repulsa surgida da parte dos colonos a essa pretensão, tendo o Directorio do Partido Social Democrático nomeado uma comissão para estudar o assunto e procurar defender os interesses dos colonos.

Dr. Humberto Neves

Em o próximo dia 18. transcorre o aniversário do dr. Humberto Neves, digno Juiz de Direito desta Comarca. Personalidade marcante pela lhaezza de trato e simpatia pessoal, aliadas ao mérito da cultura e do carater impar, S.Ex. receberá pois, em a data

Essa comissão adotou varias providencias nesse sentido, mas felizmente, estamos informados de que o Administrador ponderando o assunto devidamente, resolveu não dar cumprimento áquela determinação, com o que se tornou credor do apreço dos colonos

de seu natalicio as homenagens dos seus amigos e admiradores.

Não podia a imprensa Douradense, representar da por este semanario, furtar-se a uma demonstração pública ao illustre aniversariante, homenagem a que faz jus pelos seus idotes pessoais e pela magnifica e brilhante atuação frente as atividades judiciárias desta Comarca.

Welmar Torres
ADVOGADO
Dourados — (M.T.)

GUIA PARA AQUISIÇÃO DE ESTAMPILHAS
A venda nesta Redação

Fonte: O Progresso (1953), acervo (CDR).

Importa considerar que, em terras brasileiras, a mobilidade esteve intimamente ligada ao processo de fixação e de integração dos imigrantes japoneses no Brasil (SAKURAI, 2000). No início da imigração japonesa para o Brasil, o interesse desses imigrantes era vir para terras brasileiras, ganhar dinheiro e voltar para o Japão. No entanto, esse processo de estrangeiros no Brasil e em outros países da América Latina ocorreu, sobretudo, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Para Sakurai (2000), a justificativa para essa mudança de *status* de modo mais abrangente encontrava-se naquilo que os japoneses almejavam ao sair do Japão, ou seja, a aquisição de terras. Assim, os imigrantes japoneses, principalmente, a partir da década de 1950, descontentes com o trabalho nas fazendas, estavam dispostos a adquirir os lotes que lhes permitiriam cultivar por conta própria.

Em outro estudo, Sakurai (1998) ressalta, com base em dados do Censo de 1958, que essa mobilidade dos imigrantes japoneses em terras brasileiras era uma característica própria dos imigrantes dessa origem no Brasil, uma vez que a busca por terras para

aquisição, mesmo que em zonas pioneiras, caracterizou a etapa posterior ao cumprimento dos contratos nas fazendas de café pelos imigrantes japoneses. No estado de São Paulo, por exemplo, as regiões Noroeste, Alta Paulista e Sorocabana foram ocupadas por famílias japonesas em busca de terras próprias para cultivo.

Certamente, essas circunstâncias podem explicar a vinda de imigrantes japoneses que já estavam estabelecidos em outras regiões brasileiras, trabalhando, sobretudo, na lavoura e vieram para a CAND para adquirir terras e iniciar suas atividades agrícolas, como foi o caso da família Kushida.

A família Kushida foi uma dentre as tantas famílias de imigrantes japoneses que chegaram à CAND, na década de 1950. Essa família migrou do interior de São Paulo, mais precisamente, do município de Promissão, em 1955, para a região do distrito do Guassú, juntamente com as primeiras levas desses imigrantes que vieram se fixar nessas terras com o objetivo de trabalhar com atividades agrícolas, mais especificamente com o plantio do café.

O trabalho na lavoura cafeeira já fez parte do destino dos primeiros imigrantes japoneses que chegaram ao Brasil, no caso do interior de São Paulo. A esse respeito Sakurai (2000) aponta que os imigrantes Japoneses vieram para o Brasil encaminhados pelas companhias de emigração do Japão. Todas as famílias eram de lavradores, que tinham suas passagens bancadas pelo governo paulista, pois vinham trabalhar direto nas fazendas cafeeiras, onde trabalhariam como colonos. Assim, podemos perceber que famílias de imigrantes japoneses, como a dos Kushida, já tinham experiência no trabalho com a lavoura cafeeira quando vieram para o território da CAND.

Embora esta família de descendência japonesa já tivesse experiência no trabalho com a lavoura cafeeira, adquirida nas atividades agrícolas desempenhadas no município de Promissão, o trabalho com o plantio do café precisou ser repensado devido às fortes geadas que tinham na época na região do Guassú, onde a família se estabeleceu. Observamos, assim, que a localidade não comportou a produção do café com que muitos imigrantes japoneses estavam habituados a lidar no interior de São Paulo.

Com a experiência não bem-sucedida no trabalho com a lavoura do café vivenciada pela família Kushida, na região do Guassú, o interesse do grupo familiar voltou-se para o estabelecimento em outras localidades da CAND. Afinal, conforme já registrado anteriormente, por meio dos dizeres de Sakurai (2000), a mobilidade era uma característica marcante na imigração japonesa em terras brasileiras, sobretudo, a partir da década de 1950. Foi assim que, anos mais tarde, a família Kushida deixou o distrito do

Guassú e adquiriu uma propriedade rural também nas áreas de abrangência da CAND, mais precisamente situada no distrito de Indápolis, na Linha do Barreirão.¹⁵ Diante disso, para uma melhor compreensão das questões da imigração japonesa para essa localidade, Demartini (2003, p. 216) destaca que é

[...] preciso considerar que, em algumas sociedades, a imigração é constituinte de sua história, é marca que se torna mais evidente quando os processos migratórios estão em curso, mas que permanece nessa sociedade de recepção; os processos migratórios, se são datados, enquanto entradas de imigrantes, são constituídos por levas de pessoas que carregam consigo as vivências e a cultura da sociedade de origem, as relações com povos distantes, a convivência com um outro Estado, que não o da sociedade de recepção.

Com a vinda para o distrito de Indápolis, a família Kushida se estabeleceu trabalhando como lavradores em sua própria propriedade rural. Nessa família, o senhor Yasuhiko Kushida era o filho mais velho, nascido em cinco de junho de 1943 em terras brasileiras, na cidade de Promissão, interior do estado de São Paulo. O pai Yasuhiko Kushida nasceu no Japão e veio para o interior de São Paulo para trabalhar na lavoura de café, nas primeiras levas da imigração japonesa para o Brasil. No ano de 1955, Yasuhiko Kushida, o filho mais velho da família Kushida, chegou à região da CAND aos 11 anos de idade juntamente com a família para se dedicarem à agricultura.

No ano de 1967, casou-se com Toshiko Kida, também descendente de imigrantes japoneses que vieram para a região da CAND, em busca de terras na década de 1950. Após o casamento, Yasuhiko Kushida instalou-se com a esposa Toshiko Kida Kushida nas terras adquiridas pela família do esposo no distrito do Guassú, trabalhando como lavrador, e a senhora Toshiko Kida Kushida como lides do lar, cuidando dos afazeres domésticos e dos três filhos que tiveram.

Somente a partir do ano de 1971, já com o nascimento dos três filhos, que o casal adquiriu as terras na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis, local este onde foi construída a escola em 1973 mediante a doação do terreno feita pela família do senhor Kushida. Em suas análises, Iwamoto (2016) pontua a ênfase da cultura japonesa em preservar as suas origens, bem como transferir para os filhos e seus descendentes as questões do idioma, culinária, tradições musicais, além de sua disciplina posta com

¹⁵ A Linha do Barreirão está localizada na segunda zona (divisão de território), da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), e faz parte do Distrito de Indápolis, Dourados/MS, local onde a Escola Municipal de primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi criada e instalada em 1973.

relação à educação familiar e escolar. A Fotografia 1 destaca uma imagem atual do casal Kushida.

Fotografia 1- Foto atual do casal Kushida.



Fonte: Acervo iconográfico da pesquisadora (SILVA, 2017).

Com vistas aos dizeres de Bosi (1994, p. 55), “[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagem e ideia de hoje, a experiência do passado, memória não é um sonho é trabalho.” Esta fotografia do casal Kushida, já idosos, foi tirada em um dos momentos realizados durante a pesquisa, no caso em uma entrevista realizada na casa do casal na cidade de Dourados, em que ambos por meio de suas memórias procuraram com suas ideias e imagens de hoje, reconstruir o período em que fizeram a doação do terreno na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis, para a construção da escola na localidade. Mesmo assim, ficamos atentos ao caráter seletivo da memória, pois como registra Alberti (2005, p. 67), “[...] a memória é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é identidade”. Afinal, o caráter seletivo da memória faz lembrar acontecimentos que por alguma razão foram significativos aos entrevistados.

O casal ainda mantém a propriedade rural na Linha do Barreirão, mas residem na cidade de Dourados, onde tive o acesso e a oportunidade de conhecê-los e entrevistá-los. Dos três filhos do casal, somente o mais velho mora em terras sul-mato-grossenses, não junto com os pais - como é ainda o costume de muitos descendentes japoneses, o segundo filho reside em Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, e a filha mais nova possui residência em Goiânia, no estado de Goiás.

Nestes parâmetros durante os seus relatos o casal destacou que, em meados de 1972, com o crescimento dos filhos e a proximidade da idade escolar, uma das preocupações do senhor Yasuhiko Kushida e da esposa Toshiko Kida Kushida foi com a educação escolar, ou seja, a frequência dos filhos na escola. É oportuno assinalar aqui que devido “[...] à extensão geográfica em que as famílias que chegavam à CAND eram instaladas, um ponto que foi bastante deficitário, foi à educação” (MENEZES, 2012, p. 46). Na sede da colônia, que se localizava no antigo distrito de Serraria e atual distrito de Indápolis, foram construídas algumas escolas, mas, segundo a Menezes (2012), à medida que a colonização foi se interiorizando, ficava mais difícil o acesso à educação.

As crianças, filhas dos colonos da Linha do Barreirão, como era o caso dos filhos da família Kushida, sofriam com a falta de oportunidade de frequentar a escola, devido a essa localidade não ter escolas e, ainda, ser de difícil acesso aos estabelecimentos escolares situados na sede da Colônia, localizada no distrito de Indápolis.

A construção de uma escola na linha do Barreirão era solicitada desde o início da CAND, ainda na década de 1940, como evidencia a realização de um abaixo assinado pelos colonos da Linha do Barreirão, representado pelo senhor Nivaldo Soares de Almeida, o qual declarou em uma carta manuscrita endereçada à administração em 03/08/1943 que “[...] nós os colonos da linha do Barreirão, vimos por meio desta, pedir um auxílio para a construção de uma escola, visto que dentre os colonos há uma pessoa capaz de lecionar às crianças existentes neste local, e cuja pessoa é esposa de um dos colonos” (MENEZES, 2012, p. 46).

A tão almejada escola para a Linha do Barreirão, reivindicada desde a década de 1940, somente foi criada e instalada no início da década de 1970, por meio da doação de um terreno pertencente ao senhor Yasuhiko Kushida para a criação de uma escola na localidade. É oportuno apontar que, no período em que o senhor Yasuhiko Kushida doou o terreno para a construção da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, a Lei nº. 5.692/71 acabava de ser implantada no ensino brasileiro. Essa Lei abria brechas em seu Artigo 32 para “[...] a responsabilidade dos proprietários rurais, os quais deveriam

manter escolas primárias para as crianças residentes em suas terras ou então facilitar a frequência das mesmas nas escolas próximas.” Assim, nesse período, até mesmo a Lei, que estava vigente no ensino brasileiro, incentivava a participação dos proprietários rurais para abrirem e manterem escolas primárias em suas terras.

Isso nos permite inferir que as prescrições da Lei nº. 5.692/71 talvez tenham influenciado, nesse período os moradores do distrito de Indápolis a buscarem doações de um terreno juntamente com os proprietários rurais da localidade, pois como o senhor Yasuhiko Kushida relatou em sua entrevista na “[...] época que doou o terreno, outros proprietários rurais também foram procurados para a doação de um terreno de parte de suas propriedades para a construção da escola, mas, segundo ele, ninguém quis fazer a oferta” (KUSHIDA, Entrevista, 2017).

Certamente o fato de apenas a família Kushida se dispor a doar o terreno para a criação e a construção da Escola de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro se explique pela questão dos imigrantes japoneses e seus descendentes valorizarem muito a educação escolar. A esse respeito, Demartini (2003, p. 25) esclarece que nas

[...] colônias japonesas, essa preocupação pode ser constatada através da organização de associações que tinham como objetivo, em primeiro lugar, suprir a educação dos filhos e promover a cooperação entre os membros e a comunicação entre os núcleos coloniais existentes. Antes mesmo de sedes de associações para seus encontros comunitários e sociais, os japoneses procuravam construir a escola pois todos desejavam uma melhor escolaridade para os filhos.

Para os imigrantes japoneses, a escolarização dos filhos era muito importante, pois além de ajudar a manter alguns costumes trazidos do Japão pelos antepassados que chegavam a terras brasileiras, a entrada nas escolas ajudava a aprender a língua portuguesa que fazia parte da inserção e da adaptação ao novo local escolhido para viver (DEMARTINI, 1997). Ademais, nas famílias japonesas, como aponta White (1988), as crianças eram muito valorizadas por representarem a continuidade da família e a segurança dos pais na velhice, pois elas “[...] também proporcionavam força de trabalho à família, e aos doze anos de idade eram capazes de participar integralmente das tarefas agrícolas e domésticas” (WHITE, 1988, p. 30).

Iwamoto (2016), Kochi (2017) Eberintter (2018), em suas dissertações defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) da UFGD, ao desenvolverem pesquisas em torno de objetos de estudos ligados à cultura e à educação

japonesa destacaram o interesse das famílias japonesas na educação e escolarização dos filhos.

Tendo em vista que na cultura japonesa o sucesso escolar é considerado uma das virtudes (WHITE, 1988, p. 30), podemos apontar que o senhor Yasuhiko Kushida não mediu esforços para a inserção de seus filhos na escola. Para isso, fez a doação de um terreno pertencente às suas terras na Linha do Barreirão, a fim de que ali se construísse uma escola, o que se revela na Figura 2, a qual apresenta a Certidão de Registro de Imóveis.

Figura 2- Certidão de doação do terreno pela família Kushida para a construção da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.

R. N. 1º G. - ANTONIO JOÃO RIBEIRO
 Processo N.º 0116214
 05/01/1984
 Valida

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 COMARCA DE DOURADOS
TABELIONATO AGUIAR
 Dr. Alexo Soares de Aguiar
 1.º TABELIÃO
 Castro Jansen de Souza
 SUBSTITUTO

Rua João Rios Goes, 605 - Fone: 421.5377 e 421.5358 - Ca. Postal, 154 - DOURADOS - Mato Grosso do Sul

CERTIFICADO
 a pedido verbal de parte interessada, que revendo neste Cartório, os Livros de Registro Geral de Imóveis desta Comarca, naes constatou às fls 238 do Livro-3-BL, a seguinte transcrição em seu inteiro teor, a seguir descritos ANO-1.972.-NÚMERO DE ORDEM E TRANSCRIÇÃO ANTERIOR-47.035 (quarenta e sete mil e trinta e cinco), transc. antª nº-42.853 deste Registro.- DATA-Dezembro 1.-CIRCUNSCRIÇÃO-Dourados.-DENOMINAÇÃO OU RUA E NÚMERO DO IMÓVEL-Parte do lote 38 da quadra 30 do R.C.D. deste Município e Distrito de Indapólis.-CARACTERÍSTICAS E CONFRONTAÇÕES: - Uma parte do lote trinta e oito (38) da quadra de numero trinta (-30) do Nucleo Colonial de Dourados, Distrito de Indapólis, neste Município, medindo 50x50 metros ou seja 2.500m² (dois mil e quinhentos metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: Ao Norte, 50,00 metros com terras de Alvirno Pereira da Cruz, Ao Sul, com terras do outorgante, Ao Oeste, com terras do outorgante, Ao Oeste com Rodovia Dourados, Fátima do Sul, Imóvel cadastrado no INCRA sob nº-420400650201 area total 29,4 módulos 33- nº de módulos 89 - Fração Mínima parcelamento 29,4 Itr pago referente ao ex. ciclo de-1.972. Ru Livete Viana da Silva, Recreante Juramentada, escrevi e - Ru Alexo Soares Aguiar, Oficial do Registro, fls escrever, subescrevi e assino.-Dourados, 19 de dezembro de 1.972.- (A) Alexo Soares Aguiar.- NOME DOMICILIO PROFISSÃO ESTADO E RESIDENCIA DO ADQUIRENTE-**YASUHIKO KUSHIDA** lavrador, e sua mulher **YOSHIO KIDA KUSHIDA**, do lar, residentes neste Município, brasileiros. - CIC nº-007.194.051.-TITULO DE TRANSMISSÃO-Doação.-FORMA DO TITULO - DATA E SERVENTARIOS-Registura de Doação lavrada às fls 53 do Livro-95 das notas deste Cartório, em 27 de outubro de 1.972.-VALOR DO CONTRATO-CR\$-1.000,00 (uma mil cruzeiros).-CONDIÇÕES DO CONTRATO- não há.-AVERBAÇÕES-nada consta.-CERTIFICADO MAIS, que sobre a referido imóvel não pêsas ônus de quaisquer espécie e natureza algums, bem como não há nenhuma inscrição de G.R.P.N. e Protestos contra a

BOMES FERRERIA DE SOUZA, Oficial Substituto do Registro...
 VEIGA
 TABELIÃO
 4. Urban Rios 20 - Tel. 0-5. Fone

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
 Dourados, 22 NOV 1983

Fonte: Acervo SEMED (1983), digitalizado pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Embora a família Kushida tenha doado o terreno para a construção de uma escola na linha do Barreirão no início da década de 1970, a Certidão de Registro de Imóveis, conforme pode se notar pela Figura 2, somente foi oficializada na década de 1980, mais precisamente no dia 13 de setembro de 1983, juntamente ao Primeiro Cartório de Ofício de Dourados, que registra a doação feita pelo senhor Yasuhiko Kushida - lavrador e a sua mulher a senhora Toshiko Kida Kushida – do lar, de parte do lote 38, quadra 30, do Núcleo Colonial de Dourados, no distrito de Indápolis, município de Dourados.

Apesar da doação ter sido oficialmente registrada em Cartório, apenas nos anos de 1980, a escola foi construída na Linha do Barreirão, ainda na década de 1970 e criada pelo Decreto nº. 220, de 10 de agosto de 1974, conforme será tratado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO E SEUS SUJEITOS

A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação.

*Fragmento extraído do Livro de Memórias
Longa caminhada até a liberdade
Nelson Mandela (2012)*

Este capítulo, inicialmente, analisa o processo de criação da escola na Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis. Para tanto, focalizava a construção do prédio escolar e sua organização interna. Em um segundo momento, discute o perfil dos sujeitos que fizeram parte desta instituição, no caso, alunos e professores.

2.1 A Linha do Barreirão, a família Kushida e a escola

Em Indápolis, antes da construção da escola na Linha do Barreirão, o distrito já mantinha dois estabelecimentos de ensino em funcionamento, a saber, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Bosco e a Escola Estadual São José, ambas localizadas a aproximadamente 5 km do Barreirão. A Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Bosco, chamada de Colégio de Iniciação Agrícola Dom Bosco, foi criada no ano de 1956, pelo padre salesiano André Cappeli. Essa foi a data em que os primeiros salesianos chegaram à região da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Sobre esse assunto, Santini (2012, p. 51) aponta que a

[...] escola de Iniciação Agrícola “Dom Bosco” de Dourados teve início aos 16 de maio de 1956. Foi aberta com a finalidade de servir como escola para os filhos dos colonos do Núcleo Colonial de Dourados. A orientação com a qual foi aberta era técnico agrícola. Até o ano de 1960 ficou só um padre encarregado com uma casa de madeira e 30 há. de terra. Em 1960 foi construído um galpão de madeira, foi comprada mais terra e com a vinda de mais dois salesianos foi possível começar um pequeno internato para 30 meninos do curso primário. No ano de 1968 foi construído um pavilhão com 5 salas de aula e em 1969 um pavilhão para dormitórios e o prédio do moinho. Em 1970 foi construído o salão do teatro e teve início o funcionamento do Ginásio Estadual. (CAPPELI, André. RELATÓRIO DA ESCOLA DE INICIAÇÃO AGRÍCOLA DOM BOSCO, Indápolis – Dourados/MT, 1978, p. 1).

O Colégio Agrícola Dom Bosco foi construído com o objetivo de formar os jovens para o trabalho no campo, de modo a impulsionar e a melhorar a produção dos colonos residentes na Colônia Agrícola, dentro dos moldes da Igreja Católica. Porém, em menos de dez anos de funcionamento, o Colégio criado pelos Salesianos passou para as mãos do Estado, que, por conseguinte, alterou seu funcionamento e, principalmente, seus objetivos iniciais. “Apesar disso, percebemos que seu público permaneceu o mesmo, ou seja, filhos de colonos e produtores rurais” (SANTINI, 2012, p. 51).

Contudo, o Colégio Agrícola Dom Bosco, ao ser estadualizado e passar a ofertar o ensino ginasial, em 1967, teve o seu nome modificado para Ginásio Agrícola Dom Bosco. Já em 1974, com a implantação da Lei nº. 5.692/71, o referido Ginásio foi elevado à Escola de 1º grau por meio do Decreto nº. 2177, de 26 de agosto de 1974, e autorizada a funcionar pela DISTE mediante a autorização nº. 86/76, de 20 de fevereiro de 1976. “E, somente, em 1977, essa instituição de ensino foi elevada à Escola de 2º grau por meio do Decreto nº. 952, de 30 de maio de 1977, com a implantação da 1ª série do Curso de Técnico de Contabilidade” (BORGES, 2012, p. 132).

Enquanto a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Bosco teve em suas origens a sua criação realizada pelos Salesianos, mais precisamente pelo Padre André Cappeli, a Escola Estadual São José, a outra instituição de ensino existente no distrito de Indápolis, inicialmente, denominada como Escola Rural Mista de Serraria, foi fundada pelas Irmãs da Igreja Católica, no ano de 1955, quando essas religiosas chegaram a essa região (na época denominada Serraria) para trabalhar no hospital Nossa Senhora de Fátima. Essas religiosas perceberam a necessidade de desenvolver um trabalho educacional com as crianças da região, já que até então não existia nenhuma entidade que realizasse o processo de escolarização delas. No entanto, foi somente em 1970 que a “Escola Rural Mista de Serraria foi assumida pelo estado de Mato Grosso e elevada a grupo escolar, passando a ser chamado de Grupo Escolar São José” (PROVÁSIO; FERRO, 2012, p. 6.)

Foi nesse contexto, marcado pela presença dessas duas escolas estaduais no distrito de Indápolis, que a escola na Linha do Barreirão, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi construída e posta em funcionamento para atender às crianças da localidade, com o ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau. A construção dessa escola iniciou-se, em 1973, na área do terreno doado pelo senhor Yasuhiko Kushida e sua esposa Toshiko Kida Kushida, conforme já tratado no capítulo anterior deste trabalho. O local de construção da escola ficava distante 5 km da sede do distrito e 22 km da sede do município de Dourados. A Figura 3, mesmo sendo atual, permite visualizar o local onde foi construída a escola, conforme se pode observar pela seta em vermelho indicando o local exato onde a escola mesmo fechada permanece até o presente momento.

Figura 3 – Localização da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em 2018.



Fonte: Prefeitura Municipal de Dourados/MS (imagem atual/ 2018).

O prédio, que deu origem à instituição, mesmo desativado atualmente, é possível ser visto por quem passa na Linha do Barreirão. A escola está situada na Rodovia 376, km 9, no distrito de Indápolis. Essa rodovia liga o município de Dourados ao município de Fátima do Sul.

É certo que a construção de escolas nessas áreas do Núcleo Colonial de Dourados somente era realizada pela Prefeitura quando houvesse a doação de um terreno para tal instalação e tivesse um número elevado de alunos na vizinhança do terreno, onde funcionaria o estabelecimento escolar. Caso não houvesse um número determinado de alunos para matrícula e, mesmo assim, houvesse requisição da população local, “[...] a escola passava a funcionar em prédio cedido até atingir o número estabelecido de alunos para a construção de um novo prédio” (SILVA, 2014, p. 137).

Diante disso, podemos apontar que a construção da escola da Linha do Barreirão, de um lado, foi motivada pela doação do terreno da família Kushida e, de outro, pelo número de crianças com baixo poder socioeconômico. Essas crianças precisavam frequentar uma instituição de ensino de 1^a a 4^a séries do 1^o grau e tinham dificuldades de

se locomoverem até as duas escolas existentes na sede do distrito de Indápolis, no caso o Grupo Escolar São José e a Escola Dom Bosco, mencionadas no início deste capítulo.

A propósito dessa construção escolar, convém explicar que essa instituição foi construída por meio do convênio entre o Ministério de Educação e Cultura (MEC) e o Comando da 8ª Região Militar (RM), no ato representado pelo Ministro da Educação Jarbas Gonçalves Passarinho e o Comandante da 8ª RM General de Divisão Militar Tasso Villar de Aquino, conforme se pode notar na Fotografia 2.

Fotografia 2 – Placa de Fundação da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro, em 1973.



Fonte: Acervo iconográfico da pesquisadora (SILVA, 2018).

A imagem da placa exposta em uma das paredes da escola do Barreirão possibilita, juntamente com a entrevista realizada com o senhor Yasuhiko Kushida, confirmar a presença dos militares na construção dessa escola. Sobre o assunto, o senhor Kushida relembrou em entrevista que “[...] foi o Exército de Campo Grande que veio para construir a escola no terreno que doei a Prefeitura de Dourados” (KUSHIDA, Entrevista, 2017). Tal circunstância nos remete aos dizeres de Chartier (2002), uma vez que, a questão da

construção dessa escola por militares permite-nos identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída e determinada pelos interesses de um grupo que as forjam. Afinal, podemos perceber que foi bem isso, que ocorreu na construção dessa instituição no distrito de Indápolis e a cidade de Dourados fazia parte da região de fronteiras com o Paraguai e, foi nesse espaço geográfico que o 1º Tenente Antonio João Ribeiro lutou na guerra contra os paraguaios.

Certamente, isso nos permite inferir que a participação dos militares na construção dessa escola esteve relacionada ao fato de no início da década de 1970, no Brasil, estarmos vivendo um período da nossa história marcada pelo regime militar.

Mesmo com essa inferência sobre a construção dessa escola, não se pode esquecer que a presença de militares na construção de prédios escolares não era algo tão incomum em Mato Grosso, até mesmo em períodos anteriores à instalação do regime militar no Brasil. A esse respeito Marcílio (1963) explica que na criação, em 1952, da Escola “Duque de Caxias”, na cidade de Cáceres, no estado de Mato Grosso, os militares do 2º Batalhão de Fronteiras, como o sargento José S. Ribeiro, esteve à frente dos trabalhos de construção do prédio escolar. E, em 1959, com a instalação no bairro Amambai, em Campo Grande, do Grupo Escolar “Guia Lopes”. O prédio desse grupo também foi construído pela 9ª Região Militar, cuja sede era na mesma cidade.

Assim, podemos observar que não foi por acaso que ocorreu a participação dos militares na construção da escola na Linha do Barreirão. Contudo, consideramos necessário discutir o período histórico em que o país vivia na década de 1970, para que possamos compreender melhor o período de criação dessa escola no distrito de Indápolis.

De acordo com Germano (2005, p. 160), nessa década, o clima vivido pelo país se caracterizava, ao mesmo tempo, “[...] por uma combinação de medo da repressão do Estado e de euforia em decorrência do crescimento econômico”. Em outro contexto, Germano (2005, p. 315) aponta que, em primeiro lugar, “[...] os militares pretendiam colocar o Brasil em ordem, reformar instituições conforme a sua visão estratégica de progresso, simbolizada pela ideia de Brasil/potência e também para conter insatisfações sociais e políticas contra o regime”. Afinal, para Germano (2005) o golpe de Estado de 1964 foi deflagrado em nome da ordem, do combate à desordem, à subversão comunista e à corrupção.

No que se refere à educação, que mais de perto interessa à abordagem desta Dissertação sobre o período, de acordo com o discurso nacional era preciso adequar a escola para esses fins – sendo necessário instrumentalizar, preparar desde a infância os

cidadãos para que se tornassem futuros trabalhadores habilitados a receber um país em acelerado crescimento econômico/industrial que dependeria de muita “mão-de-obra”.

É certo que, após a intervenção militar de 1964, a atuação do governo junto à educação se refletiu de forma intervencionista, estabelecendo reformas nos diversos setores da educação nacional e promulgando uma reforma de Lei que dava novos rumos para o ensino no país, a Lei nº. 5.692/71. Desse modo, observa-se que, a promulgação dessa reforma de Lei, ocorreu entre 1968 e 1971, portanto, durante o auge do período ditatorial, tanto em termos políticos como econômicos, pois, o país vivia, na época, o chamado “milagre brasileiro” (GERMANO, 2005).

No que se refere ao ensino primário, a Lei instaurada proporcionou duas mudanças principais, evidenciadas inicialmente pela extinção do chamado exame admissional para ingresso no ginásio, tornando-o uma sequência natural do ensino primário, e tecnificando o ensino secundário para atender às demandas do processo de desenvolvimento industrial. Esses dois pontos e a criação de um modelo de escola que abrangesse essa sequência como escolas de 1º grau “possibilitaram força a essa Lei para a sua execução junto à política educacional que perdurou até o ano de 1996, dez anos depois do fim do regime político que a instaurara” (SILVA, 2014, p. 32).

Boa parte desses dados acabam por explicar a participação dos militares na construção da escola na Linha do Barreirão, no ano de 1973, afinal, o Brasil vivenciava, nesse período, conforme abordado, o regime militar. No campo da educação, o governo militar, na época, atuava de forma intervencionista, procurando inclusive adequar as instituições aos fins desse regime político, o que deixa evidente o interesse dos militares do Exército de Campo Grande em participar de forma efetiva na construção dessa escola no distrito de Indápolis.

Após a construção, essa instituição recebeu o nome de Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro. Diante disso, acabou surgindo alguns questionamentos: Por que essa escola recebeu este nome? Quem foi Antonio João Ribeiro? Será que esse nome tinha alguma expressão na história do sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) ou do município de Dourados? Ou será que Antonio João Ribeiro tinha alguma relação com o meio militar, já que o período de criação dessa escola era de regime militar?

Certamente, o que podemos observar é o nome dado a essa escola não foi por acaso. Afinal, segundo consta em documentos que tratam da criação dessa instituição,

esse nome foi dado em homenagem ao 1º Tenente Antonio João Ribeiro¹⁶ (INFORMAÇÕES GERAIS DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO, SEMED, 1984, p. 1). Mas, por que este tenente foi homenageado e não outro militar com o nome dessa escola? Será que isso ocorreu porque, de acordo com os estudos de Ernandes (2009), no início dos anos de 1970, o Tenente Antonio João Ribeiro era defendido por intelectuais moradores¹⁷ do município de Dourados, como o seu maior representante por bravura, heroísmo, nacionalismo, valentia e patriotismo?

Embora ainda persista alguns questionamentos a esse respeito, vale a pena compreender, com base nos estudos de Ernandes (2009), que a homenagem ao 1º Tenente Antonio João Ribeiro tenha relação com a defesa dos intelectuais moradores de Dourados no início da década de 1970, conforme já mencionado na nota 16 desta Dissertação, cabe entender que os intelectuais moradores de Dourados nesta época, eram os membros da imprensa local, da Igreja e dos membros do governo do município, bem como os memorialistas locais. Segundo Ernandes (2009), o 1º Tenente Antonio João Ribeiro recebeu, nesse mesmo período também, uma homenagem no Brasão do município de Dourados.

Esses dados levam a inferir que, de fato, o nome do Tenente nessa escola do distrito de Indápolis não foi uma simples homenagem nem mesmo dado ao acaso. Ao que tudo indica, esse nome foi dado em uma homenagem, primeiro, motivado pelo período histórico que o Brasil vivia sob o regime militar, segundo, pelo fato de os militares terem participado da construção desse estabelecimento escolar e, terceiro, pelo lugar que esse Tenente ocupava na memória do povo de Dourados, no início dos anos de 1970.

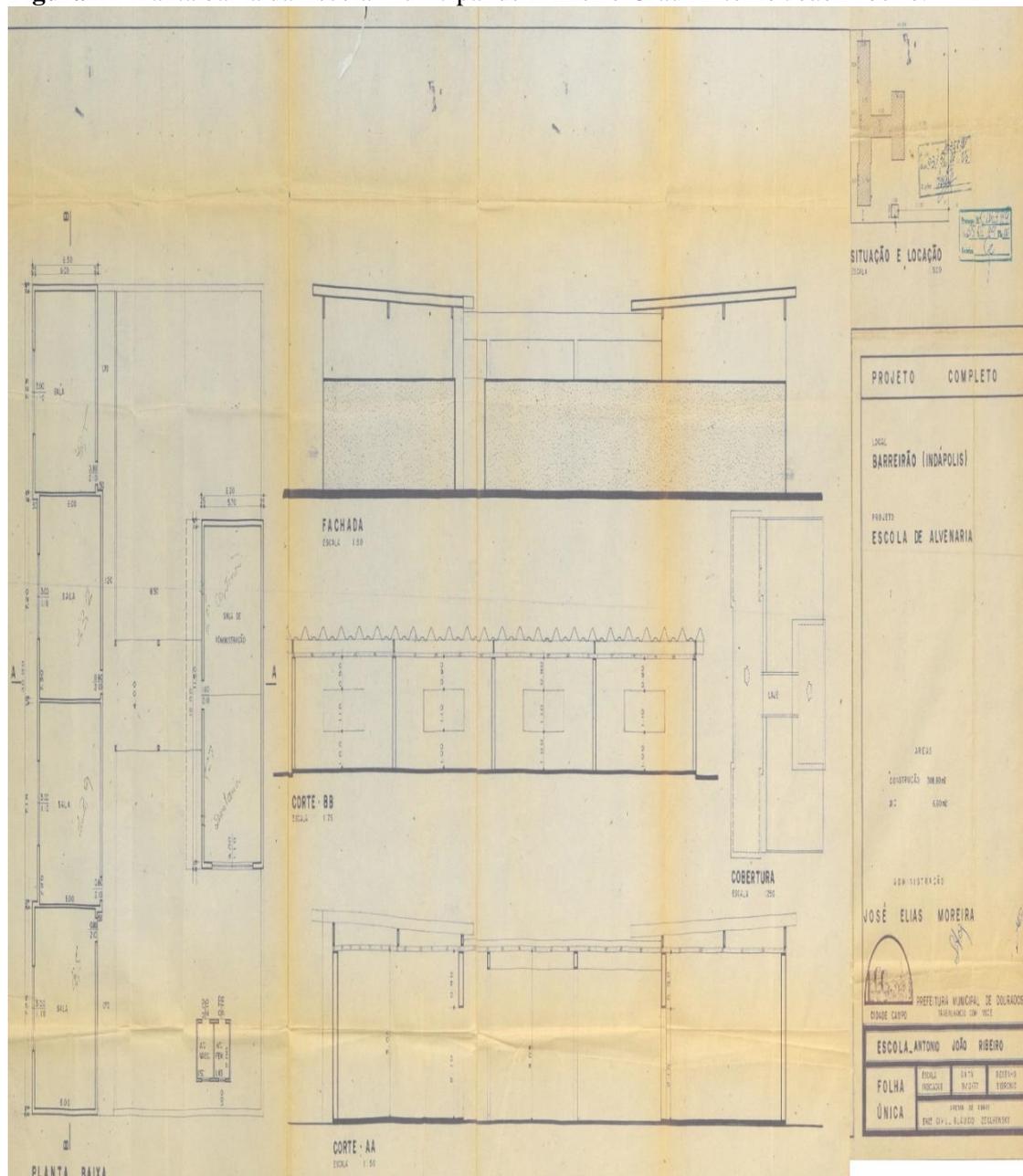
Ainda sobre a construção da escola, é oportuno lembrarmos que no município de Dourados, nesse período, a construção das instituições municipais de ensino não seguia um modelo fixo para sua edificação, uma vez que dependia da localidade, onde seria instalada e dos recursos financeiros disponíveis (GRESSLER; RACHI, 1976). Desse modo, o Exército de Campo Grande construiu na Linha do Barreirão um prédio escolar

¹⁶ O Tenente João Antonio Ribeiro foi um militar de alta patente que lutou na Guerra do Paraguai na região da fronteira e que morreu durante o combate.

¹⁷ Embora tenha sido realizado um trabalho minucioso de leitura em torno da dissertação de Ernandes (2009), não foi possível definir com precisão quem são os intelectuais moradores de Dourados, no início da década de 1970. Mesmo assim, a sua dissertação leva a supor que o autor se refira como intelectuais moradores de Dourados os membros da imprensa local, da Igreja, os memorialistas e os membros do governo do município. Porém Naglis (2014, p. 41), traz este apontamento sobre os intelectuais moradores de Dourados, conforme já citado neste trabalho na (p.24).

em alvenaria com quatro salas (quatro) salas de aula, uma cantina escolar, uma sala para dependências administrativas e os sanitários, conforme se pode notar na Figura 4, representada pela planta baixa da escola.

Figura 4 - Planta baixa da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.



Fonte: SEMED (1983), digitalizado no CDR pela pesquisadora (SILVA, 2018).

A Figura 5, que apresenta a planta baixa, permite-nos entrever como foi construída a escola, sendo já planejada e dividida em 4 salas de aulas para compor as 4 séries iniciais primárias, 2 banheiros um masculino e outro feminino, uma cozinha e a secretaria. O planejamento é bem diferente de outras escolas que também foram construídas no meio

rural do Núcleo Colonial de Dourados, que iniciaram as suas atividades escolares em espaços emprestados, como nas casas dos próprios professores ou em construções de madeiras e bem rudimentares. Sobre a construção do prédio escolar, o senhor Yasuhiko Kushida relatou que “[...] a escola fora construída da forma e modelo que os militares definiram” (KUSHIDA, Entrevista, 2017).

Ao buscar elucidações acerca da construção da escola na Linha do Barreirão, o senhor Kushida relatou que a construção da escola ocorreu de uma forma muito rápida, em poucos meses, cerca de três, pois os funcionários que executaram a obra e o responsável no caso do mestre de obras eram de Dourados, no entanto o engenheiro que fiscalizava tudo como estava sendo feito era um militar do exército de Campo Grande. O senhor Kushida comentou que os militares eram bem rigorosos no que se referia a fazer a construção bem-feita e, também, em tempo hábil para a inauguração. Isso pode ser percebido, porque depois que a escola ficou pronta, a estrutura ficou muito boa e permanece até hoje sem danos como foi projetada na arquitetura inicial (KUSHIDA, Entrevista, 2017).

Isso nos permite compreender até mesmo a razão de essa escola da Linha do Barreirão possuir uma arquitetura que se diferenciava das outras escolas construídas no meio rural do Núcleo Colonial de Dourados. De acordo com Faria Filho e Vidal (2000, p. 31),

[...] a proposta para a construção de escolas rurais baseava-se no ideal de construções simples, sem padrão definido, reguladas por um conjunto de requisitos essenciais, tais como salas de aula, pátio coberto para recreio, banheiros e casa para o professor.

Assim, podemos perceber que desde o início de seu funcionamento, na Linha do Barreirão, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, diferentemente, de outras escolas que fizeram parte até mesmo das áreas rurais do município de Dourados, já iniciou o seu funcionamento em uma construção de alvenaria e em prédio próprio construído com os seus espaços direcionados a funcionar como um estabelecimento escolar. No entendimento de Viñao Frago (1995, p. 95), “[...] a instituição de ensino só merece tal nome quando se instalam e se realizam em um lugar específico [...] um lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para tal fim.”

De fato, no caso da construção dessa escola, a planta baixa dessa instituição permite-nos observar que sua arquitetura já se fazia inovadora neste meio rural, pois a instituição já fora construída em alvenaria, com salas adequadas para o atendimento dos alunos, sala para funcionamento da secretaria, bem como a infraestrutura de banheiros separados por sexo masculino e feminino e, também uma cozinha para a elaboração da merenda escolar. Contudo, pode-se observar que essa escola construída na Linha do Barreirão, aproximava-se da estrutura arquitetônica do grupo escolar pesquisado por Souza (1998), com espaços distribuídos no interior do prédio e divididos de acordo com as hierarquias. Para Magalhães (2004, p. 143), “Entre as principais facetas que permitem descrever, compreender e analisar as instituições educativas, os espaços e a estrutura arquitetônica” constituem-se em elementos importantes para a compreensão da história das instituições escolares. A Fotografia 3 traz a imagem da escola já construída, como podemos verificar.

Fotografia 3- Vista parcial da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.



Fonte: Acervo iconográfico da pesquisadora (SILVA, 2018).

A imagem, que representa uma vista parcial do prédio da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, possibilita-nos visualizar a construção toda feita em alvenaria, à qual é construída em dois blocos, conforme também notamos na figura da planta baixa referenciada anteriormente. Nessa imagem, é possível verificar que os dois blocos foram construídos com o intuito de separar os espaços destinados às salas de aulas e os outros espaços designados, a sala da secretaria, a cozinha e os banheiros.

No que diz respeito às salas de aulas, a imagem permite-nos observar que a construção em alvenaria conta com vidraças grandes, permitindo que as salas fossem bem arejadas e ventiladas. Com relação à cozinha, podemos notar que, diferentemente do uso de vidraças, foi utilizada uma ampla janela de madeira, para que pudesse atender melhor aos alunos na hora de servir a merenda escolar. Ao lado da cozinha, ficavam os banheiros masculino e feminino e a sala da secretaria, onde funcionava também a direção escolar, com vidraças menores do que as que foram postas nas salas de aula. Percebemos pela imagem que a escola tinha uma boa estrutura, pois toda a sua área construída, e os corredores que uniam os dois pavimentos eram forrados por telhas de eternites.

A imagem demonstra ainda que embora quase toda a escola possuísse piso e outras partes fossem apenas calçadas com cimento, sem piso, ainda havia partes de terras, onde as crianças, na parte do fundo, poderiam brincar nos horários de recreio. Também havia outra parte, mais à frente, a qual era usada como jardim pelas professoras, diretora e secretária da escola, pois plantavam algumas flores. Importa esclarecermos que na parte dos fundos era mantida uma horta, da qual os alunos cuidavam e produziam alimentos. Desse modo, desde pequenas, as crianças mantinham a aproximação com o cultivo e o manuseio da terra.

A propósito podemos dizer que a construção desta escola foi realizada com uma estrutura capaz de atender aos alunos que ali viessem a frequentar, bem como servia como um local adequado para que os professores pudessem lecionar as suas aulas, iniciando as suas atividades com 4 salas de aulas divididas individualmente por série. Entretanto, foi possível observar que ao longo dos anos devido ao declínio e frequência dos alunos e as dificuldades da Prefeitura Municipal na contratação de professoras a escola passou a funcionar com 2 salas apenas, respectivamente divididas em 1ª e 2ª, 3ª e 4ª séries, as chamadas salas multisseriadas.

Apesar de a Prefeitura Municipal de Dourados não ter ficado a cargo da construção do prédio escolar, ela foi a responsável pelo seu efetivo funcionamento, enviando funcionários, como as professoras, a secretária, a pessoa para a limpeza e a merenda.

Além disso, incumbiu-se de mobiliar o estabelecimento escolar, disponibilizando as carteiras, as mesas dos professores e da secretaria, o quadro negro, entre outros.

A construção da Escola Municipal criada no distrito de Indápolis permitiu que fosse gerado na Linha do Barreirão um facilitador para a infância moradora desta área rural, mas também oportunizou a acessibilidade para que a educação de jovens e adultos pudesse ser instaurada a partir do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) no período noturno. Em entrevista, a professora Irene Clára Esculachio Salmasio Torquette relatou que a,

[...] instalação do Mobral na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, permitiu que muitos jovens e adultos pudessem ter acesso aos estudos no período noturno e isso, foi de grande valia para os moradores do entorno da escola que não tiveram como estudar durante a infância (TORQUETTE, Entrevista, 2018).

Contudo, a instalação do Mobral nessa escola, para a educação de jovens e adultos, não foi algo que ocorreu ao acaso na instituição nesse período histórico, uma vez que o Mobral tinha toda uma relação com as iniciativas do governo no regime militar. Sobre esse assunto, vale a pena esclarecer que, em 1969, a Fundação Mobral¹⁸ foi criada por meio da Lei nº. 5.379, porém só começou a funcionar efetivamente no ano de 1970. O Mobral foi um programa criado pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em dez anos.

Esse Programa propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando a conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida (MENEZES, 2001). Chartier (2002, p.77) complementa que “[...] Embora, por muito tempo, só a posse do livro já significasse uma superioridade cultural, são os usos do livro, legítimos ou selvagens, e a qualidade dos objetos tipográficos, cuidados ou vulgares, que se acham progressivamente investidos em tal função”.

Segundo Germano (2005, p. 163), o Mobral “[...] foi lançado com grande alarde, pois afinal visava a atingir um grande contingente popular, e esta era uma forma de buscar legitimação”. “A educação de jovens e adultos pós 1964 passou a ocupar um sólido lugar

¹⁸ O MOBREAL foi criado para erradicar o analfabetismo no Brasil. No entanto, o Mobral se constituiu em contraponto ao método de Paulo Freire com referência a alfabetização no país na época (FREIRE, 1996).

no processo de mediação entre o Estado e a sociedade brasileira” (FREITAS; BICCAS, 2009). É certo que o regime militar utilizava a educação para atingir seus objetivos e interesses, instruindo a partir da ideia de que “todos” poderiam gozar das “benesses” que o “desenvolvimento” poderia proporcionar, inibindo a construção de qualquer outra forma de organização social diferente daquela difundida pelos militares (OLIVEIRA; SOUZA, 2012).

Pela Lei nº. 6.025/1975, o Ensino Supletivo poderia ser ministrado, como atividade complementar, como uma forma de colaboração cívica do Exército com a Nação e para qualificar mão-de-obra. É possível compreender que a cartilha utilizada pelo Mobral “[...] foi elaborada para atender um determinado perfil de brasileiro: analfabeto e pertencente às camadas populares” (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 25). As autoras acrescentam ainda que, ao analisar o conteúdo da Cartilha do Mobral, “[...] identificou-se que a metodologia utilizada no programa também importou algumas características utilizadas pela cartilha Caminho Suave” (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 29).

Entretanto, o que se constatou, por um lado, foi que os cursos aligeirados do Mobral não possibilitavam aos alunos se alfabetizarem de fato, por outro lado, eram impedidos de se inscreverem novamente nas salas de Alfabetização Funcional, pois cada pessoa podia se matricular apenas uma vez no Mobral. Apesar disso, verificou-se que esse processo contribuiu “[...] para elevar as estatísticas governamentais, contudo, não mudou a realidade de milhares de brasileiros que, mesmo tendo passado pela experiência do Mobral, permaneceram não alfabetizados” (OLIVEIRA; SOUZA, 2012, p. 34).

Diante de tudo isso, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, inaugurada em 1973, iniciou o seu funcionamento atendendo a crianças em idade escolar de 1ª a 4ª séries, no período matutino e vespertino, e no período noturno, atendendo a jovens e adultos da localidade com o Mobral, até o ano de 1985 quando esse programa foi extinto no Brasil (MENEZES, 2001).

Antes de finalizar esta parte, um dado que é relevante de ser explicado sobre a história dessa escola é o fato de ela, nos anos de 1970, ser criada já pertencendo à iniciativa pública municipal, antes mesmo de ter sido estabelecido legalmente a obrigação dos municípios brasileiros assumirem o ensino 1ª a 4ª séries do 1º grau no período pesquisado (atualmente, o primeiro ciclo do Ensino Fundamental I). Isso certamente pode ser explicado pelo fato de as escolas primárias oriundas da administração do Núcleo Colonial do Município de Dourados, já em meados da década de 1960, estarem sob a

jurisdição do controle municipal (SILVA, 2014). Fernandes e Freitas (2003, p. 8) ainda esclarecem que

[...] até 1988 o atendimento realizado pela dependência administrativa municipal de Dourados era quase que exclusivamente limitado aos primeiros anos do ensino fundamental (1ª a 4ª série), com grande número de escolas (muitas vezes apenas salas de aula) em área rural e um número reduzido de escolas em área urbana.

Desse modo, essa escola construída em pleno período militar, no distrito de Indápolis, sempre esteve desde o início do seu funcionamento, na década de 1970, sob a incumbência do poder público municipal.

2.2 Os Alunos

A Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, criada no distrito de Indápolis, iniciou suas atividades escolares para atender a uma clientela formada por crianças de baixo poder socioeconômico, que não tinham condições financeiras de frequentar a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Dom Bosco ou a Escola Estadual São José, ambas localizadas nesse distrito, conforme mencionado no início deste capítulo. Embora o documento de Informações Gerais (INFORMES GERAIS, SEMED, 1984, p.1) apresente dados sobre os alunos da escola, o senhor Yasuhiko Kushida, em entrevista, acrescentou que essa instituição também foi instalada para atender aos três filhos do casal Kushida que estavam em idade escolar e que a família fez questão que a educação primária ocorresse na escola pesquisada (KUSHIDA, Entrevista, 2017).

Assim, a clientela atendida, inicialmente, por essa escola era constituída pelos filhos do senhor Yasuhiko Kushida e, pelos filhos de pequenos proprietários rurais e trabalhadores da lavoura da localidade e de seu entorno. Contudo, o perfil dessa clientela se estendeu ao longo dos anos de funcionamento dessa escola, crianças com baixo poder socioeconômico. Em entrevista, uma ex-aluna e antiga professora da escola, Maria Elena Alves Marques Sotolani revelou que

[...] a maioria dos alunos que frequentavam a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro eram filhos dos proprietários dos

sítios das imediações e dos funcionários que moravam ali e trabalhavam nas lavouras de milho, algodão, café, amendoim (SOTOLANI, Entrevista, 2017).

O depoimento da ex-professora acaba por reforçar também qual era o perfil dos alunos atendidos pela Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, demonstrando que os alunos dessa instituição eram os filhos dos proprietários dos sítios das imediações e os funcionários que ali moravam e trabalhavam na lavoura. É oportuno lembrarmos que na localidade, onde estava situada a referida escola, no distrito de Indápolis, as propriedades rurais agregavam muitos funcionários e seus familiares, pois dependiam dessa mão-de-obra para o trabalho na lavoura do milho, do algodão, do café e do amendoim. “Nessa região, na época, o trabalho ainda era bem artesanal, ou seja, tanto o cultivo como a colheita eram feitos por meio do trabalho braçal dos funcionários” (SOTOLANI, Entrevista, 2017).

No que diz respeito às matrículas, os dados registrados nos Livros de Matrículas do período de 1974 a 1984 revelaram que a escola contou com o maior número de alunos do período de abertura, em 1974, até 1980, ultrapassando mais de 100 alunos matriculados por ano. Contudo, depois de 1980, percebemos que o número de alunos matriculados diminuiu consideravelmente, sobretudo, entre os anos de 1982 e 1984, conforme evidencia a Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 - Quantidade de alunos matriculados por séries entre os anos de 1974 a 1988.

Ano	Série 1 ^a	Série 2 ^a	Série 3 ^a	Série 4 ^a	Total de alunos
1974	131	24	12	15	182
1975	95	51	14	6	166
1976	67	53	28	10	158
1977	82	43	38	21	184
1978	72	32	29	26	159
1979	54	31	20	14	119
1980	58	21	25	19	123
1981	29	21	12	16	78
1982	20	13	11	7	51
1983	26	13	8	9	56

1984	18	18	7	9	52
1985	19	9	11	5	44
1986	15	12	8	9	44
1987	13	6	8	9	36
1988	13	4	7	7	31

Fonte: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Em relação à Tabela 2, importa informarmos que a partir do ano de 1981 até 1988, levando em consideração o número de alunos que estavam matriculados entre as décadas de 1974 e 1980, ocorreu uma redução basicamente de 75% dos alunos na lista de matrículas. Assim, podemos constatar que a escola após uma década de funcionamento, perdeu um número muito significativo de alunos.

Entretanto, é importante salientar que os dados apontam que nos primeiros seis anos de funcionamento da escola, a instituição atendeu a um número bem grande de alunos, o que acabou por favorecer a infância moradora da Linha do Barreirão, a qual, naquela época, quase não tinham acesso a outro local para iniciar os seus estudos primários.

Ainda com vistas a compreender o perfil dos alunos que frequentaram a Escola de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, foi elaborada uma tabela com o quantitativo de alunos matriculados na escola, de acordo com o gênero, conforme podemos analisar na Tabela 3.

Tabela 3- Quantidade de alunos matriculados por série e gênero entre os anos de 1974 a 1988.

Ano	Série 1ª	Série 2ª	Série 3ª	Série 4ª	Total de alunos
1974	Meninos 70 Meninas 61 Total 131	Meninos 11 Meninas 13 Total de 24	Meninos 7 Meninas 6 Total de 13	Meninos 8 Meninas 7 Total 15	183
1975	Meninos 46 Meninas 49 Total 95	Meninos 31 Meninas 20 Total 51	Meninos 6 Meninas 8 Total 14	Meninos 3 Meninas 3 Total 6	166
1976	Meninos 36 Meninas 35 Total 71	Meninos 27 Meninas 26 Total 53	Meninos 12 Meninas 16 Total 28	Meninos 3 Meninas 7 Total 10	158
1977	Meninos 44 Meninas 40 Total 84	Meninos 23 Meninas 20 Total 43	Meninos 15 Meninas 23 Total 38	Meninos 9 Meninas 12 Total 21	184

1978	Meninos 33 Meninas 39 Total 72	Meninos 14 Meninas 18 Total 32	Meninos 20 Meninas 9 Total 29	Meninos 11 Meninas 15 Total 26	159
1979	Meninos 32 Meninas 22 Total 54	Meninos 13 Meninas 18 Total 31	Meninos 12 Meninas 8 Total 20	Meninos 8 Meninas 6 Total 14	119
1980	Meninos 35 Meninas 23 Total 58	Meninos 12 Meninas 9 Total 21	Meninos 5 Meninas 7 Total 12	Meninos 10 Meninas 9 Total 19	123
1981	Meninos 21 Meninas 8 Total 29	Meninos 15 Meninas 6 Total 21	Meninos 5 Meninas 7 Total 12	Meninos 8 Meninas 8 Total 16	78
1982	Meninos 8 Meninas 12 Total 20	Meninos 9 Meninas 4 Total 13	Meninos 8 Meninas 3 Total 11	Meninos 2 Meninas 5 Total 7	51
1983	Meninos 15 Meninas 11 Total 26	Meninos 7 Meninas 6 Total 13	Meninos 4 Meninas 4 Total 9	Meninos 6 Meninas 3 Total 9	56
1984	Meninos 13 Meninas 5 Total 18	Meninos 8 Meninas 10 Total 20	Meninos 2 Meninas 5 Total 7	Meninos 5 Meninas 4 Total 9	52
1985	Meninos 10 Meninas 9 Total 19	Meninos 7 Meninas 2 Total 9	Meninos 5 Meninas 6 Total 11	Meninos 3 Meninas 2 Total 5	44
1986	Meninos 6 Meninas 9 Total 15	Meninos 8 Meninas 4 Total 12	Meninos 6 Meninas 2 Total 8	Meninos 6 Meninas 3 Total 9	44
1987	Meninos 9 Meninas 4 Total 13	Meninos 1 Meninas 5 Total 6	Meninos 6 Meninas 2 Total 8	Meninos 7 Meninas 2 Total 9	36
1988	Meninos 7 Meninas 6 Total 13	Meninos 4 Meninas 0 Total 4	Meninos 1 Meninas 6 Total 7	Meninos 9 Meninas 5 Total 14	31

Fonte: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

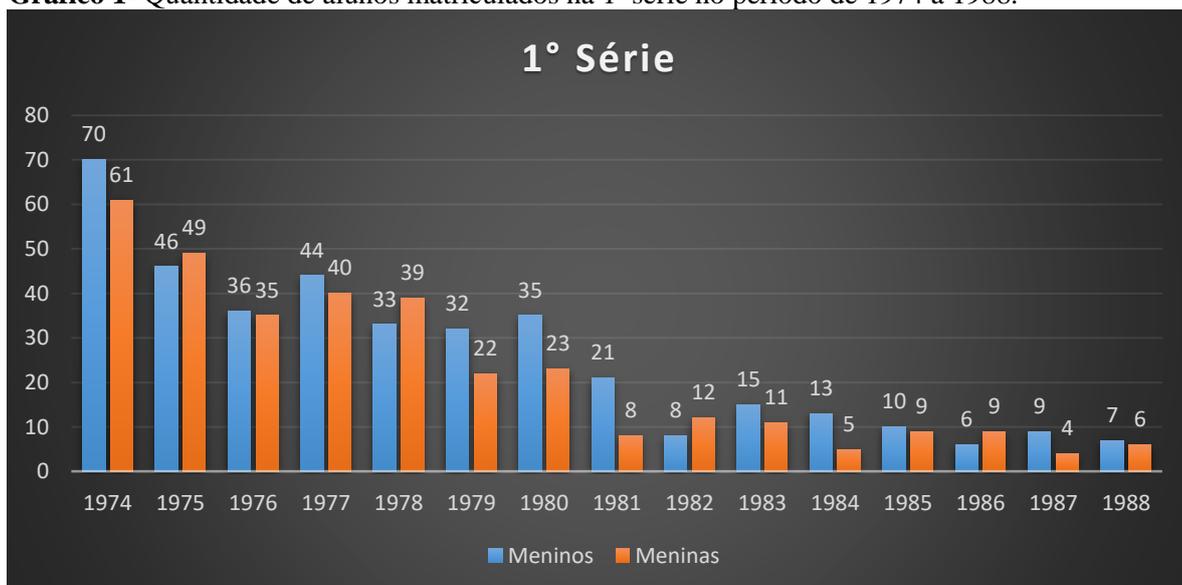
Antes propriamente de analisarmos os dados da tabela, é oportuno esclarecer aqui, conforme apontamento de Louro (2012), que as atividades no interior de uma escola sempre estão relacionadas com as construções de gênero. Sendo assim, torna-se importante compreender o conceito de gênero. Desse modo, recorremos a Scott, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” (nas versões americana, de 1986, e francesa, de 1988), que conceitua que “[...]o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Ao dar continuidade a essa ideia, Scott (1995) acrescentou que, como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas que,

(...) o gênero implica quatro elementos interrelacionados: em primeiro lugar, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (e, com frequência, contraditórias) (...), em segundo lugar, conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas (...), esse tipo de análise deve incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social - este é o terceiro aspecto das relações de gênero (...), o quarto aspecto do gênero é a identidade subjetiva . (SCOTT, 1995, p.86-7).

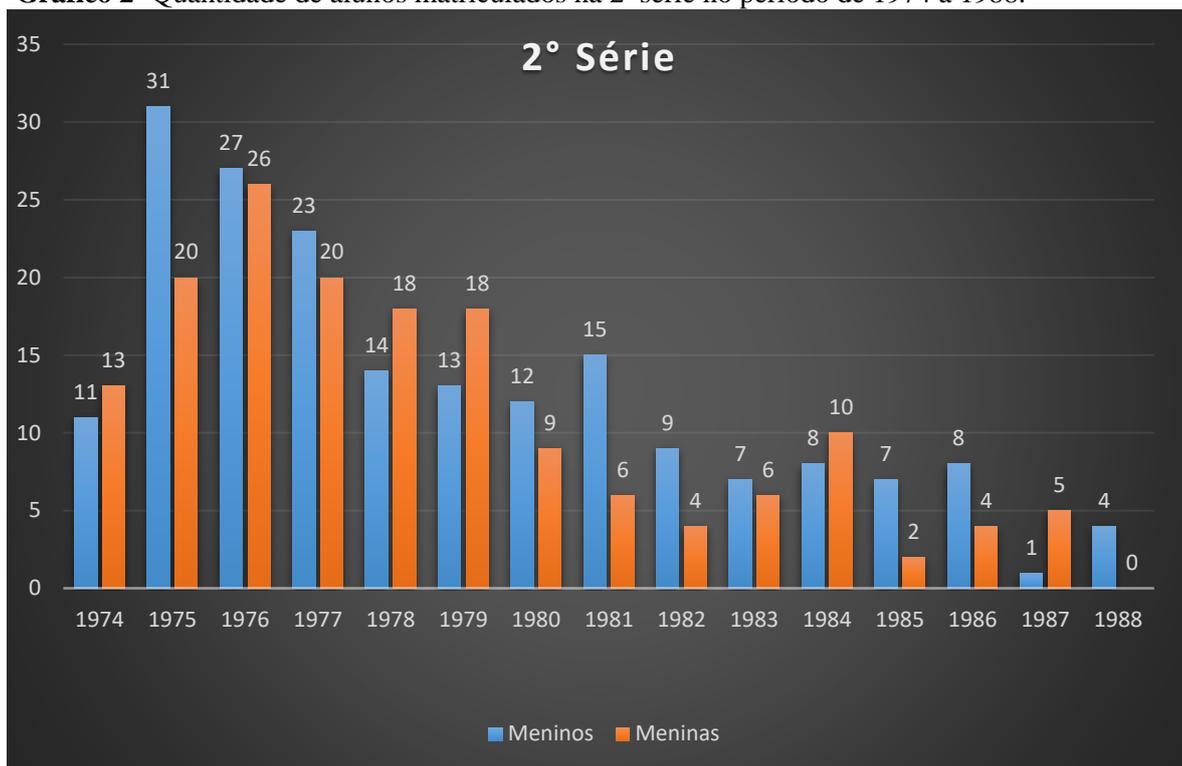
Assim, Scott (1995) sugere que o gênero é uma construção social e histórica de homens e mulheres, que ocorre em muitas instâncias sociais. Dessa maneira, pode-se compreender que o masculino e o feminino são construídos pelas práticas sociais masculinizantes e feminizantes, de acordo com as concepções de cada sociedade. Diante disso, o conceito de Scott (1995) nos possibilita compreender o perfil de gênero, em relação ao quantitativo de meninos e meninas matriculados na Escola Antonio João Ribeiro, no período pesquisado. Ainda que não seja de nosso interesse fazer uma análise aprofundada das relações de gênero nesta Dissertação. Para ilustrar ainda melhor os dados em relação ao quantitativo de meninos e meninas matriculados na escola, elaboramos a partir dos dados da Tabela, 4 Gráficos, referentes ao período de funcionamento da escola entre os anos de 1974 a 1988, separados por séries e por gêneros, conforme se pode observar nos gráficos.

Gráfico 1- Quantidade de alunos matriculados na 1ª série no período de 1974 a 1988.



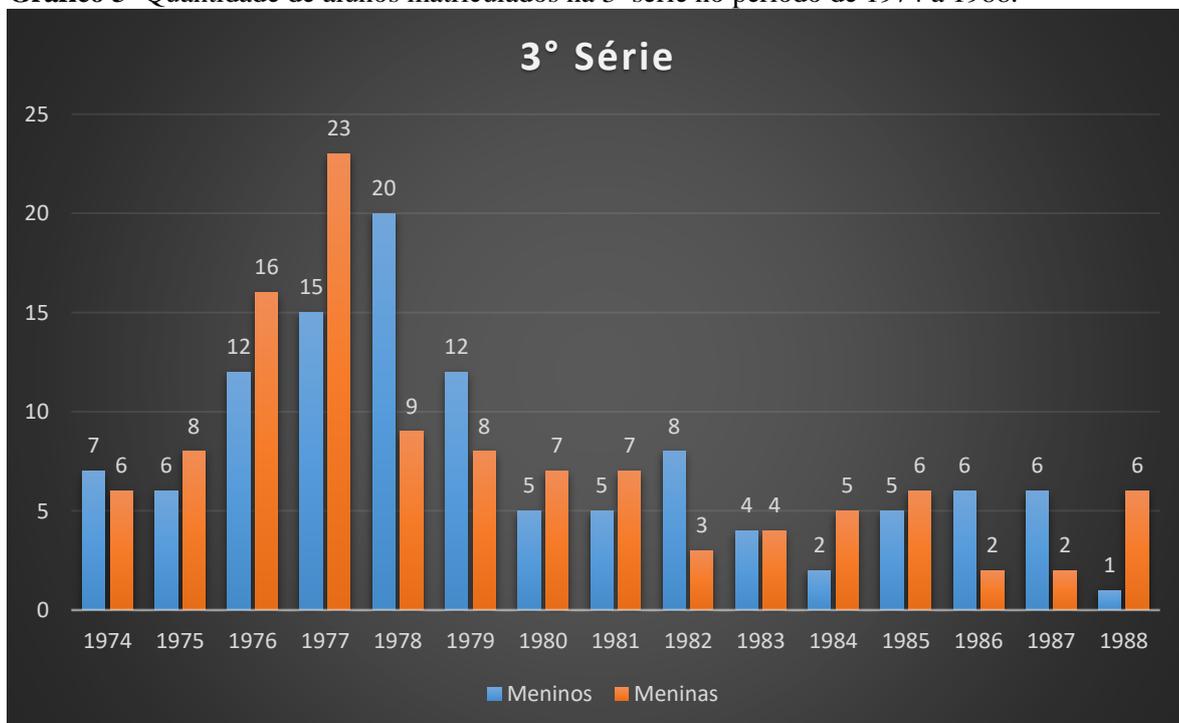
Fonte: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Organização: (LIMA, 2019).

Gráfico 2- Quantidade de alunos matriculados na 2ª série no período de 1974 a 1988.

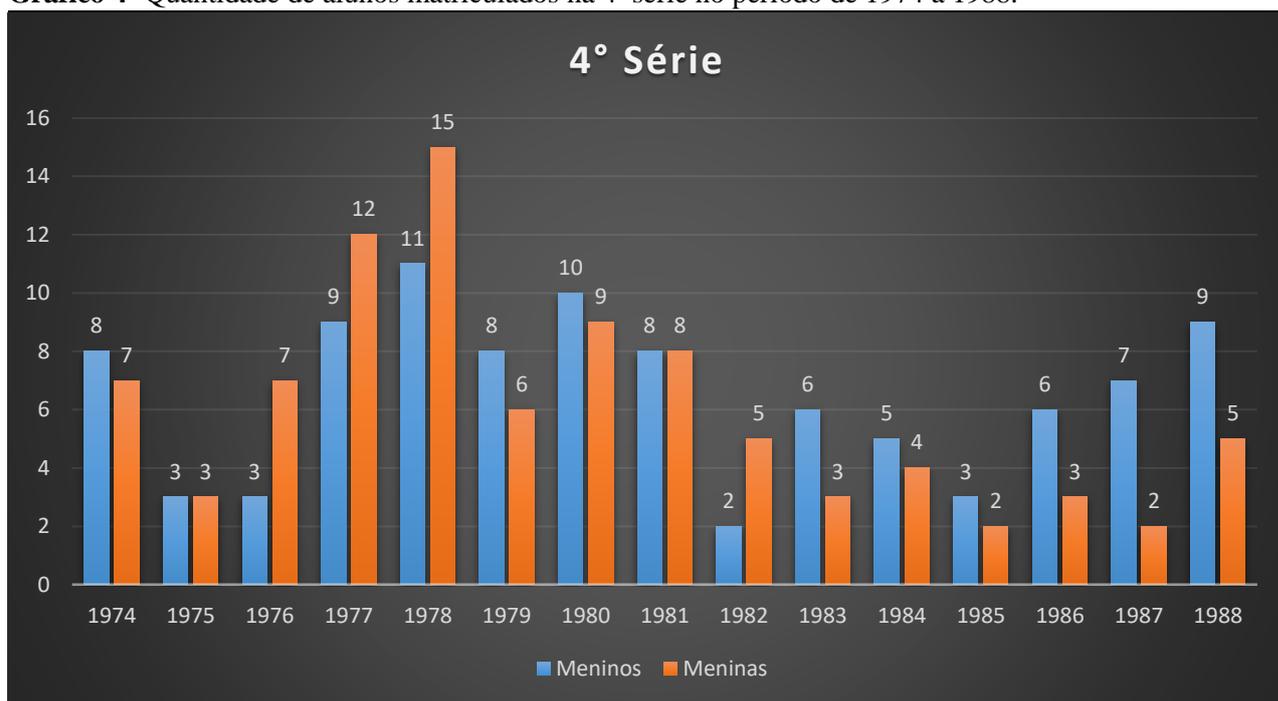
Fonte: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Organização: (LIMA, 2019).

Gráfico 3- Quantidade de alunos matriculados na 3ª série no período de 1974 a 1988.

Fonte: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Organização: (LIMA, 2019).

Gráfico 4- Quantidade de alunos matriculados na 4ª série no período de 1974 a 1988.

Fonte: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Organização: (LIMA, 2019).

Na maioria dos anos pesquisados, com base na Tabela 3 e nos Gráficos elaborados, foi possível observar que dos 1.484 alunos matriculados, 787 eram meninos e 697 meninas. Contudo, verificamos que em todos os anos analisados as matrículas referentes aos meninos foram superiores às das meninas. Na análise das matrículas da 1ª série, por exemplo, foram matriculados 385 meninos e 333 meninas. Já na 2ª série, para um percentual de 190 alunos meninos matriculados tinham 161 meninas. Na 3ª série, 114 meninos e 112 meninas. E por fim na 4ª série, 98 meninos e 91 meninas. Isso nos permite perceber que somente nas 3ª e 4ª séries o quantitativo de alunos entre meninos e meninas se aproximava. No entanto, na 1ª e 2ª séries, o percentual de meninos matriculados em relação às meninas era de aproximadamente 15% a mais.

Em linhas gerais, esses dados nos remete compreender com vistas aos dizeres de Scott (1995), conforme tratado anteriormente, que a presença do gênero masculino ser superior a do gênero feminino, se dava devido à construção social e histórica de homens e mulheres, que ocorria naquela localidade rural da Linha do Barreirão, no distrito de Indápolis, onde a escola estava inserida, com a presença de pequenos agricultores e seus funcionários, em que as diferenças entre os sexos eram percebidas, uma vez que, há indícios que muitos pais dessa localidade valorizavam mais o processo de escolarização

dos filhos homens do que das filhas mulheres, tendo assim, uma mentalidade atrasada com relação à educação feminina, em plena décadas de 1970 e 1980.

Mesmo sendo uma localidade carente do meio rural, como era a linha do Barreirão, os pais almejavam que os seus filhos e filhas estudassem. A esse respeito, Freitas e Biccass (2009, p. 28) explicam que o

[...] acesso a certos postos de trabalho, fundamentais para que algumas pessoas tivessem um padrão de vida muito diferente em relação ao padrão experimentado pelas pessoas pouco ou nada escolarizadas da família, deu-se em contextos nos quais a percepção de que o diploma conferia vantagens sociais ensinava ser possível transferir à próxima geração a expectativa de chegar “até onde os pais não tinham chegado.

É perceptível que o acesso à educação era o caminho mais certo para que as crianças da infância moradora da zona rural, ao receberem instruções de leitura e escrita, pudessem estar em condições, na juventude ou na idade adulta, de conseguirem melhores oportunidades de continuar estudando ou ter acessibilidade a ofertas de trabalho que somente por meio do ensino era possível acontecer. Freitas e Biccass (2009, p. 28) destacam que as famílias esperavam que “[...] Escolarizar os filhos, ainda que em condições precárias tornou-se a expectativa de quebrar desvantagens econômicas de cor, de sexo e de origem”.

Freitas e Biccass (2009), destacam ainda que

É por isso que, a partir da década de 1970, parecia ser evidente que a criança tida como imatura para alfabetizar-se, em via de regra, era uma criança mergulhada num padrão socioeconômico com íntimo horizonte de possibilidades e, por isso mesmo, era uma criança fracassada na escola por obra de suas privações. Desenhava-se uma criança cuja família não conseguia suprir suas deficiências de alimentação, de habitação, de bens materiais, de afetividade etc. Todas essas privações produziram deficiências cognitivas que as afetavam especialmente no aprendizado da leitura e da escrita. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 297).

Ressaltamos com base em Sotolani (2071) que, os alunos que frequentavam a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, eram crianças humildes e que, em um número maior para a presença do gênero masculino, verificados nas listas de matrículas. Esta análise foi verificada nos registros a princípio por causa da natalidade ter sido superior para o sexo masculino no período pesquisado em meados da década de 1970. No entanto, os dizeres de Louro (1997, p. 86), “[...] para que possamos pensar em

qualquer estratégia de intervenção é necessário, sem dúvida, reconhecer as formas de instituição das desigualdades sociais”, isso permite compreender outro aspecto peculiar em relação ao número de meninas serem menor do que o de meninos nessa escola, pois muitas dessas meninas não frequentavam a escola para se dedicarem aos afazeres domésticos, situação ainda comum nesse período, em algumas regiões do interior do Brasil, que ainda não davam o devido valor a presença feminina na escola.

Diante disso sobre as questões das desigualdades sociais Freitas e Biccás (2009) apontam que

A criança pobre e sua família tornavam-se os “grandes vilões” e responsáveis pelo insucesso na alfabetização. A estrutura da escola não era questionada, tampouco as distâncias sociais que favoreciam aquela situação eram postas em evidência. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 297).

Nos dizeres de Freitas e Biccás (2009), dados fundamentais como a estrutura física ou curricular da escola, ou as longas distâncias que os alunos tinham que percorrer para ter acesso ao ensino, não eram levadas em conta, sem contar ainda com a falta de professores habilitados para o ensino primário rural nesta localidade. Neste entendimento Freitas e Biccás (2009, p.297) trazem elucidações sobre

O que fazer com pobres que queriam estudar tornou-se a pergunta chave para os que formulavam as políticas educacionais e para os consultores de agências internacionais que eram seus interlocutores frequentes. A solução, investida de uma simplicidade enganosa, encaminhou-se para a mudança e adequação dos currículos e programas que foram submetidos a ajustes especiais para a criança carente, com o objetivo de compensar suas “deficiências.” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 297).

Por esses dados levantados por Freitas e Biccás (2009) fica evidente a preocupação e o trabalho pedagógico das professoras Irene Clára e Maria Elena, educadoras que ainda em docência leiga, fizeram a diferença na vida escolar de muitas crianças que frequentaram a escola pesquisada. Mesmo em fase inicial do Curso do Magistério as docentes assumiram com compromisso e reponsabilidade as salas multisseriadas que lhes foram postas.

Porém, tendo em vista que a escola surgiu a partir da doação de um terreno feito por uma família de descendentes de imigrantes japoneses, no caso a família Kushida,

estabelecida na região da CAND e, ainda, sabendo que as famílias japonesas valorizam muito a educação dos filhos, conforme já tratado em trabalhos acadêmicos por Demartini (2004), Iwamoto (2016), Kochi (2017) Eberintter (2018), tornou-se pertinente elaborarmos um quadro mostrando a presença dos filhos com descendência japonesa nessa instituição, conforme pode se observar na Tabela 4.

Tabela 4 - Quantidade de alunos com descendência japonesa matriculados na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, entre os anos de 1974 a 1988.

Ano	Série	Nome
1974	1º ano	Elizeth Akemi Sumioka; Emilia Ayumi Taniguchi; Sidney Makoto Kushida; Wilson Woshinobu Arakaki
1975	1º ano	Edna Yoshie Shiota; Sidney Makoto Kushida
	2º ano	Elizeth Akemi Sumioka; Emilia Ayumi Taniguchi; Wilson Woshinobu Arakaki
	3º ano	Helena Minako Uemura
1976	1º ano	Claudio Minoru Kushida; Silvio Massaki Arakaki
	2º ano	Sidney Makoto Kushida
	3º ano	Helena Minako Uemura
1977	1º ano	Claudio Minoru Kushida
	2º ano	Silvio Massaki Arakaki
	3º ano	Sidney Makoto Kushida
1978	2º ano	Claudio Minoru Kushida
	3º ano	Silvio Massaki Arakaki
	4º ano	Sidney Makoto Kushida
1979	3º ano	Claudio Minoru Kushida
1980	1º ano	Josué Takara da Silva
	4º ano	Cecília Takara da Silva; Claudio Minoru Kushida;
1981	1º ano	Luiz Takara da Silva; Paulo Takara da Silva
	2º ano	Josué Takara da Silva
	4º ano	Cecília Takara da Silva
1982	1º ano	Celina Lumi Kushida
1983	1º ano	Celina Lumi Kushida

1984	2º ano	Celina Lumi Kushida
1985	1º ano	Michela Minal Kushida
	3º ano	Celina Lumi Kushida
1986	2º ano	Michela Minal Kushida
	4º ano	Celina Lumi Kushida
1987	3º ano	Michela Minal Kushida
1988	1º ano	Érica Kushida
	3º ano	Vera Lúcia Mieko Yoshihara
	4º ano	Michela Minal Kushida

Fonte: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Ao analisarmos a Tabela 4, não podemos deixar de esclarecer que, no período de 1973 a 1988, dos 1.484 alunos matriculados na escola, apenas 16 alunos eram de descendência japonesa. Os dados da Tabela 4 acima permitem confirmar bem essa questão e isso acaba evidenciando que, apesar dessa escola ter sido criada a partir da doação de terreno por uma família de imigrantes com descendência japonesa, a instituição não recebeu influência da cultura nipônica. Caso oposto ao que ocorreu na Escola Municipal de Primeiro Grau Fazenda Miya, instalada por uma família de imigrantes japoneses, a família Ishy, e que está situada no distrito do Guassú, uma localidade também marcada por colonização recente pertencente ao município de Dourados. Afinal, como mostraram os dados da dissertação de Eberintter (2018), a família Ishy, nessa escola, formou até um time de beisebol, jogo esse, bem característico dos costumes da cultura japonesa.

Outro dado vale relatar sobre a escola a qual nós pesquisamos, é que, de todos os alunos matriculados na escola de descendência japonesa somente os três filhos do senhor Kushida e uma sobrinha concluíram os estudos de 1ª a 4ª séries, sem mudar de escola. O contrário ocorreu com os demais alunos, os quais mudaram de escola ao longo dos anos ou começaram a estudar já no fim dos anos iniciais primários. Sobre esse assunto, em entrevista, a senhora Kushida mencionou que “[...] os japoneses preferiam trazer os filhos para Dourados do que deixá-los estudar em escolas rurais” (KIDA KUSHIDA, Entrevista, 2017).

Certamente, isso pode ser explicado pelo fato de os japoneses terem muita preocupação com a educação dos filhos, conforme já mencionado nesta Dissertação por

autores como Demartini (2004). Mas, também de acordo com Chartier (2002), isso nos remete a pensar o que o ensino rural representava para esses japoneses moradores dessa localidade, pois, analisamos que ao retirarem seus filhos dessa instituição de ensino e levarem para estudarem na cidade de Dourados, esses não construíram uma boa representação da qualidade do ensino dessa escola inserida nessa realidade social tipicamente rural do distrito de Indápolis.

Um dado relevante observado durante a análise das Fichas de Matrículas foi perceber que os três filhos do casal Kushida repetiram a primeira série por duas vezes, conforme pode se observar na Tabela 4. Segundo a professora Irene Clára, “[...] naquele tempo para o aluno ser aprovado para o ano seguinte precisava ter o domínio e fluência na leitura, nos registros e nas atividades de raciocínio lógico matemático” (TORQUETTE, Entrevista, 2018).

Mas, outro fato importante ligado ao aprendizado, foi apontado durante as entrevistas no qual a senhora Toshiko Kida Kushida enfatizou com referência aos estudos dos filhos lembrando que eles tiveram dificuldades no aprendizado nos anos iniciais devido a terem aprendido a língua portuguesa somente a partir do momento em que foram matriculados e começaram a frequentar no caso, a escola pesquisada pois, em casa eles se comunicavam apenas na língua japonesa. Isso ocorria, especialmente, porque moravam junto com os avós paternos, que nasceram no Japão e que vieram para o Brasil durante as primeiras levadas de imigrantes japoneses para o país, então manter a língua materna era uma tradição dos ancestrais.

“[...] Eu mesma só aprendi o português aos 12 anos de idade, meu pai era muito rígido e não permitia que falássemos o idioma brasileiro” (KIDA KUSHIDA, Entrevista, 2017). Permeando esse discurso o filho mais velho do casal também comentou que “[...] naquele tempo se não sabia ler e escrever bem, não era aprovado de jeito nenhum” (MAKOTO KUSHIDA, Entrevista, 2018).

Esses dados apontam que, mesmo a família Kushida não tendo exercido influência no ensino ministrado na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, certamente foi a partir da doação do terreno para a construção da escola na Linha do Barreirão que promoveu e desencadeou não somente o acesso para que seus filhos estudassem e fossem alfabetizados, mas também a inserção deles na cultura brasileira, especificamente, na língua portuguesa.

2.3 As Professoras

Na escola pesquisada, foi possível levantarmos junto à documentação consultada, que no período estudado, apenas mulheres compuseram o corpo docente dessa instituição. Sobre a presença de mulheres na docência, Louro (2012) esclarece que um dos fatos para a inserção da mulher na docência poderia ser a aptidão natural, que o sexo feminino possui para realizar e organizar atividades com as crianças, pois isto estaria ligado a laços maternos de cuidado e atenção com os pequenos. Parece utópico, imputar a mulher uma profissão por estar entrelaçada com a maternidade, no entanto, segundo a autora, isso pode ser percebido até a atualidade, de uma forma que:

Afirmavam que as mulheres tinham, ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas são as primeiras e ‘naturais educadoras’. Portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, uma ‘extensão da maternidade’, cada aluno ou aluna vistos como filho ou filha ‘espíritual’ (LOURO, 2012, p. 450).

Desse modo, podemos dizer que tais aspectos explicam a presença somente do gênero feminino, na composição do corpo docente da Escola Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis, no período investigado. Afinal, como esclarece Louro (1997, p.95), “[...] No Brasil é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, que vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes”. Foi bem assim, que ocorreu com a presença maciça de mulheres na constituição do corpo docente dessa escola.

Podemos informar também que no início do seu funcionamento, nem todas as professoras que compunham o corpo docente eram habilitadas para o exercício do magistério de 1ª a 4ª séries. Certamente, essa ausência de docentes sem habilitação em cursos de formação de professores para ministrar as aulas seja explicada pelo fato dessa ser uma instituição de ensino situada no meio rural de um distrito de difícil acesso, o que exigiria de uma docente habilitada, residente na cidade de Dourados ou na sede do distrito de Indápolis, a utilização de ônibus como meio de transporte para chegar à escola que está localizada entre os municípios de Dourados e Fátima do Sul, “ou caso necessário com o seu próprio veículo” (SOTOLANI, Entrevista, 2017).

É importante frisar que, no início da década de 1970, quando a escola foi criada na Linha do Barreirão, o município de Dourados carecia com a falta de professores habilitados, principalmente, nas escolas primárias situadas no meio rural, como os estabelecimentos de ensino das vilas, distritos, fazendas e sítios. A esse respeito, Piacentine (2012, p. 67) assinala que,

Em 1970, o Departamento de Pesquisa e Ensino solicitou que todas as Delegacias de Ensino do estado de Mato Grosso, apresentassem um levantamento das escolas, com dados reais no que se refere ao número de alunos, professores e escolas de sua extensão. Diante dessa determinação, a Delegacia Regional de Ensino de Dourados/ MT fez um levantamento de sua realidade educacional. No final deste levantamento, esta Delegacia apresentou em seu relatório, sugestões para a melhoria do serviço educacional na região, para a Secretária de Educação e Cultura do Estado, dentre elas a especialização de professores, uma vez que dos 228 professores que atuavam em grupos escolares, escolas reunidas, escolas rurais mistas, entre outras, 118 tinham a formação da escola normal e 110 eram professores leigos.

Esses dados permitem verificar que o número de professores leigos, atuando no município de Dourados, nas escolas de 1ª a 4ª séries, era elevado ainda na década de 1970. É certo que a falta de professores diplomados para atuar nas escolas primárias de Mato Grosso, principalmente, nas áreas rurais, ainda era sentida em Mato Grosso nos anos de 1970. Apesar de o Estado já contar com algumas escolas normais espalhadas por diferentes municípios do Estado e existir, desde a década de 1950, cursos de férias para a formação desses professores leigos e, ainda, já funcionar na década de 1960 cursos preparatórios para esses professores junto ao Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá que recebia docentes de todo o Estado, a demanda era expressiva.

Nesse Centro, eram oferecidos cursos de especialização em supervisão escolar para professoras normalistas e cursos de aperfeiçoamento para professoras qualificadas como “leigas” (FERREIRA, 2010). Cumpre lembrar que o Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá foi criado no contexto da Reforma do Ensino Primário promovida pelo Governo João Goulart, no período de 1963 a 1964. O Plano Trienal de Educação, de João Goulart, “[...] além de estabelecer objetivos para o ensino primário, médio e superior, previa os recursos financeiros e a assistência técnica necessária à implantação de programas de construções de prédios escolares e de recuperação e aperfeiçoamento do magistério” (BRASIL, 1963).

É nesse quadro, constituído tanto pelas escolas normais quanto pela atuação do Centro de Treinamento de Cuiabá, que ocorria a formação dos professores primários em Mato Grosso no início dos anos de 1970. Porém, ainda não era suficiente para atender a toda a demanda de professores que atuavam sem diploma nas escolas primárias, sobretudo, nas do meio rural.

Foram nessas circunstâncias que muitas moças, ainda nas décadas de 1970 e 1980, moradoras em localidades como a Linha do Barreirão, no distrito do Indápolis, frequentaram o Curso de Magistério no município de Dourados ou até mesmo na Escola Estadual de 1º e 2º Grau Dom Bosco, a qual funcionava na sede do distrito. Essas alunas, em formação, tornaram-se professoras, assumindo as salas de aula, mesmo antes de finalizar os estudos (RELATÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DOURADOS, SEMED, 1979, p. 1). Essa situação ocorria, mesmo que existisse a Lei nº. 5.692/71, em vigência no período, a qual em seu Artigo 30 estabelecia o perfil do professor que poderia atuar no ensino de 1ª a 4ª séries, do 1º grau.

Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª série, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª series, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. (BRASIL, LEI Nº. 5.692/71).

Embora a Lei fizesse a exigência da formação mínima para o exercício do magistério, no município de Dourados, os professores sem habilitação específica continuavam atuando, principalmente, nas escolas situadas longe do meio urbano, nas décadas de 1970 e 1980. Certamente, podemos dizer que isso continuava ocorrendo devido ao respaldado das Distribuições Transitórias da Lei nº. 5.692/71 que prescrevia, em seu Artigo 77, as condições mínimas aceitáveis para o exercício do magistério.

Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não bastar para atender às necessidades do ensino, permitir-se-á que lecionem, em caráter suplementar e a título precário: a) no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau; c) no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau. Parágrafo único. Onde e quando persistir a falta real de professores, após a aplicação dos critérios estabelecidos neste

Esse documento permite-nos entrever que tanto a professora formada no Curso de Magistério do quadro de docentes da escola quanto a professora em formação, ainda aluna do Curso, tinham a mesma deliberação dada pelo Conselho Estadual de Educação para exercerem o magistério.

Essas professoras eram contratadas pela Prefeitura Municipal de Dourados em regime de Consolidação das Leis Trabalhistas. A Figura 6 aponta dados da contratação das professoras Irene Clára Esculachio Salmasio Torquette e Maria Elena Alves Marques Sotolani. Essas professoras foram antigas alunas da escola e, durante o início dos estudos do magistério na Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Menodora Fialho de Figueiredo, em Dourados, começaram a lecionar na escola.

Figura 6 – Relação Nominal – Corpo Docente e Administrativo da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro, em 1987.

RELAÇÃO NOMINAL - CORPO DOCENTE e ADMINISTRATIVO				
ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU ANTONIO JOAO RIBEIRO				
GRAU: 1º CURSO: SÉRIE: 1ª e 4ª ANO: 1987				
NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL	HABILITAÇÃO	ATIVIDADES-ÁREA DE ESTUDO OU DISCIPLINA NA QUAL IRÁ ATUAR	Nº DE AUT/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CATEGORIA OU NÍVEL DE LARIAD
Nelma de Matos Araújo Ferreira	Pedagogia	Diretora	Reg.0321/87 CGVERF/SE	E - I
Terezinha Batista Gedro	Magistério	Secretária	Aut.0085/85 CGVERF/SE	P - I
Irene Clara Esculachio Salmasio	Magistério	Profª.Responsável	Reg.104/87 CGVERF/SE	P - I
Maria Elena Alves Marques	C.1º Grau	2ª, 3ª e 4ª.	Aut.133/87 CGVERF/SE	L - I

Fonte: Acervo digitalizado na SEMED (1987), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Nesta época, era muito comum uma professora lecionar em uma sala multisseriada, ou seja, em salas com alunos com faixas etárias e anos escolares diferentes. No entanto, as professoras leigas, ainda cursando o magistério, eram designadas para as escolas para as rurais municipais, especialmente. A esse respeito, a antiga professora e ex-aluna da escola Maria Elena destaca a responsabilidade com a qual as professoras em formação assumiam as aulas: “[...] eu me lembro que a gente ia para a escola lecionar, mesmo sem estar formada, mas tínhamos tanta responsabilidade que nada nos impedia de estar à frente de uma turma” (SOTOLANI, Entrevista, 2017). Neste contexto, a professora destaca que só de estar cursando o magistério já podia lecionar, porque existia a falta de professores primários com a habilitação necessária. Deste modo, a Prefeitura Municipal de Dourados contratava para suprir este déficit na formação profissional. Sobre os salários, a Figura 7 perfaz o demonstrativo salarial que era regido na época pela CLT.

Figura 7 - Tabela do pessoal sob regime da CLT, em 1983.

Processo N. 01163187
Data 05/01/84
Rubrica 7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

TABELA DO PESSOAL SOB REGIME DA C.L.T.

CATEGORIA DE TRABALHO	ESCOLARIDADE	SALÁRIO	REGIME DE TRABALHO
1. Prof. de Ensino de 1ª e 2ª Graus "A"	Licenciatura plena	91.344,00	08 horas diárias
2. Prof. de Ensino de 1ª à 8ª "B"	Licenciatura Curta	60.384,00	08 horas diárias
3. Prof. de Ensino de 1ª a 4ª "C"	2º Grau normal ou 2º Grau mais habilitação p/ magistério	50.256,00	08 horas diárias
4. Prof. Auxiliar de Ensino de 1º Grau nível 1ª à 4ª	1º Grau ou 2º Grau, sem habilitação p/ magistério	50.256,00	08 horas diárias.

Função Gratificada:- Direção de Unidades Escolares
Até 7 turmas - C@ 6.120,00
Mais de 7 turmas - C@ 9.180,00

Dourados, 01 de novembro de 1983.

Dout
Sircunise Camargo Dorta
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Fonte: Acervo digitalizado na SEMED (1983), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

A análise desse documento acerca da questão salarial dos docentes da escola no ano de 1983 nos permite compreender que, na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, o salário mais alto era o da professora que tinha o nível mais elevado de escolaridade, no caso, a docente com Licenciatura Plena. Depois vinha a professora que tinha Licenciatura Curta e, por fim, estavam as professoras que tinham cursado a Escola Normal ou a Habilitação Específica para o Magistério e, também, aquela que tinha apenas o 1º grau ou 2º grau, sem Habilitação Específica para o Magistério.

Importa retomar a questão educacional após o golpe civil-militar de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, para compreendermos o que significava neste cenário a Licenciatura Plena e a Licenciatura Plena. Cumpre lembrar que, após 1964, processaram importantes modificações na política educacional brasileira, que podem ser observadas na Reforma Universitária (Lei nº. 5.540/68 de 28/11/1968) e na Reforma do Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº. 5.692/71 de 11/08/1971). Essas modificações legais impuseram alterações na formação de professores. No entendimento de Nadai (1993, p. 157), essas “[...] modificações legais impuseram ainda profundas transformações no projeto de formação de professores que vinha sendo realizado”.

Foram essas modificações que permitiram que, em 1969, o governo militar, amparado pelo Ato Institucional nº. 5, decretado em dezembro de 1968, autorizasse, por meio do Decreto-Lei nº. 547, a organização e o funcionamento dos cursos profissionais superiores de curta duração (FONSECA, 2010, p. 26). Embora tenha ocorrido a proliferação de cursos de licenciatura curta, isso não significou o fim dos cursos de Licenciatura Plena. No que diz respeito à Lei 5.692/71, essa determinava,

(...) como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1o grau, da 1a à 4a séries, habilitação específica de 2o grau, realizada no mínimo em três séries; b) no ensino de 1o grau, da 1a à 8a séries, habilitação específica de grau superior, representada por licenciatura de curta duração; c) em todo o ensino de 1o e 2o graus, habilitação específica de nível superior, correspondente à licenciatura plena. Estudos adicionais de um ano, realizados em instituições de ensino superior, poderiam qualificar os habilitados em 2o grau ao exercício do magistério até a 6a série. Da mesma forma, os portadores de licenciatura curta, mediante estudos adicionais, poderiam exercer o magistério até a 2a série do segundo grau (art. 30). Admitiam-se ainda, em caráter suplementar e a título precário, outras possibilidades para se atender às necessidades de professores legalmente habilitados (TANURI, 2000, p. 81).

É importante explicar aqui que a definição de Licenciatura Curta e Licenciatura Plena se destinava a formar professores de 1º e 2º graus no Brasil até 1996, com a Lei nº. 9.394/96, o que as diferenciavam eram o tempo e o local de formação. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, os cursos de Licenciatura Curta foram extintos e, nos dias atuais, toda Licenciatura é Plena para habilitar o profissional da educação no exercício de suas funções legais quanto à docência.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 1996, p.26).

Esses dados foram importantes para conhecermos a formação em Licenciatura Curta e Licenciatura Plena no período e, para compreendermos que, a partir de 1996, a Licenciatura Curta foi extinta pela Lei nº. 9.394/96.

Contudo, percebemos nitidamente que a formação do professor influenciava na divisão de categorias de trabalhos das docentes, indo desde a professora de ensino de 1º ou 2º graus “A” à professora auxiliar de ensino de 1º grau nível de 1ª a 4ª séries. Contudo, um dado que chamou atenção foi o fato de a professora auxiliar, mesmo não estando na mesma categoria que a professora de ensino de 1ª a 4ª séries “C”, ganhar o mesmo valor pelas mesmas 8 horas diárias. Tal circunstância leva a indagar o porquê isso ocorria em relação à professora de ensino nível “C”? Será que isso ocorria por ser uma área situada no meio rural e de difícil acesso aos professores? A professora Irene Clára, que também trabalhou na direção, aponta que “[...] estes nivelamentos salariais, às vezes, ocorriam, porque ambas as professoras designadas estariam desempenhando o mesmo papel dentro da sala de aula, ou seja, atendendo aos alunos em salas de aulas multisseriadas” (TORQUETTE, Entrevista, 2018). A Figura 8 perfaz estes apontamentos.

Figura 8 – Carteira de Trabalho, em 1984.

10

CONTRATO DE TRABALHO

03153926/0001-44

Empregador Prefeitura Municipal de Dourados

Rua RUA JOÃO ROSA GOES, 395 N.º

CEP 79.800

Município DOURADOS Est. MS

Esp. de estabelecimento Entidade Pública

Cargo Professora - Ref. 08 - c/ 120 hs.

C.B.O. n.º

Data admissão 01 de fevereiro de 19 84

Registro n.º 1184 FIs/Ficha 1184

Remuneração especificada Sal. = 29.880,00 - (Vinte e nove mil, oitocentos e oitenta cruzeiros)

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

2.º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

2.º

FGTS PAGO 26/05/2005

Ag. Av. Walmir Torres/MS

11

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador

Rua N.º

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo

C.B.O. n.º

Data admissão de de 19

Registro n.º FIs/Ficha

Remuneração especificada

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

2.º

Data saída de de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

1.º

2.º

Fonte: Acervo pessoal da professora (SOTOLANI, 2017).

A carteira de trabalho aponta que, mesmo a professora Maria Elena estando no início dos estudos do Curso do Magistério já era possível ser contratada pela Prefeitura Municipal de Dourados para lecionar na escola pesquisada, local onde a docente iniciou os estudos primários e que agora retorna como professora leiga para lecionar na Entidade Pública como Professora – Ref. 08 – c/ 120 hs, registrado na Ficha 1184, com o valor salarial de Cr\$ 29.880,00 (Vinte e nove mil, oitocentos e oitenta cruzeiros) e admitida em 1 de fevereiro de 1984.

As professoras entrevistadas dedicaram-se à docência por mais de 30 anos, hoje as duas docentes estão aposentadas pela Prefeitura Municipal de Dourados. Do tempo em que lecionaram na escola pesquisada, ambas guardam com muito carinho o início da carreira docente, o envolvimento com os alunos e comprometimento com o ensino rural, foi uma época maravilhosa, nos relatos as duas professoras fizeram questão de dizer o quanto as famílias valorizavam a presença do educador “era o mestre”, por isso a figura do educador era sempre valorizada e respeitada.

Deste modo, é possível observar no Quadro 2 uma síntese com a carreira docente das duas professoras entrevistadas.

Quadro 2: Origem e formação das professoras entrevistadas.

Professora	Data de nascimento	Local de Nascimento	Descendência	Formação	Tempo de Atuação na Educação Rural	Situação Atual
Irene Clára Esculachio Salmasio Torquette	12/08/1963	Dourados/MS	Italiana	Magistério (1986); Pedagogia (1991); Especialização em Alfabetização (2002)	1982/ 2005 23 anos na educação rural	Aposentada (com mais de 30 anos dedicados a educação)
Maria Elena Alves Marques Sotolani	10/05/1966	Dourados/MS	Portuguesa	Magistério (1989); Pedagogia (1994); Especialização em Educação Especial e Transtornos Globais (2004)	1984/1988 5 anos na educação rural	Aposentada (com mais de 30 anos dedicados a educação)

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas com as professoras (SOTOLANI, 2017; TORQUETTE, 2018), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Este quadro permite confirmarmos que, mesmo essa escola tendo iniciado suas atividades, com um corpo docente ainda em formação escolar, no decorrer dos anos, esse perfil foi se alterando, pois, os mesmos professores que iniciaram carreira ainda em fase de formação também buscaram se habilitar e se qualificar cada vez mais, para atuar na área da educação, frequentando cursos em nível superior, como o de Pedagogia e até mesmo cursos de especializações voltadas a área do ensino. Apesar disso, não podemos deixar de registrar aqui que as professoras entrevistadas declararam “o quanto foi difícil alcançar essas formações naquela época, devido à distância entre o distrito de Indápolis e a cidade de Dourados” (SOTOLANI, 2017; TORQUETTE, 2018), a esse respeito a professora Irene Clára acrescentou ainda “[...] era uma luta, tudo tinha que ser com muito sacrifício” (TORQUETTE, Entrevista, 2018).

Assim, finalizamos este capítulo que versou sobre a institucionalização da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, com a discussão dos sujeitos que

fizeram parte deste cotidiano escolar, para no próximo capítulo investirmos na abordagem sobre a organização do ensino nessa escola.

CAPÍTULO III

VESTÍGIOS DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO NA ESCOLA: DOS DOCUMENTOS DOS ACERVOS ÀS VOZES DOS DEPOENTES

A educação é um processo epistemológico e de conhecimento, já que é pela educação que o ente humano se torna pessoa, capaz de conhecer, simbolizar, comunicar, racionalizar e responsabilizar-se; é pela educação que cresce e amadurece, como é pela educação que se desenvolve as suas capacidades cognitivas e técnicas e que participa e se investe de cidadania e de humanidade.

Magalhães (2004, p.29)

Neste capítulo, analisamos a organização do ensino, focalizando a estrutura curricular, os programas de ensino e os materiais didáticos e pedagógicos utilizados na Escola Municipal de Primeiro Grau João Ribeiro, do distrito de Indápolis, no período de 1973 a 1988. Além disso, tratamos das atividades cívicas e comemorativas dessa escola. Para tanto, recorreremos aos documentos localizados no acervo da Secretaria Municipal da Educação de Dourados (SEMED) e nos arquivos pessoais dos entrevistados. Para tanto, utilizamos as entrevistas com as antigas professoras e ex-alunos dessa escola e, também, com uma antiga secretária da educação do município. Apesar disso, a ausência de alguns documentos no arquivo da SEMED, acabou limitando um pouco de nossa abordagem acerca dessa organização do ensino, no entanto Bosi (2003, p. 15) assegura que “[...] A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”, assim por meio das entrevistas conseguimos consolidar a escrita deste capítulo com o rigor merecido.

Para Magalhães (2004, p. 139), desvelar a história de uma instituição escolar é uma atividade que precisa perpassar pelo conhecimento dos elementos e das “[...] condições materiais, espaços, tempo, meios didáticos e pedagógicos, programas, estruturas, instâncias basicamente objetivas e de funcionamento”, relacionando esses fatores com os diferentes segmentos do cotidiano da escola a fim de perceber as suas singularidades. Assim, nos ancoramos nos dizeres de Magalhães (2004), quando o autor afirma que ao tecer a história de uma instituição escolar cabe percorrermos também as questões referentes ao ensino. Nesse sentido, este capítulo é dedicado a analisar a organização do ensino na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro no recorte temporal estabelecido na pesquisa.

Também recorreremos neste capítulo, ao conceito de representações de Chartier (2002). No entendimento deste autor, as representações do mundo social são construídas e determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Assim, este conceito nos auxiliou nas análises acerca dos vestígios da organização curricular da escola, tanto nos documentos quanto nas vozes dos depoentes.

3.1 Vestígios da organização do ensino na escola: estrutura curricular, programas e práticas educativas

Para compreendermos a organização do ensino na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no período de 1973 a 1988, recorreremos à legislação educacional vigente na época, no caso, a Lei nº. 5.692/71.

O fato de essa escola se encontrar já desativada no distrito de Indápolis dificultou, de certa forma, localizar e reunir um número significativo de documentos que permitisse uma análise mais aprofundada da organização do seu ensino. Desse modo, essa sessão do trabalho teve de se limitar à análise de poucos documentos sobre as escolas rurais do município localizados no arquivo da SEMED, bem como a algumas Resoluções do Ensino de Mato Grosso e entrevistas, sobretudo, com ex-professoras que atuaram na escola. Contudo, apontamos que tal fato não tenha comprometido demasiadamente a análise da organização do ensino na escola.

Chartier contribui destacando que

[...] O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. (CHARTIER, 2010, p.49).

Deste modo, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi instalada já durante a vigência da Lei nº. 5.692/71. Essa Lei reformou o ensino no que diz respeito à reformulação da estrutura e organização do ensino, contudo sem alterar os objetivos gerais da educação prescritos pela legislação anterior, a Lei nº. 4.024/61. Em realidade, a Lei nº. 5.692/71 alterou os fins da Lei anterior em termos de 1º e 2º graus, definindo como objetivo geral: “Art. 1º - O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania” (BRASIL, 1971, p. 59). No entendimento de Saviani (1996), essa continuidade, no que se refere aos objetivos, é coerente com a continuidade da ordem socioeconômica, que exigiu rever os rumos da organização e da operação dos serviços educacionais.

A Lei nº. 5.692. de 11 de agosto de 1971, dentre outras disposições fixou a obrigatoriedade do primeiro grau, dos 7 aos 14 anos de idade, com oito anos de duração, gratuito e voltado para a educação geral, a criação do nível de segundo grau, destinado à profissionalização, e o ensino supletivo para atender a jovens e adultos que não tivessem concluído ou frequentado o curso na idade própria. Além disso, exigiu das Secretarias de Educação do Estado a reestruturação das escolas de ensino público sob sua jurisdição. A Lei inovou no que diz respeito à extensão de quatro anos para oito anos (1º grau), com caráter obrigatório. Com essa inovação em sua extensão, a Lei acabou atendendo ao “[...] disposto na Constituição de 1967, eliminando, pelo menos formalmente, a concepção de ensino primário e ginásial, substituindo-a por uma escola integrada de educação fundamental” (SOUZA, 2006, p. 267).

É oportuno registrar aqui que o ensino de 1º grau, a partir da Lei n.º 5692/71, ampliou a obrigatoriedade de 4 para 8 anos, com no mínimo 720 horas de atividades anuais, do mesmo modo uniu o antigo ensino primário ao ginásio e incorporou às séries finais a iniciação para o trabalho e a sondagem de aptidões, que passam a ter um lugar importante nas discussões em todos os âmbitos: Municipal, Estadual e Federal. Nessas circunstâncias, a função para escola de 1º grau estava respaldada por ministrar um ensino que “[...] envolvesse e integrasse o desenvolvimento tecnológico, bem como integrá-los de forma produtiva e isto compunha conforme descrito no artigo 4º da Lei um Núcleo Comum, para atender às particularidades e especificidades de cada região e principalmente de cada indivíduo” (BRASIL, 1971).

Em relação à organização dos currículos de 1º e 2º graus, a Lei definiu, no Artigo 4º, que esses documentos teriam “[...] um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais; aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos” (BRASIL, 1971, p. 59).

De acordo com Brito (1973), na parte diversificada, caberia a escolha conforme as realidades locais, podendo ser ofertadas matérias de acordo com as áreas econômicas, como, por exemplo, iniciação à agricultura, oficina rural, desenho técnico, jardinagem e floricultura, mecânica, corte e costura, práticas de comércio, datilografia, decoração do lar, práticas de escritório, entre outros. Tais circunstâncias permite observar certa flexibilidade na proposta da Lei, pois a escolha dos conteúdos ocorria na escola, e o currículo apresentava uma configuração própria, conforme o estabelecimento de ensino. Desse modo, a análise dos dispositivos da Lei possibilita também apontar a presença de

um indicativo de que a aprendizagem não se restringia apenas à aquisição de conhecimentos, mas promovia um processo que englobava habilidades, atitudes e criatividade.

Em Mato Grosso, essa legislação federal foi executada por meio da Resolução n°. 19 de junho de 1972, a qual redige em seu Artigo 1º que passam a constituir-se em Ensino de Primeiro Grau o conjunto de 8 (oito) séries, resultantes de integração do ensino primário de 4 (quatro) anos com o ciclo ginásial do ensino médio (MATO GROSSO, 1972), orientando a organização e a denominação dos estabelecimentos de ensino, bem como estipulando o ano de 1974 como prazo limite para essa adequação. Pela Resolução, todas as escolas passariam por inspeção estadual, e aquelas que tivessem um número considerável de alunos, seriam transformadas em escolas de primeiro grau (Artigo 3º). Entretanto, quando as escolas não apresentavam um número mínimo de alunos, como era comum nas áreas rurais dos distritos do município de Dourados, por exemplo, elas eram desativadas, e os alunos direcionados para outras escolas que fossem o mais próximo possível à sua residência.

Esta Resolução preconizou em seu Artigo 5º que o,

O Estado, os Municípios e as Pessoas Jurídicas de Direito Privado, poderão elaborar, para alguns ou todos os estabelecimentos de 1º grau por eles mantidos, um regimento comum que assegurando a unidade básica estrutural e funcional da rede, preserva a necessária flexibilidade didática de cada escola (MATO GROSSO, Resolução n°.19, 1972).

A fim de atender às disposições da Lei n°. 5.692/1971, no que diz respeito à estruturação do currículo, fixado no seu Artigo 4º e, ainda, contemplar a Resolução n°.19, de 1972, de Mato Grosso, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro teve a sua estrutura curricular estabelecida com um núcleo comum obrigatório, sendo a mesma utilizada nas escolas urbanas, conforme demonstra o Quadro 3.

Quadro 3 - Estrutura Curricular de 1ª a 4ª Série entre os anos de 1974 a 1988.

Camadas	Matérias	Conteúdos específicos	Carga Horária			
			1ªSérie	2ªSérie	3ªSérie	4ªSérie

Núcleo Comum artigo 7º da Lei nº 5.692/1971	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física	360	360	288	288
	Integração Social	História Geografia Educação Moral e Cívica Organização Social e Política do Brasil Ensino Religioso	180	180	216	216
	Iniciação às Ciências	Matemática Ciências Programa de Saúde	180	180	216	216
	Total de Hora Anual		720	720	720	720

Fonte: Elaborado a partir do documento original digitalizado na SEMED (1981), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

A Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro, no período de 1973 a 1988, colocou e manteve em funcionamento essa estrutura curricular, em que o ensino era organizado por um Núcleo Comum, dividido em categorias curriculares por matérias e suas respectivas especificações – denominadas, nessa escola, como conteúdos específicos e carga horária para o ensino de cada uma das matérias por série. O Quadro 3, em relação à camada do núcleo comum, permite entrever que esse era organizado por matérias, conteúdos específicos e carga horária. A matéria “Comunicação e Expressão” englobava os conteúdos de Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física. Já a matéria “Integração Social” abrangia os conteúdos de História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Ensino Religioso. E, por fim, a matéria de “Iniciação às Ciências” compreendia os conteúdos de Matemática, Ciências e Programas de Saúde.

Nessa estrutura curricular plena, o Artigo 7º da Lei nº. 5.692/71 fixava nas respectivas especificações das matérias: a Educação Moral e Cívica, a Organização Social Política do Brasil, a Educação Física, a Educação Artística, o Programa de Saúde e o Ensino Religioso. Contudo, o Ensino Religioso era obrigatório para os estabelecimentos

de ensino, mas facultativo aos alunos. É importante reconhecer aqui que a Educação Moral e Cívica e a Organização Social Política do Brasil nesse período iam ao encontro do sistema de governo no Brasil, uma vez que questões de civismo e estudos sobre o Brasil e o patriotismo imperavam no país na década de 1970 por conta do regime militar. No entendimento de Carvalho e Ferreira (2016, p. 106), essas matérias compunham o quadro curricular “[...] com o objetivo de justificar o Estado Militar, de enaltecer o Brasil como um país com grandes possibilidades de desenvolvimento”.

Ainda em relação ao quadro da estrutura curricular referente ao da camada do núcleo comum, esse apresenta uma distribuição específica de carga horária anual para cada série, para o ensino de cada matéria e seus respectivos conteúdos. Para as turmas de 1ª e 2ª séries, constava uma carga horária de 360 horas, distribuídas para a matéria de “Comunicação e Expressão” e seus conteúdos, enquanto para as turmas de 3ª e 4ª séries constava uma carga horária de 288 horas. Já na matéria de “Integração Social” e seus conteúdos, a distribuição para as turmas de 1ª e 2ª série era de 180 horas, enquanto para as turmas de 3ª e 4ª séries, a carga horária era de 216 horas. Já no caso da matéria “Iniciação às Ciências” e seus conteúdos, tanto para as turmas de 1ª e 2ª séries quanto para as de 3ª e 4ª séries, as cargas horárias eram equivalentes, sendo de 180 horas para cada uma das turmas.

De um modo geral, a distribuição do número de horas semanais destinadas às matérias, conforme o Quadro 3, permite-nos verificar o peso relativo de diferentes matérias nessa formação proposta pela Lei nº. 5.692/1971. Observamos um peso maior da matéria de Comunicação e Expressão nas 1ª e 2ª séries do que nas 3ª e 4ª séries. Notamos, também, um peso maior das matérias de Iniciação à Ciência e Integração Social nas 3ª e 4ª séries do que nas 1ª e 2ª séries do 1º grau.

Contudo, a Lei nº. 5.692/71 definiu no seu currículo prescrito o tratamento metodológico a ser dado às matérias do núcleo comum em conformidade com o desenvolvimento da criança e do adolescente. Assim, o seu Parecer nº. 853/71 apresentava os objetivos e a amplitude das matérias desse núcleo, discutidos nesse parecer e resumidos na resolução, no Artigo 3º, da seguinte forma,

- a) Em Comunicação e expressão, ao cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual, ressaltando-se a Língua Portuguesa, como expressão da Cultura Brasileira;

b) Nos Estudos Sociais, ao ajustamento crescente do educando ao meio cada vez mais amplo e complexo, em que deve não apenas viver, como conviver, dando-se ênfase ao conhecimento do Brasil na perspectiva atual do seu desenvolvimento;

c) Nas Ciências, ao desenvolvimento do pensamento lógico e à vivência do método científico e de suas aplicações (BRASIL, 1971, p. 400).

Frente aos objetivos e à amplitude das matérias desse núcleo comum, cumpre esclarecer que no caso da matéria “Comunicação e Expressão”, que envolvia os conteúdos de Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física, conforme a finalidade anterior abordada, essa deveria se valer do cultivo de linguagens. A Língua Portuguesa por sua vez era ressaltada como uma relevante expressão da cultura brasileira. Cabe apontarmos aqui que, nessa época, a Língua Portuguesa passou a ser encarrada como um instrumento por excelência de comunicação, deslocando-se do eixo da aquisição de norma culta para o uso instrumental e cotidiano da língua, tendo em vista a predominância dos meios de comunicação de massa. Apesar disso, permanecia a compreensão da Língua Portuguesa como expressão da cultura brasileira (SOUZA, 2006).

Já os Estudos Sociais integravam a matéria de “Integração Social”, com os conteúdos de História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Ensino Religioso. Os Estudos Sociais como descrito anteriormente visava ao ajustamento crescente do aluno ao meio, enfatizando o Brasil na sua perspectiva de seu desenvolvimento. Como a Lei nº. 5.692/71 integrou os conteúdos de História e Geografia aos Estudos Sociais, esses dois conteúdos destinavam-se à compreensão do país no período, de forma que o ensino de ambos deveria iniciar-se pelo “estudo do meio”, particularmente pelo Brasil e por seu desenvolvimento (SOUZA, 2006).

E, por fim, as Ciências integravam a matéria de “Iniciação às Ciências” juntamente com os conteúdos de Matemática, Ciências e Programas de Saúde que, conforme mencionado, deveriam contribuir com o desenvolvimento do pensamento lógico e com a vivência do método científico, “[...] tinham por função tornar o educando capaz de explicar o meio próximo e remoto, por meio do desenvolvimento do espírito de investigação, invenção e iniciativa” (SOUZA, 2006, p. 271).

Os objetivos e a amplitude dessas matérias de núcleo comum da formação dos alunos de 1º grau ainda eram complementados pela educação moral e cívica, física e estética. A esse respeito Souza (2006) esclarece que a,

[...] manutenção do ensino religioso atendia aos vínculos do poder público com a Igreja. Programas de Saúde substituíam as preocupações antigas com a higiene com o corpo. As disciplinas Educação Moral e Cívica e Educação merecem destaque pelas finalidades políticas desempenhadas por elas nas escolas (SOUZA, 2006, p. 288).

De um modo geral, podemos analisar que a formação dos alunos de 1º grau, ancorada nos saberes de referência nacional, traduzidos em núcleo comum, envolvendo o ensino de língua vernácula, das ciências físicas, naturais e sociais da educação moral e cívica, segundo Souza (2005), acabava por atender à formação para a cidadania, um dos objetivos da educação segundo a Lei nº. 5.692/71. Contudo, essa organização em núcleo comum, prescrita pela Lei nº. 5.692/71, no currículo acabava reforçando “[...] as tendências de simplificações do currículo da escolarização básica circunscrevendo-o ao mínimo necessário para o indivíduo adaptar-se às exigências da sociedade urbano-industrial e tecnológica” (SOUZA, 2006, p. 271).

Diante dos objetivos e da amplitude das matérias desse núcleo e, ainda, do tratamento metodológico a ser dado às matérias desse núcleo de acordo com o desenvolvimento da criança e do adolescente, conforme definiu a Lei nº. 5.692/71, como a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro trabalhou as matérias desse núcleo comum? As professoras dessa escola recebiam alguma orientação metodológica para o desenvolvimento de seu trabalho nas salas de aulas de 1ª a 4ª séries? A respeito desses questionamentos, Maria Elena uma das professoras entrevistadas, relatou que “[...] a Secretaria de Educação na época era mais fiscalizadora, de cobrança, do que propriamente um apoio ao corpo docente” (SOTOLANI, Entrevista, 2017). Isso permite supor que se a Secretaria da Educação na época era mais fiscalizadora, certamente, exigia dos professores da rede municipal de Dourados que seguissem os objetivos e a amplitude das matérias do núcleo comum, mesmo não oferecendo um apoio de orientação metodológica para o trabalho com as matérias que compunham esse núcleo. Essa inferência advém da análise do Quadro 5, o qual aponta que a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, desde a sua abertura, em 1973, organizou a sua estrutura curricular tendo em vista o prescrito pela Lei nº. 5.692/71.

Ainda sobre a atuação da Secretaria de Educação em relação às escolas situadas no meio rural do município de Dourados, como era o caso da escola aqui pesquisada, cabe mencionar os registros de Sireunise Camargo Dorta (2014), em seu livro “História da Educação em Dourados: a criação da Secretaria Municipal de Educação - desafios e avanços na rede municipal de ensino 1977 – 1988. Na obra, a autora relata fatos ocorridos

no período em que exerceu as funções de supervisora na gestão do então Prefeito Municipal Jorge Antonio Salomão, no início da década de 1970 que

[...] Os recursos disponíveis eram precários, limitava-se na orientação dos professores especificamente na data em que os mesmos vinham à zona urbana receber seus proventos, nas visitas realizadas nas escolas, quando havia disponibilidade de veículo, na entrega do parco material e na elaboração de provas finais. Apesar das dificuldades a Prefeitura Municipal em parcerias com o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, Delegacia Regional de Ensino, Campanha Nacional de Alimentação Escolar – CNAE e Acarmat, dentre outros, oferecia cursos sobre a alimentação escolar, treinamento para monitores/alfabetizadores do MOBRAL e nas áreas pedagógicas específicas (DORTA, 2014, p. 23-24).

Entretanto, Dorta (Entrevista, 2019), em entrevista realizada para esta Dissertação, relatou que, no início dos anos de 1980, quando esteve à frente da Secretaria Municipal da Educação de Dourados as

[...] Escolas Rurais eram visitadas pela supervisora periodicamente, dentro de cronograma previamente elaborado. Através das visitas programadas por cronogramas Através de visitas necessárias por eventuais necessidades. (DORTA, Entrevista, 2019).

Durante a entrevista acrescentou ainda que

Na Secretaria de Educação era lotada uma equipe pedagógica que, embora com trabalhos voltados para as Escolas Urbanas e Escolas Rurais, trabalhava conjuntamente. Devido às peculiaridades da zona rural, tais como salas multisseriadas e outras ou quando a necessidade de projetos especiais (DORTA, Entrevista, 2019).

Pelos relatos de Sotolani (Entrevista, 2017) e de Dorta (2014; Entrevista, 2019), podemos inferir que ocorreram mudanças nas orientações dos professores das escolas rurais do município de Dourados, entre as décadas de 1970 e 1980, pois é possível perceber que, nos anos de 1980, os professores dessas escolas passaram a receber visitas supervisionadas, inclusive, com cronograma estabelecido pela Secretaria da Educação e com a lotação de uma equipe pedagógica junto a esse órgão público municipal. Com isso, tornou-se possível até mesmo desenvolver projetos especiais de acordo com as especificidades da escola situada no meio rural. Segundo Dorta (2014, p. 37-38), “[...] Estes projetos especiais nortearam-se na instalação de hortas para a produção de hortaliças para o preparo da merenda escolar, na implantação das APMs (Associação de

Pais e Mestres) e também na realização 109 de atividades culturais e desportivas organizadas pelo Departamento de Assuntos Culturais”.

Mesmo não contando com muitas orientações metodológicas da Secretaria da Educação, em um primeiro momento, as professoras da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, desde 1973, com o início do funcionamento da escola e com base na estrutura curricular prescrita em núcleo comum, de acordo com a Lei nº. 5.692/71, procuraram atender, conforme mostra o Quadro 5, em suas aulas e em salas multisseriadas, aos objetivos e à amplitude das matérias desse núcleo. A contemplação dos objetivos poderia ser observada no ensino ministrado na escola de 1ª a 4ª séries e no conjunto de conteúdos das matérias que formavam a “Comunicação e Expressão”, a “Integração Social” e a “Iniciação às Ciências” (SOTOLANI, Entrevista, 2017, (ESTRUTURA CURRICULAR, SEMED, 1981, p.1.).

Na referida escola, as matérias que formavam o núcleo comum, no caso a “Comunicação e Expressão”, a “Integração Social” e a “Iniciação às Ciências”, eram ministradas pelas professoras de acordo com a carga horária disponibilizada para cada uma dessas matérias por séries. Sendo assim, foi possível observar que a matéria de “Comunicação e Expressão” com os seus conteúdos era a mais trabalhada pelas professoras na escola no ensino de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Certamente, isso ocorria, porque o ensino de Língua Portuguesa constituía um dos conteúdos dessa matéria. Notamos que a matéria de “Iniciação às Ciências” com os seus conteúdos era a segunda mais trabalhada pelas docentes na escola.

De fato, podemos dizer que isso ocorria, sobretudo, pela Matemática integrar essa matéria. Constatamos que, por fim, vinha a matéria de “Integração Social”, constituída pelos conteúdos de História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Ensino Religioso. Embora essa matéria ocupasse um menor número de aulas ministradas pelas professoras da escola, cabe apontar que o número dessas aulas se ampliava nas 3ª e 4ª séries, pois nas 1ª e 2ª séries, a carga horária era bem mais reduzida. Talvez isso pode ser explicado pelo fato de as 1ª e 2ª séries corresponderem ao início do processo de escolarização, fase essa que necessita que o trabalho docente se centre nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, mas, principalmente, no de Língua Portuguesa (ESTRUTURA CURRICULAR, SEMED, 1981, p. 1).

Contudo, cabe indagar como as docentes da Escola Antonio João Ribeiro ministravam essas matérias em suas salas de aula. As professoras entrevistadas pouco narraram em seus relatos sobre como ministravam as matérias em suas aulas. Entretanto,

em suas memórias a característica recorrente foi a divisão da sala de aula em fileiras por nível de escolarização, pois as escolas rurais, diferentemente, das escolas urbanas foram fortemente marcadas pela multisseriação dos alunos. Sobre o assunto, uma das professoras entrevistadas revelou que na época em que lecionou na escola rural pesquisada,

[...] sempre trabalhei com as salas multisseriadas de 3ª e 4ª séries. O quadro era dividido ao meio, metade para a 3ª série e a outra metade para a 4ª série. Os alunos mais espertinhos que estavam na 3ª série já ficavam de olho no que eu estava ensinando para a 4ª série, quando eles chegavam a esta série no ano seguinte já estavam familiarizados com os conteúdos (SOTOLANI, Entrevista, 2017).

Esse relato deixa evidente que a organização dos alunos em séries na referida escola acabava por determinar a forma como as professoras desenvolviam suas práticas educativas em sala de aula. Assim, separados por séries, as professoras conseguiam ministrar os conteúdos das matérias que integravam a estrutura curricular de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Vale destacar que, as salas multisseriadas fizeram parte da educação primária de quase todas as escolas localizadas na área rural dos distritos de Dourados.

Embora tenha aparecido pouco nas narrativas das professoras a forma como ministravam os conteúdos em suas aulas nas matérias, a professora Maria Elena, ao continuar narrando sobre suas práticas educativas em sala de aula, mencionou que, desenvolvia os conteúdos das matérias por meio de “[...] as aulas expositivas, exercícios de fixação, jogos, debates, leituras, trabalhos e tarefas de casa” (SOTOLANI, Entrevista, 2017).

A partir desse relato, podemos notar que a professora em suas aulas se baseava, principalmente, em um “ensino tradicional”, utilizando-se de muitas aulas expositivas para expor os conteúdos das matérias, enfatizando o uso de exercícios de fixação, o que acabava por valorizar muito a repetição e a memorização do conteúdo ministrado em sala de aula, na forma de exercícios realizados tanto na própria sala de aula quanto na tarefa de casa. No entanto, percebemos que, ao mesmo tempo, em seu fazer em sala de aula era direcionado pelo “ensino tradicional”, há a presença de práticas em seu cotidiano, reveladoras de indícios de que o ensino era mais inovador, pois a professora relata o uso de jogos e debates. Logo é oportuno esclarecer aqui que o uso de jogos valorizava o trabalho em grupo, e a utilização dos debates acabava por desafiar os alunos e estimulava

a sua reflexão. E essas práticas não faziam parte de um “ensino tradicional”, mas sim de um ensino em moldes mais inovadores.

Antes de finalizar esta seção, importa destacarmos que, apesar de não estar presente na configuração da estrutura curricular da Escola de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, a horta escolar era uma prática bem trabalhada pelas professoras juntamente com os seus alunos. Além disso, foi bem valorizada nos anos de 1980 pela SEMED, durante a gestão da Secretária Municipal Sereunise Camargo Dorta. A esse respeito, o ex-aluno Claudio Minoru Kushida lembrou que “[...] na escola tínhamos uma horta no fundo da escola, lá os alunos junto com as professoras mexiam na terra, neste espaço eram cultivados algumas verduras e legumes” (MINORU KUSHIDA, Entrevista, 2017). Cabe registrarmos aqui que as verduras e os legumes produzidos nessa horta escolar “[...] eram utilizados para fazer a merenda escolar que era servida aos alunos”, conforme relato da professora Maria Elena (SOTOLANI, Entrevista, 2017).

Desse modo, a horta escolar não servia apenas como uma prática educativa, mas também como alimento para as crianças na hora da merenda. Ademais, era também uma forma de os alunos interagirem com o manuseio da terra, pois sendo crianças pertencentes à área rural estavam habituados à lida no campo, já que os pais eram pequenos proprietários de lavouras ou funcionários nas terras dos entornos da escola

Em linhas gerais, segundo Sotolani (2017) e Torquette (2018) pode-se observar que, diante da estrutura curricular prescrita para ser executada na escola, nenhuma das matérias e nenhum dos seus respectivos conteúdos se aproximavam do universo do meio rural como a prática da horta escolar. Essa prática, de acordo com a seção especial do currículo do ensino de 1º grau, estabelecida em 1975, pelo Conselho Federal de Educação (SOUZA, 2006), poderia ter sido uma matéria ligada à área da Economia Primária, conforme explicado por Brito (1975) no início deste capítulo, compondo a parte diversificada da estrutura curricular prescrita pela Lei nº. 5.692/71. Observamos que a falta da formalização da prática da horta escolar na estrutura curricular da Escola Antonio João Ribeiro ocorreu em decorrência da ausência de orientação das professoras sobre o assunto, uma vez que elas desenvolveram a prática, mas não a formalizaram enquanto uma matéria. E, nesse caso, esse seria um conteúdo que tinha uma total relação com o ensino no meio rural, onde a escola se situava.

3.2 - Os materiais didáticos e os equipamentos utilizados na escola

A Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi uma instituição de ensino que, desde o início do seu funcionamento, não contou com muitos materiais didáticos e equipamentos. Mesmo tendo iniciado suas atividades no início da década de 1970, ainda nos anos de 1980, as poucas salas de aulas existentes na escola contavam apenas com um quadro negro, carteiras para os alunos, mesa com duas gavetas para o professor, uma cadeira para o uso do docente, armários de madeiras com duas portas para o professor guardar seus materiais e de seus alunos (LISTA DE MATERIAL DIDÁTICO E EQUIPAMENTOS, SEMED, 1988, p.1).

A entrevista da professora Maria Elena (Entrevista, 2017), que atuou nessa escola entre os anos de 1984 e 1988, confirma que os materiais e os equipamentos eram escassos na escola. A esse respeito relatou que “[...] como recurso, tinha só o quadro negro e livros didáticos. Para reproduzir, tínhamos um mimeógrafo. A prefeitura distribuía livros para os alunos e também eram distribuídos livros literários da *Ciranda do Livro*”.

Já o relato da professora Irene Clára, que atuou na referida escola no período de 1982 a 2005, acrescentou que

Os instrumentos de trabalho eram muito ‘pobres’, com apenas quadro, giz, assim, tínhamos que confeccionar materiais didáticos com sucata. Alguns livros que tínhamos para o uso na escola, não tinham nada a ver com a realidade do aluno, por exemplo: o aluno morava na área rural e os livros didáticos traziam somente conteúdos da área urbana (TORQUETTE, Entrevista, 2018).

A lista de materiais didáticos e equipamentos da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro e os trechos das entrevistas demonstram que os materiais distribuídos para a escola não se restringiam ao mobiliário e aos equipamentos, incluíam os materiais didáticos, como, por exemplo, as cartilhas, os livros didáticos e as coleções de livros de literatura.

Na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, um material didático bastante usado pelas docentes em suas aulas, sobretudo, na 1ª e 2ª séries nos anos de 1970 e 1980, e muito lembrado nas entrevistas pelas professoras, era a cartilha “Caminho Suave”. Essa Cartilha foi elaborada por Branca Alves de Lima e publicada pela primeira vez em 1948, sendo editada até os dias atuais. Peres, Vahl e Thie (2016, p. 344) explicam que a,

[...] cartilha Caminho Suave, segundo revelam os dados, foi elaborada com base na experiência de Branca Alves de Lima em escolas do interior paulista. Branca afirmou ao jornal Folha de S. Paulo que a cartilha nasceu do trabalho nas salas de aula, tentando superar as dificuldades do aprendizado, procurando nas ilustrações alguma semelhança com o fonema usado. O argumento de que a cartilha ‘nasceu’ da prática, do trabalho em sala de aula e da experiência da autora é recorrente nas reportagens pesquisadas.

Há que considerar que essa cartilha, surgida da experiência prática de Branca Alves de Lima em escolas do interior paulista no final da década de 1940, marcou a história da alfabetização brasileira, influenciando gerações de professores e de alunos, e foi considerada “[...] a cartilha de maior sucesso editorial no que tange à venda de livros para o ensino da leitura e da escrita no Brasil” (PERES; VAHL; THIE, 2016, p. 338).

Certamente, o uso da cartilha “Caminho Suave”, nos anos de 1970 e 1980, pelas professoras da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, pode ser compreendido pelas explicações de Peres, Vahl e Thie (2016), pois os autores mostram que o período mais significativo de publicação da cartilha “Caminho Suave” foi entre os anos de 1964 e 1985. No entanto, foi uma época marcada pelo regime político da ditadura militar, no qual ocorria muitas censuras por parte do governo militar à imprensa. “[...] Para o mercado editorial didático, foi um momento de expansão nas vendas, com o estabelecimento das primeiras tentativas de fôlego em nível federal de compra e distribuição de livros para alunos de escolas públicas” (PERES; VAHL; THIE, 2016, p. 342). A Figura 9 apresenta uma imagem da cartilha “Caminho Suave” publicada no ano de 1970 e que foi utilizada pelas professoras da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, na 1ª e 2ª séries.

Figura 9 – Capa da Cartilha “Caminho Suave” em 1970.



Fonte: Disponível em:< <http://www.periodicos.uem.br>>.

Convém salientarmos aqui que, mesmo com as diretrizes correspondentes à Lei nº. 5.692/71, títulos, como a Cartilha “Caminho Suave”, fizeram-se presentes no cotidiano da sala de aula, em instituições, como a escola aqui pesquisada. Esse tipo de material didático instrumentalizou o trabalho do professor enquanto recurso metodológico no processo de ensino aprendizagem. Isso permite compreender que, embora se tenha disseminado, durante as décadas de 60 e 70, do século XX, os ideais referentes a uma pedagogia moderna, um ensino inovador, percebemos que práticas de alguns professores em sala de aula permaneciam inalteradas. Sobre o assunto Mortatti (2000) registra que, mesmo com a ampliação do mercado editorial com extensiva e intensiva publicação de cartilhas, livros de leitura graduada, manuais de ensino, guias do mestre, e também com o início de uma produção acadêmica sobre o tema, devido à criação e implantação dos programas de pós-graduação em Educação, que se estende até o final da década de 1970, a circulação da cartilha Caminho Suave e de toda a série didática extrapolou esse período, atingindo também o “quarto momento”, no qual a “revolução conceitual” proposta por Emília Ferreiro e seus colaboradores, de base psicológica

cognitiva, que em circulação no Brasil a partir da década de 1980, opunha-se aos “tradicionais” métodos, sobretudo, o método misto, haja vista que buscava compreender o processo evolutivo da aquisição da escrita pela criança.

No entendimento de Gibello (2010), a incidência do recurso à cartilha “Caminho Suave” exatamente nas escolas mais carentes pode constituir um indicador importante para se ponderar algumas hipóteses acerca do êxito da mesma cartilha.

Será que ‘Caminho Suave’ dava certo e por isso era usada nas escolas com população e condições menos favoráveis? Ou será exatamente o contrário? De qualquer modo, é possível destacar que a escolha por essas cartilhas nos indica algumas prioridades relativamente às concepções e escolhas metodológicas do corpo docente, mas muito provavelmente também do corpo diretivo da escola, além de identificarmos um período longo sem grandes mudanças no processo de ensino-aprendizagem, observado pelas escolhas das cartilhas de alfabetização que permanecem as mesmas (GIBELLO, 2010, p. 169).

Há indícios de que a incidência da Cartilha “Caminho Suave” na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, nas décadas de 1970 e 1980, fez-se por essa ser uma escola carente, pois observamos que, tanto na Lista de Materiais Didáticos e Equipamentos da Escola quanto nas entrevistas das antigas professoras, esse estabelecimento contava com poucos materiais didáticos e equipamentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Dourados. Desse modo, a situação dessa escola em relação ao uso da Cartilha “Caminho Suave” permite responder a indagações de Gibello (2010) sobre o fato de essa cartilha ser usada com a população de condições menos favoráveis, além disso apontamos a sua afirmação de que vivenciamos um longo período sem mudanças no processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, no final da década de 1970, mais precisamente a partir de 1977, durante a gestão da professora Lori Alice Gressler, na Secretaria de Educação do Município de Dourados, ocorreram importantes avanços, os quais acabaram por influenciar, inclusive, na produção e circulação de livros didáticos nas escolas da rede municipal de Dourados. A esse respeito, Dorta (2014, p. 25) registrou que foi nessa época que

[...] uma equipe pedagógica formada quase que exclusivamente por profissionais oriundos do Centro Universitário de Dourados (CEUD) foram fundamentais para que o ensino na rede municipal de ensino do município de Dourados evoluísse e novas diretrizes fossem implantadas. Livros específicos para auxiliarem no processo de ensino-aprendizagem, como: ‘O Município de Dourados’ – Estudos Sociais

(1979) e o Estado de Mato Grosso do Sul – Estudos Sociais (1 ed. 1979 e a 2 ed. 1980) foram editados e a fundação da Administração Local da CNEC – Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Foi nesse cenário, que escolas pertencentes à rede municipal de Dourados, como a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, passaram a adquirir livros didáticos para serem usados na matéria de Integração Social, mais precisamente, nos conteúdos de Estudos Sociais, no ensino de 1ª a 4ª séries, no caso, o livro O Município de Dourados – Estudos Sociais (1979) e o livro Estado de Mato Grosso do Sul – Estudos Sociais (1ª ed. 1979 e a 2ª ed. 1980), conforme menciona Dorta (2014).

Isso nos leva a inferir que a produção desses livros, principalmente, a do livro sobre o estado de Mato Grosso do Sul, pela Secretaria de Educação do município de Dourados, estava relacionada ao fato de esse Estado ter sido criado no final dos anos de 1970. esclarecermos que o atual estado de Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar nº. 31, de 11 de outubro de 1977, por desmembramento do antigo Mato Grosso, e implantado em 1º de janeiro de 1979 (GREESLER; SWENSSON, 1988).

De todo modo, isso nos permite deduzir que esses livros didáticos, sobretudo, o livro referente ao estado de Mato Grosso do Sul, se tornavam necessários no período, para serem utilizados nas salas de aulas das escolas do município de Dourados.

De qualquer maneira, não podemos deixar de relatar que “[...] os livros didáticos eram distribuídos para os alunos da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro” (SOTOLANI, Entrevista, 2017). Assim, os alunos dessa escola receberam tanto os livros O Município de Dourados – Estudos Sociais (1979) e o Estado de Mato Grosso do Sul – Estudos Sociais (1ª ed. 1979 e a 2ª ed. 1980), quanto outros. Entretanto, uma das professoras entrevistadas afirmou que “[...] haviam livros distribuídos na escola, que não tinham nada a ver com a realidade do aluno, por exemplo: o aluno morava na área rural e os livros didáticos traziam somente conteúdos da área urbana” (TORQUETTE, Entrevista, 2018). De fato, essa era uma realidade enfrentada pelos professores das escolas rurais em todo o Brasil, e não somente pelos da escola pesquisada, pois o mercado editorial, ainda nesse período, pouco se preocupava em produzir livros voltados especificamente para o ensino no meio rural.

Outro material didático merecedor de destaque, utilizado nessa escola e, também, distribuído pela Prefeitura Municipal de Dourados, foi a Coleção Ciranda de livros, conforme registrado na Lista de Materiais Didáticos e Equipamentos da referida escola

municipal (1988) e mencionado nas entrevistas das antigas professoras (SOTOLANI, Entrevista, 2017; TORQUETTE, Entrevista, 2018).

É oportuno esclarecer que, na década de 1980, a Fundação Nacional do Livro em parceria com a iniciativa privada patrocinou projetos de incentivo à leitura. O objetivo dos projetos consistia em melhorar o acervo de livros de literatura infanto-juvenil das escolas públicas e oportunizar aos alunos o acesso ao livro. Foi, assim, que no período de 1982 a 1985, com o apoio da Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil (FNLIJ), desenvolveu-se o projeto Ciranda de Livros, patrocinado pela Hoeschst do Brasil, pela Fundação Roberto Marinho e pela Fundação Nacional do Livro¹⁹. A apresentação da Campanha Ciranda do Livro enfatizava a ideia da leitura como salvação e condução, até mesmo, para a felicidade das crianças brasileiras (MARCELINO, 2003).

O projeto “Ciranda do Livro” consistiu na distribuição anual de quinze livros de literatura infantil e juvenil, selecionados pela Fundação, para as escolas rurais e de periferia urbana durante quatro anos, de 1982 a 1985. O projeto levou um conjunto de 60 livros de diferentes autores, ilustradores e editoras para 35 mil escolas de todo o Brasil, e distribuiu livros em 30 mil escolas da rede pública de ensino de todo o país. Essas escolas foram selecionadas pelas Secretarias de Educação e Cultura (MARCELINO, 2003). Para tanto, foram observadas com cuidado a adequação às faixas de idade, já que a Ciranda do Livro se destinava basicamente a escolas de 1º grau. Para a doação inicial, foram selecionadas as escolas mais carentes de recursos e foram privilegiadas as primeiras séries, já que a grande maioria das escolas rurais só possuía as quatro séries iniciais²⁰.

Após quatro anos, cada escola selecionada incorporou ao seu acervo cerca de 60 títulos, possibilitando que, ao todo, 4 milhões de alunos tivessem acesso ao livro. O objetivo principal dessa iniciativa foi levar às escolas mais carentes, que ofertavam o Ensino de 1º grau, livros de literatura infantil e juvenil de qualidade. Desse modo, esse projeto foi pioneiro na distribuição de livros em escolas carentes e na zona rural de todo o país.

Nesse cenário, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi uma das contempladas com o projeto Ciranda do Livro. Certamente, a doação ocorreu pela escola ser um estabelecimento de ensino carente, afinal ela contava com poucos

¹⁹ Fonte: FNDE – site: www.fnde.gov.br

²⁰ FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. Guia de Leitura nº 1, Ciranda de Livros, s/d, p. 8.

materiais didáticos e, também, estava situada no meio rural do município de Dourados. Nessa escola, a Ciranda do Livro funcionou nas salas de aulas multisseriadas, sob a supervisão das professoras. Os alunos tinham livre acesso às obras e o professor tinha um papel de incentivador da leitura. Em realidade, tornou-se uma biblioteca de classe.

Além de contar com poucos materiais didáticos, a escola também possuía poucos equipamentos para auxiliar o professor em sala de aula. No caso pesquisado, a escola contava, entre as décadas de 1970 e 1980, com um mimeógrafo, conforme foi lembrado em entrevista por Sotolani (Entrevista, 2017). Esse mimeógrafo era um instrumento utilizado pelas professoras para fazer cópias de atividades e, principalmente, de avaliações mensais e bimestrais. A Figura 10 apresenta a imagem de um mimeógrafo utilizado nos anos de 1970 e 1980, nas escolas brasileiras.

Figura 10 – Mimeógrafo.



Fonte: Disponível em: <
<https://www.google.com.br/search?q=foto+de+um+mimeografo+da+década+de+1970+e+1980&tbm>>.

Os mimeógrafos fizeram parte do cotidiano escolar para uso dos professores, sobretudo, nas décadas de 1970 e meados de 1980. No entanto, nas escolas mais carentes, como era o caso da escola pesquisada, eles foram utilizados até os anos de 1990.

Como a escola era muito carente de equipamentos, conforme lembrou uma das professoras entrevistadas, era necessário “confeccionar materiais didáticos de sucata” (TORQUETTE, Entrevista, 2018).

Assim, as professoras dessa escola trabalhavam utilizando os poucos materiais didáticos que chegavam até a instituição, usando, principalmente, giz e lousa em suas aulas nas salas multisseriadas, utilizando em algumas atividades escolares o único mimeógrafo existente na instituição e tendo que inovar as suas atividades confeccionando materiais didáticos feitos com sucata. Apoiando-nos no conceito de representação de Chartier (2002), podemos dizer que as professoras dessa escola pensaram e construíram o seu fazer cotidiano em sala de aula, de acordo com a realidade social na qual estavam inseridas nesse lugar pertencente ao meio rural do distrito de Indápolis.

3.3 Atividades Cívicas e Comemorativas

Em 1973, período esse em que a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi criada no distrito de Indápolis, “[...] o cultivo dos valores cívicos-patrióticos foram reforçados, em consonância com a ideologia do regime militar tanto nas escolas públicas quanto nas privadas na década de 1970” (SOUZA, 2006, p. 182).

As atividades cívicas e comemorativas eram, na maioria das vezes, designadas por órgãos externos e superiores às instituições escolares, no caso, da escola Antonio João Ribeiro, estas eram designadas pela Secretaria de Educação do Município de Dourados. O Calendário Escolar indicava a datas a serem comemoradas, dentre as quais destacam-se: 21 de Abril – Tiradentes; 1º de Maio – Dia do Trabalho; 7 de Setembro – Independência do Brasil e 15 de Novembro – Proclamação da República. A Figura 11 apresenta o Calendário Escolar dessa instituição no ano de 1983, aprovado pela Secretaria Municipal da Educação de Dourados.

Figura 11 - Calendário escolar de 1983.

<u>DESENVOLVIMENTO DO CALENDÁRIO ESCOLAR - ANO LETIVO 1.984.</u>	
<u>JANEIRO</u>	
1º - Feriado - Dia Mundial da Paz	
1º à 24 - Férias Docentes e Discentes	
25 à 31 - Período de Matrícula	
25 - Início de Atividades Docentes	
<u>FEBREIRO</u>	
1º à 04 - Planejamento	
06 - Início do ano letivo Docente e Discente	
06 - Início do 1º Bimestre	
18 dias letivos.	
<u>MARÇO</u>	
05 - Ponte	
06 - Feriado Carnaval	
20 - dias letivos	
<u>ABRIL</u>	
19 - Comemoração - Tiradentes, Índio, Descobrimto do Brasil e Páscoa.	
20 - Festa do Senhor	
21 - Tiradentes - Feriado Letivo	
30 - Apresentação do resultado da Avaliação para os alunos	
30 - Término do 1º bimestre	
20 - dias letivos.	
<u>MAIO</u>	
1º - Dia do Trabalho - Feriado	
02 - Início do 2º bimestre	
07 - Entrega de canhoto na SEMED	
11 - Comemoração - Dia das Mães	
21 - dias letivos	
<u>JUNHO</u>	
21 - Corpus Christi - Feriado	
22 - Ponte	
<u>JULHO</u>	
02 - Entrega de canhoto na SEMED	
03 à 17 - Férias Docentes e Discentes	
18 - Planejamento	
19 - Início do período letivo (2º semestre)	
19 - Início do 3º bimestre	
09 dias letivos.	
<u>AGOSTO</u>	
10 - Comemoração dos Dia dos Pais	
23 - dias letivos	
<u>SETEMBRO</u>	
07 - Independência do Brasil - Feriado Letivo	
21 - Comemoração - Dia da árvore - semana da alimentação	
28 - Término do 3º bimestre	
20 - dias letivos	
<u>OUTUBRO</u>	
1º - Início do 4º bimestre	
02 - Apresentação do resultado da avaliação para os alunos	
04 - Entrega de canhoto na SEMED	
10 - Comemoração do Dia da Criança e Professor	
11 - Dia da divisão territorial - Feriado	
12 - Dia Internacional da Criança e dia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida - Feriado	
15 - Dia do Professor	
28 - Dia do funcionário Público - Feriado	
19 - dias letivos.	
<u>NOVEMBRO</u>	
02 - Dia de Finados - Feriado	
15 - Proclamação da República - Feriado Letivo	
20 - Término do 4º bimestre	
21 - Apresentação de resultado da avaliação para os alunos	
<u>DEZEMBRO</u>	
1º à 18 - Recuperação Final - incluindo sábados	
08 - Dia de Nossa Senhora Imaculada Conceição Padroeira de Dourados - Feriado	
18 - Término do período de Recuperação Final	
19 - Apresentação do Resultado de avaliação para os alunos	
20 - Aniversário da Cidade de Dourados - Feriado	
21 - Entrega de canhoto na Semec	
25 - Natal - Nascimento de Cristo	
26 à 31 - Férias discentes e docentes	
TOTAIS	
98 dias letivos no 1º Semestre	
84 dias letivos no 2º Semestre	
182 dias letivos (Total anual)	
20 dias de Recuperação Final.	



Aprovado
em 7 de dezembro de 1983
Doutor
Eduardo Camargo Neto
Secretário Municipal de Educação e Cultura

O Calendário Escolar e as entrevistas com as antigas professoras da escola municipal levam-nos a supor que as datas comemorativas cívicas eram muito valorizadas, pois mobilizavam bastante a atenção das professoras e o melhor entendimento possível no momento do trabalho desenvolvido com os alunos. A esse respeito, nessa escola, eram dados destaque e atenção à valorização dispensada às datas relativas às comemorações pátrias, como o 7 de Setembro – Independência do Brasil, e o 15 de Novembro – Proclamação da República.

Por outro lado, o ensino da Moral e Cívica envolvia toda a escola e a comunidade, através da atuação dos pais, funcionários e professores. “A realização de eventos cívicos, como desfiles e comemorações relacionadas a datas e “heróis” nacionais, fazia parte das atividades não só de disciplinas escolares, como a História, Geografia e Estudos Sociais, mas também a Matemática, Gramática e Ciências” (CARVALHO; FERREIRA, 2016, p. 106).

Para ilustrar a valorização dada por essa escola situada no meio rural do distrito de Indápolis, é abordada aqui uma atividade cívica ocorrida em 1978, que contou com a participação dos estabelecimentos escolares situados na localidade, entre elas, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro. A Fotografia 4 é representativa da participação dos alunos dessa escola em um desfile cívico realizado no distrito de Indápolis, em 7 de setembro de 1978, em comemoração da Independência do Brasil.

Fotografia 4 – Desfile de 7 de setembro da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em 1978.



Fonte: Acervo pessoal (SOTOLANI, 2017).

Essa imagem permite observar os alunos e as alunas desfilando no dia 7 de setembro de 1978, em comemoração a Independência do Brasil. O tradicional desfile se realizava nas ruas ainda de terra do distrito de Indápolis, situação que era bem comum naquela época nos distritos pertencentes ao município de Dourados. É possível perceber a presença de 3 alunas, uma delas é a professora Maria Elena, caracterizadas de tenistas, usando camisetas e meias brancas, com shorts vermelhos, calçando tênis escuros nos pés e segurando raquetes na mão direita. Ao lado de uma das alunas vestida de tenista encontra-se um homem, o qual é pai de uma delas, um lavrador com descendência portuguesa que chegou nesse distrito na década de 1960 e passou a residir em áreas próximas onde foi construída a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro. Logo atrás, é possível verificarmos os alunos trajando camisa branca e calça de brim azul escuro com boca de sino, como era o costume da época, e calçando sapatos escuros. Na mão direita, os alunos seguram cata-ventos na cor verde e amarelo. Esse tradicional desfile contava com a participação da escola aqui pesquisada e, também, com a de outras escolas pertencentes a esse distrito.

A parceria da família nas atividades da escola, muito referenciado nos relatos das professoras entrevistadas, fica evidenciada na imagem deste desfile, com a presença do pai acompanhando o cortejo que a filha fazia representando a escola no dia 7 de setembro de 1978, pelas ruas ainda não asfaltadas do distrito de Indápolis.

Essa circunstância deixa bem evidente, como aponta Chartier (2002, p.16), “[...] o modo como em diferentes lugares e momentos de determinada realidade social é construída, pensada [...]”, pois, os relatos das professoras dessa escola permitiram-nos verificar que essa instituição de ensino nessa realidade social, na qual estava inserida, conseguiu construir uma boa relação entre escola e família, onde a participação dos familiares dos alunos se fazia de forma ativa e muito presente nas atividades do cotidiano escolar.

Nesse desfile, os alunos e as alunas sentiam-se importantes, usavam, na maioria das vezes, as suas melhores roupas e sapatos e até mesmo os uniformes, pois o desfile acabava dando prestígio e visibilidade para as escolas. Apesar de essa comemoração dispensar por parte dos professores da escola grande empenho e esforço a fim de que a festividade correspondesse à grandeza da data, o desfile do dia 7 de setembro era sempre muito aguardado pelos alunos e alunas da escola pesquisada e, também, pelos pais, uma vez que era o momento oportuno de poder ver o desenvolvimento e a participação da instituição educacional em eventos públicos. Os desfiles cívicos foram enaltecidos e

incentivados pelos poderes públicos, tornando-se espetáculos públicos de grande visibilidade social.

É oportuno lembrarmos aqui que, em 1978, o Brasil ainda vivia sob o regime militar. Ao mesmo tempo em que se obscurecia a democracia no país, a escola intensificava seu discurso sobre a pátria, sobre o civismo e sobre a cidadania com esses desfiles cívicos. A respeito desses rituais escolares, Souza (2006) aponta que nesses,

[...] rituais a escola celebrava a pátria e as virtudes morais. Nos hinos e canções entoados pelo orfeão infantil, nos poemas, nos jograis, nas dramatizações, nas palestras pronunciadas pelos professores e diretores, em tudo ela irradiava a sua ação educativa, ao mesmo tempo em que reafirmava publicamente a gramática básica da escola, de que nos fala Tyack e Cuban (1996), reforçando o próprio sentido cultural da escola e seu modo particular de ordenação das pessoas, do tempo, do espaço, dos saberes (SOUZA, 2006, p. 272).

Diante disso, podemos comentar que as comemorações de datas comemorativas relativas à pátria se tornaram, dentre as práticas escolares, grande instrumento de veiculação de valores, hábitos e costumes.

Importa destacarmos também o envolvimento da escola pesquisada com outras atividades comemorativas que ocorriam na instituição. Uma das atividades mais apreciadas pelos alunos eram as festividades relacionadas à Semana da Criança, em comemoração ao Dia das Crianças, pois as professoras preparavam com muito carinho esta data, para que os alunos pudessem desfrutar da melhor forma possível, mesmo com a simplicidade que a época oportunizava. O evento fazia parte do calendário escolar da instituição e era um momento muito especial para todos na escola, especialmente, para os alunos.

A Fotografia 5 mostra um retrato da Comemoração do Dia das Crianças, preparado pelas professoras Irene Clára e Maria Elena, em 1984, na escola. Durante a entrevista Torquette (2018), deixou bem claro que ambas as professoras eram muito ligadas e procuravam realizar as atividades juntas, quer fossem referentes aos conteúdos ou que fossem ligadas à parte cultural do calendário escolar “sempre achei muito oportuno a parceria e a troca de experiência com a minha colega de profissão” (TORQUETTE, 2018).

Magalhães, (2004, p.54) destaca acerca da socialização entre os diversos sujeitos de uma sociedade ou instituição permeando que “A educação é um constructo pessoal, fruto de uma relação institucional e social (grupal, por participação dos sujeitos. No plano pedagógico, a relação entre sujeito e a instituição é de natureza instituinte.” Desta forma

o trabalho interativo e parceiro das duas professoras pode ser visto como um elo de aprendizado, tanto afetivo, mas também com a troca de saberes e a construção de novos conhecimentos.

Fotografia 5 - Foto do Dia das Crianças na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em 1984.



Fonte: Acervo pessoal (TORQUETTE, 2018).

A imagem, a qual registra a comemoração ao Dia das Crianças, permite entrever a presença dos alunos da escola, juntamente com as professoras Irene Clára e Maria Elena, em 1984, que aparecessem assinaladas nessa fotografia. Entre as duas professoras é possível ainda observar a presença do vereador Mariano Candido de Arruda, do município de Dourados, na década de 1980. Ao ser indagada durante os seus relatos sobre a presença política do vereador na escola durante o evento para as crianças, a professora Irene Clára declarou que “[...] o vereador Mariano estudou na instituição quando era criança e que sempre que convidado marcava presença nas atividades culturais da escola” (TORQUETTE, Entrevista, 2018), isso evidencia uma ligação política do funcionário público com a instituição escolar.

Também é possível observar a presença dos alunos das professoras ao redor, apesar da Fotografia 5 não estar com perfeita nitidez, percebe-se a presença somente dos meninos na imagem ao redor das professoras e do vereador. Não tivemos nenhum

esclarecimento por parte da depoente Torquette (2018) que nos forneceu o material iconográfico, acerca da ausência das meninas na Fotografia 5.

Os desfiles cívicos e as festas organizadas pela Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro constituem-se em rituais escolares extremamente importantes para compreendermos as relações que a escola estabelece com a comunidade em seu entorno. Essa relação possibilita compreendermos, principalmente, o entendimento e o diálogo estabelecido entre a instituição escolar e a sociedade em geral, à medida que tais rituais e práticas são frutos de uma cultura própria da escola, mas que se relacionam intrinsecamente a aspectos externos a ela. Desse modo, esses rituais escolares por meio de suas ações têm contribuído para compor e entender o cotidiano e as práticas escolares desta instituição de ensino. Chartier (2002, p. 177) ressalta como “[...] a representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social. ”

Desta forma, neste capítulo, há indícios de como foi organizado e desenvolvido o ensino na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no período pesquisado. Para tanto, procuramos abordar a estrutura curricular, os programas e as práticas educativas postas em funcionamento nessa instituição de ensino.

Além disso, tratamos dos equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos utilizados pelas professoras em suas salas de aula multisseriadas. E, por fim, discutimos as atividades cívicas e comemorativas dessa instituição retratados nas vozes das professoras, embasados nos dizeres da autora Bosi (2003, p. 15) perfazendo que “[...] A memória oral é um instrumento precioso se desejamos constituir a crônica do cotidiano.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é, sim, um trabalho sobre tempo, mas sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo.

Bosi (2003, p.53)

Ao analisar a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, instalada no distrito de Indápolis, município de Dourados, na década de 1970, verificamos que a proposta de criar uma instituição de ensino nessa localidade, era antiga e solicitada desde o início de criação da CAND, ainda na década de 1940, conforme assinalou os estudos de Menezes (2012).

Diante disso, foi possível constatarmos que a criação dessa escola no início dos anos de 1970, ocorreu tardiamente, mas mesmo assim em um período em que essa localidade ainda carecia de escolas dessa modalidade, pois as duas instituições existentes estavam situadas na sede do distrito de Indápolis, a 5 Km de distância, sendo, a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Bosco e o Grupo Escolar João José. Certamente, uma distância relativamente grande, uma vez que, não havia meio de transporte para levar as crianças até essas instituições de ensino e todo o percurso teria que ser feito a pé e por meio de estradas de terras.

Contudo, observamos que a instalação dessa escola somente se tornou possível na localidade, a partir da doação de um terreno feito por um pequeno produtor rural de família japonesa, o senhor Yasuhiko Kushida e a senhora Toshiko Kida Kushida. Apesar disso, a construção do prédio escolar foi marcada por certas particularidades nesse cenário rural, uma vez que, a sua construção foi realizada por militares do Exército de Campo Grande, situação que não era incomum na edificação de estabelecimentos escolares no estado de Mato Grosso. Mas, nesse cenário rural pertencente ao Núcleo Colonial de Dourados, certamente, a construção de um prédio escolar por militares ainda era algo novo, mesmo estando sob o regime militar no período e no campo da educação. Esse governo atuava de forma intervencionista, buscando adequar as instituições aos fins do regime político. Desse modo, a construção desse prédio escolar por militares não pode ser entendida como uma situação ocorrida ao acaso, pois está intimamente relacionada ao contexto político da época.

Assim, verificamos que a criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro ocorreu para atender aos filhos dos pequenos proprietários rurais, que haviam doado o terreno para a construção dessa instituição e, aos filhos de trabalhadores da lavoura da localidade e do seu entorno. Além disso, observamos que essa criação, inclusive, teve uma representação importante frente ao processo de escolarização de jovens e adultos, com a implantação, do Curso de Mobral no período noturno.

Ainda percebemos que os descendentes da família Kushida e de outras famílias de imigrantes japoneses, embora em menor número, também compuseram o quadro de alunos dessa escola, pois a presença maior era de filhos de brasileiros. Podemos destacar que a presença de filhos de descendentes japoneses no quadro escolar não influenciou no funcionamento dessa escola, mesmo que a instituição tenha tido o seu terreno doado por uma família de descendentes de imigrantes japoneses e até atendido alunos dessa origem. As práticas e os costumes nipônicos não foram identificados em seu fazer cotidiano.

Em relação às matrículas, observamos que, no período de 1974 a 1980, a escola contou com o maior número de alunos, ultrapassando mais de 100 matriculados por ano. Contudo, depois de 1980, foi possível notarmos que o número de alunos matriculados diminuiu consideravelmente, tendo uma redução de praticamente 75%. Outro aspecto relevante que verificamos com relação aos alunos dessa escola foi que em todo o período pesquisado, o quadro de alunos era constituído quase em sua maioria por meninos, pois dos 1484 alunos matriculados, 787 eram meninos e 697 meninas, praticamente em todos os anos da 1ª a 4ª séries, o percentual de meninos foi maior.

Quanto ao corpo docente, notamos que no início do funcionamento dessa escola, nem todos os professores que compunham o quadro docente eram habilitados para o exercício do magistério de 1ª a 4ª séries. De fato, era muito comum no início dos anos de 1970, em escolas situadas no meio rural do município de Dourados, como era o caso da escola pesquisada, encontrar professores ministrando aulas, na condição de não habilitado. Esses professores atuavam na categoria de professor leigo, pois os docentes habilitados não tinham interesse em trabalhar no meio rural, sobretudo, pelas dificuldades de acesso.

Mesmo que já se encontrassem nessa escola, na década de 1970, professoras formadas no Curso de Magistério ou em fase de formação no mesmo, importa ressaltarmos, que o perfil dos docentes foi alterado, pois localizamos, já no final dos anos de 1980, a presença de professores formados em nível superior, sobretudo, no Curso de Pedagogia e, também, com Cursos de Especializações na área do ensino. Certamente,

foram essas alterações no perfil dos professores que refletiram nas diferenças salariais que ocorriam na escola.

A análise da organização do ensino na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no período de 1974 a 1988, permitiu compreendermos que o ensino, desde o início na instituição, mesmo antes da validação de seus estudos, procurou seguir as prescrições da Lei nº. 5.692/71, bem como de suas regulamentações no ensino de Mato Grosso, em sua estrutura curricular, programas de ensino e práticas educativas.

Embora houvesse essas prescrições, verificamos que nas salas multisseriadas, como funcionava na referida escola, uma situação bem comum nas instituições de ensino situadas no meio rural era a falta de equipamentos e materiais didático-pedagógicos. Neste contexto, o recurso didático bastante comum no período era a Cartilha “Caminho Suave”. Contudo, podemos concluir que, mesmo nessas condições precárias de trabalho, essa escola contribuiu para o processo de escolarização da localidade situada no meio rural, do atual estado de Mato Grosso do Sul (antigo sul de Mato Grosso).

Como pontuamos, nesta Dissertação, sobretudo, no terceiro capítulo, a escassez de alguns documentos no acervo da SEMED ocasionou alguns limites a este trabalho, principalmente, nas discussões em torno da organização do ensino nessa escola. Mesmo assim, pudemos avançar na escrita desta pesquisa sobre a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.

E, por fim, ao analisarmos a história dessa escola esperamos ter contribuído para ampliar os conhecimentos sobre a história das instituições escolares situadas no meio rural, no Brasil e, mais precisamente, no Mato Grosso do Sul, pois reconhecemos a importância dessa temática para a História e Historiografia da Educação brasileira, uma vez que pesquisas em torno dessa temática têm se intensificado na última década no país, no entanto continua sendo um campo de estudo aberto a novas investigações.

Finalizamos esta pesquisa parafraseando os dizeres de Bosi (2003, p.16), arguindo que “[...] feliz é o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidade de uma época”, assim, esperamos que esta Dissertação abra caminhos para outras pesquisas desta mesma natureza, pois desejamos que outros trabalhos acadêmicos possam vir a somar a este, de maneira a ampliar as investigações sobre as escolas rurais que foram instaladas nas áreas de colonização recente do sul de Mato Grosso, em distritos, vilas, sítios, fazendas, com estudo sobre a história dessas instituições escolares, história dos professores e alunos, entre outros objetos que a temática suscitar.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ARAKAKI, Suzana. **Dourados: memórias e representações de 1964**. Dourados: Editora UEMS, 2008.

ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952): uma abordagem comparada**. 2013. 238 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013.

_____. **Educação Rural em Perspectiva Histórica**. Disponível em: <<http://http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/educacao-atual/>, Ano 4, v. 4, n. 2, p.1-21, Mar-Jul. 2018>. Acesso em: 01 de out.2018.

BASTOS, Maria Helena Câmara. “Prefácio: A educação rural e a formação dos professores”. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. (Org.). **Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

BECK, Kátia Maria Kunntz. **Vivências e memórias: a cultura da Escola Rural Mista Municipal Santo Antônio em Tangará da Serra–MT (1965-1983)**. 159 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

BEIRITH, Ângela. **O ensino da leitura em escolas isoladas de Florianópolis: entre o prescrito e o ensinado (1946-1956)**. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis - SC, 2009.

BORGES, Rosângela Soares Grangeiro. **História da disciplina de Biologia Educacional no Curso de Magistério da Escola Estadual Dom Bosco de Indápolis, Distrito de Dourados/MS (1977-2000)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3.Ed. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

_____. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial. 2 ed. 2003.

BRITO, Eurides. **A escola de 1º Grau**. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

CAMPESTRINI, Hidelbrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1991.

CARLI, Maria Aparecida Ferreira. **Dourados e a democratização da terra: povoamento e colonização da Colônia Agrícola Municipal de Dourados (1946-1956)**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

CASTRO, Thalita Pavani Vargas de. **Do direito à da infância rural no município de Cuiabá – MT (1937 – 1945):** Dos quintais aos bancos escolares. 151 f. :il. color. :30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

CARVALHO, Carlos Henrique; FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. Estado Militar e a questão da Educação Infantil no Brasil: as ações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ituiutaba, MG, 1964 a 1985. In: LIMA, Antônio Bosco de; LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana (Orgs.) **50 Anos do Golpe! 30 anos de redemocratização? Um debate interdisciplinar.** Uberlândia/ Minas Gerais Navegando Publicações 2016.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica:** higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, SP: Editora da USF, 1998.

CATTELAN, Carla. **Educação Rural no Município de Francisco Beltrão entre 1948 a 1981:** A Escola Multisseriada. Dissertação. Mestrado em Educação. UNOESTE. 2014

CAVALCANTE, Aline do Nascimento. **Imprensa e Educação:** O Ensino Primário Rural Nas Páginas De Jornais Do Município De Dourados –Mt (1948-1974). 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2016.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/64289>>. Acesso em: 20 Jun.2019.

_____. **À beira da falésia:** a história entre incertezas e inquietudes. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2002.

_____. **História Cultural:** entre as práticas e representações. 2 ed. Lisboa: Difel, 2002.

_____. **A história ou a leitura do campo.** Tradução Cristina Antunes. 2 ed. Belo Horizonte, 2010.

CORNICELLI, Elena Pericin Gomes. **História da educação rural de Astorga:** práticas educativas e organização institucional da Escola Rural Água Astorga (1957-1980). Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá – PR, 2015.

DEMARTINI, Zeila de Briro Fabri. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a História da Educação Brasileira. In: V International Standing Conference for the History of Education - ISCHE- I6 a 19 de julho de 2003 - Mackenzie - São Paulo - Brasil. Disponível em: <[http:// Revista Pro-Posições](http://Revista Pro-Posições). 15. n. 3 (45) - set. /dez. 2004>. Acesso em:09 Jul.2018.

_____. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a História da Educação Brasileira. In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE. 10., 1998, Rio de Janeiro. Proceedings... Rio de Janeiro. 1998. p. 945-963. Disponível em: <<http://> **Revista Pro-Posições**. 15. n. 3 (45) - set. /dez. 2004>. Acesso em: 09 Jul. 2018.

_____. **Viagens vividas, viagens sonhadas**. Japoneses em São Paulo na primeira metade deste século. São Paulo: Humanistas, 1997. p. 77-95 Disponível em: <<http://> (Coleção Textos, Série 2, vol. 7)>. Acesso em: 09 Jul. 2018.

DORTA, Sireunise Camargo. **História da Educação em Dourados**. A criação da Secretaria Municipal de Educação. Desafios e Avanços na Rede Municipal de Ensino (1977-1988). Grupo Literário Arandu. Dourados – MS, 2014.

EBENRITTER, Ana Lucia Borges Pereira. **Da escola na casa: À Escola Municipal Fazenda Miya do Distrito do Guassú – MT (1965 – 1977)**. 124f. il: 30 cm. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS, 2018.

ERNANDES. Mercolis Alexandre. **A construção da Identidade Douradense (1920 a 1990)**. 117f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes.; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), n. 14, p. 19-34, 2000. (Número Especial: 500 anos de educação escolar). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16520.pdf>>. Acesso em: 10 Mar. 2019.

FARIA, Jordana Ferreira De. **A Cultura Escolar como produto de um lugar: Uma Escola Primária Rural do interior paranaense (1950-1970)**. 219 F. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá - PR, 2018.

FAUSTO, Boris. **Historiografia da imigração para São Paulo**. Sumaré, SP: Editora da FAPESP, 1991.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola. ; FREITAS, Dirce Nei Teixeira de. Percursos E Desafios Da Municipalização Do Ensino Fundamental Em Dourados, Ms. In: **Reunião Anual da ANPED**. Caxambú, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/mariadilneiaespindolafernandes.rtf>>. Acesso em : 02 Mar. 2019.

FERREIRA, Márcia dos Santos. O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a profissionalização docente em Mato Grosso. **Revista de Educação Pública**. Cuiabá: UFMT, v.19. n. 30, p.145-161, jan./abr., 2010.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. O ensino de História no Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, Luís Fernando (Org.) **O ensino de história e a ditadura militar**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, p. 35-53.

FURTADO, Alessandra Cristina Furtado; SCHELBAUER, Analete Regina; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Escola Primária Rural: caminhos percorridos pelos estados de Mato Grosso e Paraná (1930-1961). In: SOUZA, Rosa Fátima; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **História da Escola Primária no Brasil: investigações em perspectiva comparada em âmbito nacional**. Aracaju: Edise, 2015. Disponível em:

< <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/7442/4111>>. Acesso em: 20 Out. 2018.

FURTADO, Alessandra Cristina. PINTO, Adriana Aparecida. A escola rural primária e o seu processo de institucionalização no antigo sul de Mato Grosso (1930- 1961). In: Congresso Brasileiro de História da Educação - SBHE 7°. Cuiabá-MT. **Anais**. 2013. Disponível em: < <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/>>. Acesso em 30 Out. 2018.

FURTADO, Alessandra Cristina. CAVALCANTE, Aline do Nascimento. Organização e Digitalização de Documentos sobre a Formação e Profissionalização de Professores das Escolas Rurais de Dourados e Região (1988-1996). **Interfaces da Educação**, v. 4, p. 20-33, 2014. Disponível em: < file:///D:/msilva/Downloads/508-736-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 Out. 2018.

FURTADO, Alessandra Cristina.; MOREIRA, Kenia Hilda. Professores leigos em escolas rurais primárias no sul de Mato Grosso (1930-1970). 37ª Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-4438.pdf>> Acesso em: 01 Mar.2019.

FLORES, Ana Flavia. **Grupos escolares rurais na antiga Usina Tamoio (Araraquara/SP)**. 164f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.2015.

FREITAS, Marcos Cezar.; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social de educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GIBELLO, Alessandra Aparecida de Souza. **Rastros da civilização escolar: cultura e práticas da escola primária paulista (1960-1980)**. 2010 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

GIMENES, Carolina Moraes. **Resgate histórico das escolas rurais em São João da Boa Vista – SP**. 187 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

GOMES. Roberto Kennedy Franco. **Raízes e memórias: o florescimento histórico educativo em Esperantina (1930-1960)**. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Piauí. 2004.

GRESSLER, Lori Alice; RACHI, Kiyoshi. **Dourados: diagnóstico, planejamento, educação.** Dourados: [s.n.], 1976. p.159. Disponível em:<<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/CDR/consultalivros.pdf>>. Acesso em: 30 Set. 2018.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados.** 1988.

INAGAKI, Édna Mitsue. **Imigração Japonesa para o Brasil: Os japoneses em Dourados.** (Século XIX e XX). Ed. UEMS, 2008.

INTROVINI, Cibele. **Da Escola Isolada ao Grupo Escolar Marechal Rondon de Campo Mourão, Pr 1947 A 1971.** 168 f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2009.

IRALA, Clóvis. **Educação Rural Em Dourados: A Escola Geraldino Neves Correa (1942-1982).** 117 f. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

IRALA, Clóvis. NASCIMENTO, Aline do Cavalvante. FURTADO, Alessandra Cristina . Fontes para o estudo da escola primária rural no sul do antigo Mato Grosso (1940-1970).. In: XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste ANPED, 2014, Goiânia. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: contradições e desafios para a transformação social, **Anais**. 2014. v. 1. p. 1-15. Disponível em:<http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/relatorio_final_anped_co_2016mar.pdf>. Acesso em: 30 Set.2018.

ISSA, Sílvia Aparecida Caixeta. **Escola Agrícola de Urutaí (1953-1963): singularidades da cultura escolar agrícola** Sílvia Aparecida Caixeta. 186f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Goiás. 2014.

IWAMOTO, Vivian. **Educação e civilidade nas memórias de infância de imigrantes japoneses.** 145 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

JESUS, Valdirene Gomes dos Santos. **Instituição Educação Rural em Mato Grosso do Sul: uma análise histórica.** Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.

KOCHI, Joice Camila Dos Santos. **Escola Modelo De Língua Japonesa De Dourados-MS: Movimentos, Histórias e Memórias De Mulheres.** UFGF. 108 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS 2017.

LESKE, Gilson. **A trajetória da educação rural no Paraná: das escolas rurais às escolas do campo (1961 a 2006).** 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Estado e Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2014.

LIMA, Lais Alcantara Rios. **O Significado das Escolas Rurais Multisseriadas no contexto do município de São Gonçalo dos Campos-Ba.** 133 f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana. 2015.

LIMA, Rosângela de. **História do ensino primário rural em Cianorte-PR (1950-1990).** 186f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del .; PINSK, Bassanezi, Carla. (Orgs.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo.

2012. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4255776/mod_resource/content/1/mulheresna_sala_de_aula.pdf>. Acesso em: 19 Jun.2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação:** Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. Disponível em:< <https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 19 Jun.2019.

MADEIRA, Claudemir Pereira. **Da Multisseriação á Nucleação:** A Escola Municipal Alfredo Dias de Cerrito/RS Décadas de 1980 A 1990. 135 f. Dissertação. Mestrado em Educação Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

MAGALHÃES, Célia de Jesus Silva. **Escolas Municipais de Missão Velha-CE:** práticas pedagógicas do Ensino no Meio Rural (1963-1989). 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista/SP: Universitária São Francisco, 2004.

MARCELINO, Fernanda Torresan. **O ler por prazer:** a construção de uma forma de entendimento da leitura nos anos 80. 2003. 192 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso.** Cuiabá: Secretaria de Estado da Educação, 1963.

MEDEIROS, Daniel Amaro Cirino de. **O grupo escolar Dr. Jorge Tibiriçá:** das escolas isoladas à escola idolatrada (1890 -1910). Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade São Francisco. Bragança Paulista, 2013.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 5ª Ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MENEZES, Ana Paula. **Atividades Econômicas na Colônia Agrícola Nacional De Dourados (Cand):** A Agricultura e a Exploração da Madeira (1950-1970). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

_____. Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand): o trabalho dos migrantes e a intensificação da agricultura no antigo sul de Mato Grosso. In: IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História

Econômica. São Paulo - SP, 2012. **Anais...** São Paulo: USP, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1465376-Colonia-agricola-nacional-de-dourados-cand-o-trabalho-dos-migrantes-e-a-intensificacao-da-agricultura-no-antigo-sul-de-mato-grosso.html>> . Acesso em: 10 Out. 2018.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes Mobral** (Movimento Brasileiro de Alfabetização). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 12 Out. 2018.

MODESTI, Tatiane. **A escola pública primária em Chapecó: nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)**. 147f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MORAES, Agnes Iara Domingos. **Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo: um estudo sobre as Granjas Escolares, os Grupos Escolares Rurais e as Escolas Típicas Rurais (1933-1968)** 183f. Dissertação Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MORTATI, Maria do Rosário Longo.; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Orgs. **Alfabetização e seus sentidos. O que sabemos, fazemos e queremos?** (2000). Os sentidos da alfabetização (São Paulo 1876/1994). São Paulo, SP: Ed. Unesp. Disponível em: <https://docplayer.com.br/394715-Maria-do-rosario-longo-mortatti-e-isabel-cristina-alves-da-silva-frade-orgs-alfabetizacao-e-seus-sentidos-o-que-sabemos-fazemos-e-queremos.html>. Acesso em: 17 Jun. 2019.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. **Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943 - 1960)**. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

NURMBERG, Maricelia Aparecida. **História da Educação do Município de Enéas Marques – 1960 A 1992: Das Escolas Rurais á Nuclearização**. 267 f. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão. 2017.

OLIVEIRA, Benícia Couto de. (Org.). **Histórias que (re) contam história: análise do povoamento, colonização e reforma agrária do sul de Mato Grosso do Sul**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

_____. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 255f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, SP, 1999.

OLIVEIRA, Letícia Borges.; SOUZA, Sauloéber Társo de. A alfabetização no Mobral, métodos e materiais didáticos (Uberlândia/MG, 1970-1985). **Revista Eletrônica** ISSN 1980-7686. Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa, 2012. Sítio Oficial: Disponível em: <http://www.acoalfaplp.net/>. Acesso em 30 de Jan 2019.

OLIVEIRA, Manuela Garcia De. **Entre História E Memória: Modos De Organização E Funcionamento De Um Centro De Educação Rural (Petrolina - Pe, 1977 - 1984)**. 99 F. Dissertação. Mestrado Profissional em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares Instituição de Ensino. Universidade de Pernambuco. Pernambuco, 2018.

OLIVEIRA, Tania Cristina de. **História da Escola Rural Santa Tereza (Uberlândia/MG, 1934 a 1953)**. 180 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia – MG, 2008.

PAES, Ademilson Batista. **A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889 – 1942)**. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2011.

PEREIRA, Roseli Teresinha. **Os Templos na Roça: entre memória, práticas, e representações docentes na Escola Rural (1960-1970)** 91 f. Dissertação. Mestrado em Educação. Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto. SP. 2017

PERES, Eliane Teresinha.; VAHL, Mônica Maciel.; THIE, Vania Grim. Aspectos editoriais da cartilha Caminho Suave e a participação da Editora Caminho Suave Limitada em programas federais do livro didático. **Revista Brasileira História da Educação**, Maringá-PR, v. 16, n. 1, p. 335-372, jan./abr. 2016

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva.; FURTADO, Alessandra Cristina. História da Implantação do Curso de Magistério Rural em Dourados, no Sul de Mato Grosso, na década de 1970. In: SANTOS, Reinaldo dos.; FURTADO, Alessandra Cristina. (Org.). **História da Educação, Memória e Sociedade**. 1ed. Dourados - MS: Editora da UFGD, 2015, v. 1, p. 59-84.

PIACENTINE, Ana Paula Fernandes da Silva. **História da Formação para Professores Leigos rurais: O curso de Magistério Rural em Dourados, na década de 1970**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2012.

PILETTI, Fernanda. **Memórias De Escolarização No Meio Rural De Farroupilha/Rs: O Grupo Escolar Jansen (1937-1958)**. 101 F. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade de Caxias Do Sul. Caxias Do Sul. RS. 2018.

PONCIANO, Nilton Paulo. **Fronteira, religião, cidade: o papel da Igreja Católica no processo de organização social-espaçial de Fátima do Sul/MS (1943-1965)**. FCL/UNESP, Assis, 2006.

PROVÁSIO, Maria José dos Santos. FERRO, Maria Eduarda. **História e Cultura Escolar Da Escola Rural Mista De Serraria (1955- 1970)**. Disponível em: <[http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/HISTORIA%20E%20CULTURA%20ESCOLAR%20DA%20ESCOLA%20RURAL%20MISTA%20DE%20SERRARIA%20\(1955-%201970\).pdf](http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/HISTORIA%20E%20CULTURA%20ESCOLAR%20DA%20ESCOLA%20RURAL%20MISTA%20DE%20SERRARIA%20(1955-%201970).pdf)>. Acesso em: 25 Set. 2018.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de Gravador no registro da Informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Articulação econômica e vias de comunicação do antigo sul de Mato Grosso (século XIX e XX). In: LAMOSO, Lisandra P. (Org.). **Transporte e políticas públicas em Mato Grosso do Sul**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008. p. 15-75.

RACHI, Kiyoshi. De São Paulo para Mato Grosso: a imigração japonesa na região de Dourados. In: JÉRRRI, Roberto Marin; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. (orgs.). **História Região e Identidade**. Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2003. 436 p.

RIBEIRO, Cristiane Angélica. **Escola rural e alfabetização: Uberlândia 1936 a 1946**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

RIBEIRO JÚNIOR, Raimundo Gomes. **As escolas elementares rurais no Ceará: paisagens e protagonismo na Fazenda Almas - Cariré (1940 – 1950)**. 86f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil. Um exemplo de imigração tutelada (1908/1941). In: **Fazer a América/Fasto** (Org.). São Paulo, 1998.

_____. Mais estrangeiros que os outros?: os japoneses no Brasil. **Travessia - Revista do Migrante**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 5-10, set./dez. 2000. Disponível em:<
<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4193.pdf>>. Acesso em: 20 Abri. 2019.

SANTINI, Poliana Gianello. **Contando Histórias: A Escola Estadual Dom Bosco por meio de seu acervo fotográfico (década de 1950 a 2000)**. 90f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS, 2012.

SANTOS, Humberto Correa. **Escolas Municipais Rurais de Patos De Minas MG (1941-1998): Da Expansão dá Nucleação**. 170 f. Mestrado em Educação. Universidade de Uberaba, Uberaba. 2012.

SARAT, Magda. **Histórias de estrangeiros no Brasil: infância, memória e educação**. 2004. Tese (doutorado em Educação). Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep, Piracicaba, São Paulo.

SARAT, Magda.; SANTOS, Reinaldo dos S. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: COSTA, Célio Juvenal.; MELO, Joaquim José Pereira.; FABIANO, Luiz Hermenegildo. (orgs.) **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: Ed. UFGD, 350 p. 2010. Disponível em:<
<http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/JOICE%20CAMILA%20DOS%20SANTOS%20KOCHI.pdf>>. Acesso em:09 Fev. 2019.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. In: **A formação do educador**. Vol. I, UNESP, Marília, SP, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria**: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976). Tese de Livre Docência. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, 2006.

_____. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998.

SIKORA, Denise. **A Escola de Trabalhadores Rurais Arlindo Ribeiro**: uma expressão da política nacional e estadual. Dissertação de Mestrado. UNICENTRO. 2014.

SILVA, Denise Guilherme da. **Ilhas de saber**: prescrições e práticas das escolas isoladas do estado de São Paulo (1930-1940). 2004. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Luciana Vicência do Carmo de Assis e. **Na cadência das águas, no ritmo da política**: a escola pública rural no município de Poconé-MT (1930-1945). 198 f. :il. color. :30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

SILVA, Marineide de Oliveira da. **Escola rural**: trilhar caminhos e transpor barreiras na educação (1927-1945). 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

SILVA, Rony Rei do Nascimento. **Memórias caleidoscópicas: configurações das escolas rurais no estado de Sergipe (1947-1951)**. Dissertação de Mestrado. UNIT. 2016.

SILVA, Silvana Maria da. **Memórias da Escola Rural**: Representações da cultura escolar da Escola Rural Mista de Bom Sucesso na memória de ex alunos e uma ex-professora (1937 – 1952). 2018. 88 f. :il. color. :30 cm. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.

SILVA Wilker Solidade da. **Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT**: a escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974). 225 p. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2015.

SCHNEIDER, Marlene. **Um olhar sobre os caminhos do Pantanal Sul-mato-grossense**: a toponímia dos acidentes físicos. 168 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2002.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930 – 1960). **Revista História da Educação**. V.18. n. 43, maio/ago. 2014. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/05.pdf> >. Acesso em: 10 Jan. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, jul. /dez. 1990. Disponível em:<<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>>. Acesso em 30 Jun. 2019.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. (Vol. I, II e III). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, n.º14, p.61-88, Mai/Jun/Jul/Ago 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em: 09 Fev. 2019.

TAVARES, Marilze. **Toponímia sul-mato-grossense**: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina. Dissertação (Mestrado) Três Lagoas: UFMS, 2004.

TEIXEIRA, Reginaldo Anselmo Teixeira. **Grupo Escolar Comendador Pedro Morganti**: estudo histórico sobre a cultura escolar de uma escola primária no meio rural (1942-1988). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de São Paulo – SP, 2010.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/rbe/files/rbe_0.pdf>. Acesso em: 10 abri. 2019.

WERLE, F. O. C. (Org.). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí, RS: Editora da Unijuí, 2010.

WHITE, Merry. **Desafio educacional japonês**: o compromisso com a infância. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FONTES

Documentos

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 Out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília-DF, 1971. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671972000100158>. Acesso em: 01 Out. 2018.

CDR. Centro de Documentação Regional da UFGD. Digitalização do mapa da planta da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro pela pesquisadora (SILVA, em 06/08/2018).

SEMED. Secretaria Municipal de Educação de Dourados/MS. Digitalização da documentação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro pela pesquisadora (SILVA, em 16/07/2018 e 16/01/2019).

Figuras

FIGURA 1. Edição do Jornal O Progresso, em 1953. Notícia. 14 de junho 1953, nº 103, p. 4. In: Disponível em <<https://portal.ufgd.edu.br/setor/cdr/acervo>>. Acesso em 19 out. 2018.

FIGURA 2. Certidão de doação do terreno pela família Kushida para a construção da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2018).

FIGURA 3. Localização da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro na Linha do Barreirão. In: Prefeitura Municipal de Dourados. Acesso em: 11 set. 2018.

FIGURA 4. Planta baixa da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2018).

FIGURA 5. Documento com o Quadro de Lotação de Professoras da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2018).

FIGURA 6. Relação Nominal – Corpo Docente e Administrativo da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro, em 1987. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2018).

FIGURA 7. Tabela do pessoal sob regime da CLT, em 1983. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2018).

FIGURA 8. Carteira de Trabalho, em 1984. In: Acervo pessoal da professora (SOTOLANI, 2017).

FIGURA 9. Cartilha Caminho Suave. In: Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/viewFile/40776/pdf_110> Acesso em: 27 Fev. 2019.

FIGURA 10. Mimeógrafo. In: Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=foto+de+um+mimeografo+da+década+de+1970+e+1980&tbm>>. Acesso em: 10 Abri. 2019.

FIGURA 11. Calendário escolar, em 1983. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Fotografias

FOTOGRAFIA 1. Foto do casal Kushida. In: Acervo iconográfico da pesquisadora (SILVA, 2017).

FOTOGRAFIA 2. Placa de Fundação da Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro. In: Acervo iconográfico da pesquisadora (SILVA, 2017).

FOTOGRAFIA 3. Vista parcial da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro. In: Acervo iconográfico da pesquisadora (SILVA, 2018).

FOTOGRAFIA 4. Desfile de 7 de setembro da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em 1978. In: Acervo pessoal da professora (SOTOLANI, 2017).

FOTOGRAFIA 5. Foto do Dia das Crianças na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, em 1984. In: Acervo pessoal da professora (TORQUETTE, 2018).

Gráficos

GRÁFICO 1. Quantidade de alunos matriculados na 1ª série no período entre 1974 a 1988. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2019).

GRÁFICO 2. Quantidade de alunos matriculados na 2ª série no período entre 1974 a 1988. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2019).

GRÁFICO 3. Quantidade de alunos matriculados na 3ª série no período entre 1974 a 1988. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2019).

GRÁFICO 4. Quantidade de alunos matriculados na 4ª série no período entre 1974 a 1988. In: Acervo digitalizado na Semed pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Mapas

MAPA 1. Mapa dos distritos de Dourados/MS. In: Prefeitura Municipal de Dourados. Acesso em: 11 set. 2018.

MAPA 2. Mapa da Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. In: GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados. Estado: Gressler, 1988, p.40.

Quadros

QUADRO 1. Dissertações sobre história das instituições escolares rurais (2000 a 2018) In: **Fonte:** - Elaborado com base no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e, também a partir do artigo de Ávila (2018), pela pesquisadora (SILVA, 2019).

QUADRO 2. Origem e Formação das professoras entrevistadas. In: Elaborado a partir das entrevistas com as professoras (SOTOLANI, 2017; TORQUETTE, 2018) pela pesquisadora (SILVA, 2019).

QUADRO 3. Estrutura Curricular de 1ª a 4ª Série entre os anos de 1974 a 1988. In: Elaborado com base no documento localizado no acervo da SEMED pela pesquisadora (SILVA, 2019).

Tabelas

TABELA 1. População Censitária de 1940 a 1960. In: IBGE – Censo Demográfico de Mato Grosso 1940 a 1960.

TABELA 2. Quantidade de alunos matriculados entre os anos de 1974 a 1988. In: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED pela pesquisadora (SILVA, 2018).

TABELA 3. Quantidade de alunos matriculados por série e por gênero entre os anos de 1974 e 1988. In: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED pela pesquisadora (SILVA, 2019).

TABELA 4. Quantidade de alunos matriculados por série, por gênero e com descendência japonesa entre os anos de 1974 a 1988. In: Elaborado a partir dos Livros de Matrículas dos alunos localizadas no acervo da SEMED pela pesquisadora (SILVA, 2019).

FONTE ORAL

Entrevistas

DORTA, Sireunise Camargo. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2019.

KUSHIDA, Claudio Minoru. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2017.

KUSHIDA, Sidney Makoto. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2018.

KUSHIDA, Toshiko Kida. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2017.

KUSHIDA, Yasuhiko. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2017.

SEDLCEK, Arno. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2018.

SILVA, Anízio da. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2018.

SOTOLANI, Maria Elena Alves Marques. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2017.

TORQUETTE, Irene Clára Esculachio Salmasio. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Fátima do Sul-MS, 2018.

APÊNDICES

[...] sem dúvida, as guardiãs da memória da família no que diz respeito a objetos e imagens (móveis, fotografias, quadros, livros, enfim as materializações das lembranças) são as mulheres.
Sarat (2004, p.135)

1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS****PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**Instituição:** UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados**Identificação do Pesquisador:** Mariza Salete Backes Silva**Identificação da Atividade:** Realização de entrevista com áudio, vídeo, iconografia e registro sobre a história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis/MS, em forma de depoimento semiestruturado.

Eu, _____,

declaro para os devidos fins que cedo voluntariamente os direitos de minha entrevista, gravada em áudio, vídeo, iconografia e registro escrito, para Mariza Salete Backes Silva, aluna do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e que a mesma, fará uso integral ou parcial da entrevista, para registros escritos e iconográficos, sem restrições de identificações, prazos, citações, desde a presente data.

Esclareço que a entrevista faz parte da Pesquisa de Mestrado em Educação, “**HISTÓRIA E MEMÓRIAS: A ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO DO DISTRITO DE INDÁPOLIS - MS (1973-1983)**” e a mesma será publicada após a finalização em uma dissertação, para fins de pesquisa acadêmica. A pesquisadora é inteiramente responsável pelos dados e informações repassados durante a entrevista, usando com ética e responsabilidade o material ao qual foi disponibilizado para a realização da pesquisa. Agradeço pela disponibilidade em ceder seu tempo para conceder esta entrevista.

Nestes termos peço deferimento,

Local: _____

Data: _____

Assinatura do entrevistado

2 ROTEIRO DE ENTREVISTA (ANTIGOS MORADORES DO DISTRITO DE INDÁPOLIS)

Dados Pessoais:

Nome; Faixa Etária; Naturalidade; Endereço Residencial; Formação Escolar; Profissão

- 1) Qual é a sua ligação com o distrito de Indápolis (ou de Serraria)?
 - a) Como foi a vinda para o distrito de Indápolis?
 - b) Quando vieram?
 - c) Porque vieram?
 - d) Onde se estabeleceram inicialmente?
 - e) Chegada dos familiares no Brasil?

- 2) Se caso não for residente no distrito deste o nascimento, poderia comentar por que veio residir em Indápolis? Quais fatores motivaram a vinda de seus familiares para a localidade?

- 3) Saberia dizer algo sobre o processo de colonização desencadeado na localidade, que promoveu a criação e a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Cand), na década de 1940?

- 4) Você tem parente ou conhecido que fizeram parte deste processo de colonização? Poderia comentar um pouco a esse respeito?

- 5) E sobre a educação escolar no distrito saberia comentar sobre as escolas?

- 6) Lembra-se sobre as escolas situadas nas áreas rurais deste distrito?

- 7) Saberia dizer um pouco sobre o Colégio Agrícola instalado pelos religiosos Salesianos no distrito?

- 8) Tem algum conhecimento sobre a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, do distrito de Indápolis/MS, localizada na linha do Barreirão?

- 9) Saberia dizer algo sobre a instalação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro?

- 10) Lembra-se de alguns professores desta escola e até mesmo alunos?

3 ROTEIRO DE ENTREVISTAS (ANTIGAS PROFESSORAS)

1- Ficha técnica do depoente Dados pessoais

Nome completo; Data de nascimento; Local de nascimento; Exerceu cargo de gestão; Caso exerceu cargo de gestão, por quanto tempo? Tempo que permaneceu em sala de aula? Há quanto tempo está aposentada?

2 - Formação Profissional

- a) Qual o motivo da sua escolha para exercer a carreira docente?
- b) Qual foi o seu percurso de formação para o magistério? Descrever a formação desde o início dos anos primários até pós-graduação
- c) A sua formação auxiliou na sua prática docente para o magistério rural?

3 - Práticas e Tempo Docente

- a) Como iniciou no magistério rural? Quais foram os motivos?
- b) Em qual (ais) escolas rurais trabalhou no município de Dourados?
- c) Em que período de tempo exerceu a sua carreira docente? Deste tempo quantos anos foram dedicados a zona rural?
- d) Quais eram as dificuldades em ser professora rural? Relate sobre as condições de trabalho na zona rural. (salário, instrumentos de trabalho, documentação escolar, material didático, mobiliário, etc.)
- e) Como fazia para chegar à escola?
- f) Como você professora desenvolvia as atividades pedagógicas nas escolas rurais?
- g) Seguia algum material específico? O que era ensinado?
- f) Quais informações pode nos dar sobre os alunos das escolas rurais (condições socioeconômicas, disciplina, interesse nas aulas, etc.)

5.4 Como era a relação entre professor-aluno?

5.5 Quantos alunos havia por sala

5.6 E a escola como eram fisicamente?

5.7 Qual era a sua relação profissional com outras professoras que também ministravam aulas em escolas rurais?

4 - Ligação da Docente com o meio rural

- a) Qual era a sua relação com o entorno da escola em que lecionava? Com a família, a comunidade e os alunos? Participava de comemorações, festas típicas da zona rural?
- b) Relate alguma experiência vivida na escola rural em que trabalhou, e que de uma forma geral marcou a sua trajetória na docência rural?

4 ROTEIRO DE ENTREVISTAS (ANTIGA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO)

Dados Pessoais

Nome:

Idade:

Formação:

Profissão:

Tempo na profissão:

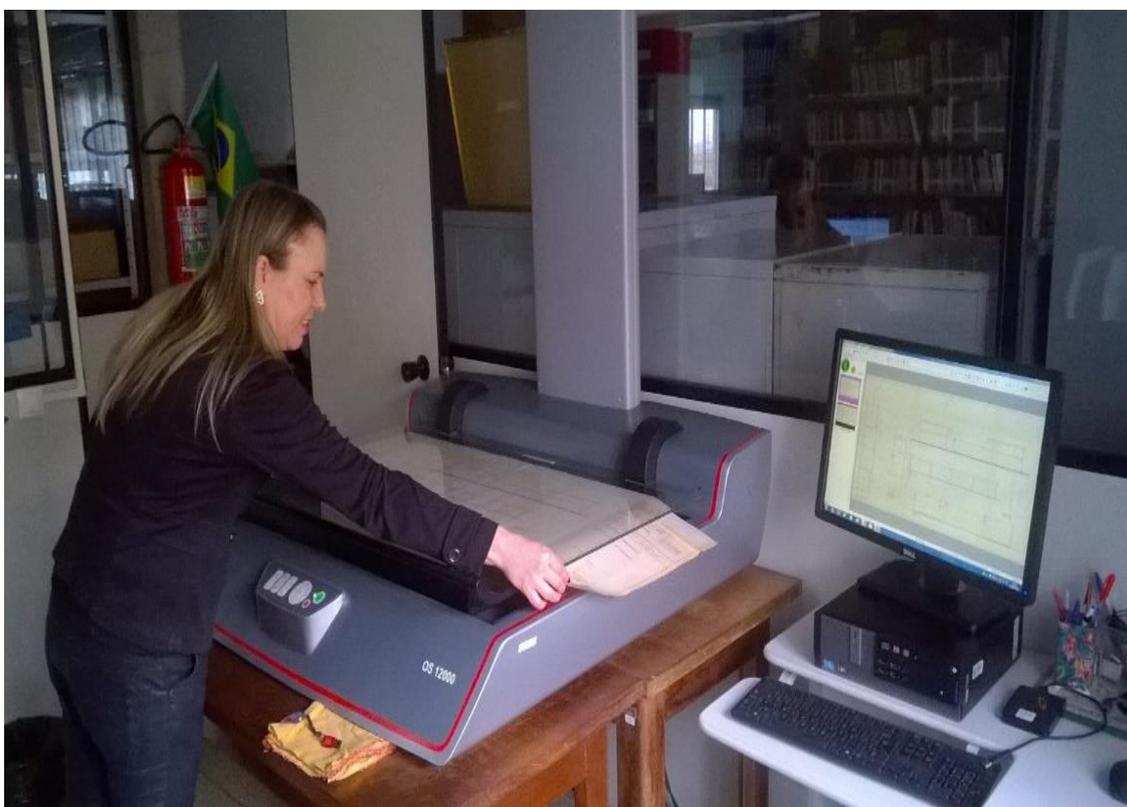
Nascimento:

- 1 - Poderia comentar como foi a sua inserção na área de educação?
- 2 - Quando iniciou na profissão docente, já possuía qual formação?
- 3 - Qual foi a primeira escola que trabalhou?
- 4 - Na sua trajetória enquanto docente chegou a ministrar aulas nas escolas rurais?
- 5 - Na época que era secretaria da educação do município de Dourados, faziam alguma orientação especial as escolas rurais? Ou as orientações eram as mesmas das escolas situadas no meio urbano?
- 6 - Poderia comentar como eram as orientações realizadas pela SEMED, aos professores?
- 7 - Como a SEMED realizava a fiscalização das escolas rurais?
- 8 - Você enquanto secretaria da educação visita essas escolas? Como eram essas visitas?
- 9 - Na documentação que levantamos junto aos arquivos da SEMED, localizamos que na década de 1980, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeirão recebeu uma Coleção de Livros, chamada Ciranda de livros? Saberia me dizer algo a respeito dessa Coleção?
- 10 - Seria também possível informar se a Coleção Ciranda do Livro era somente direcionada as escolas rurais?

5 ACERVO ICONOGRÁFICO



Fotografia 1. Coleta de dados nos arquivos da SEMED, pela pesquisadora (SILVA, 2017).



Fotografia 2. Escaner da planta da escola no CDR, pela pesquisadora (SILVA, 2018).

6 ACERVO ICONOGRÁFICO



Fotografia 3. Visita ao Museu da Colônia Nacional Agrícola de Dourados para realizar entrevistas pela pesquisadora (SILVA, 2018).



Fotografia 4. Imagem do casal Arno Sedlcek e Benedita Silva Sedlcek em frente da propriedade rural adquirida em 1951, coletada durante a realização da entrevista pela pesquisadora (SILVA, 2018).

7 ACERVO ICONOGRÁFICO



Fotografia 5. Imagem do casal Anizio da Silva e Therezinha de Santi da Silva, em frente da propriedade rural adquirida em 1949, coletada durante a realização da entrevista pela pesquisadora (SILVA, 2018).



Fotografia 6. Imagem da ex-secretária municipal de educação Sireunise Camargo Dorta coletada durante a realização da entrevista pela pesquisadora (SILVA, 2019).